



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**O ENVOLVIMENTO GEOESTRATÉGICO DA CHINA
NO ACESSO AOS RECURSOS ENERGÉTICOS NA
ÁFRICA AUSTRAL: OS CASOS DE ANGOLA E
MOÇAMBIQUE**

VITOR MANUEL MACEDO BOMBICO SILVEIRA VICENTE

Orientação: Prof. Doutor Marco António Gonçalves
Barbas Batista Martins

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2015

Agradecimentos

Os meus agradecimentos não se destinam a alguém em concreto, seria desrespeitar todos aqueles que de uma forma ou de outra me apoiaram ao longo de todo este percurso. Apenas tenho uma palavra de agradecimento pela amizade que durante a elaboração desta dissertação e durante o meu percurso académico me apoiaram em todos os aspetos, insistindo no alcance do sucesso, acreditando em valores comuns e acima de tudo oferecerem vontade ao meu interior de ser possível chegar ao final de uma etapa académica, não sozinho, mas com todos aqueles me acompanharam, quer estejam presentes fisicamente ou noutra lugar mais distante, mas que acreditaram em mim e me deram força a todos os níveis por acreditarem em eu ser capaz.

Agradeço, ainda de forma muito especial à minha família pelo apoio positivo e ambicioso que me fizeram ver e também optar, pela livre escolha de percurso. Aqui, tenho sim, de isolar o agradecimento, à minha Mãe, por toda aquela coragem que teve em acreditar em mim e me deixar seguir com um enorme esforço, o meu percurso académico. É um agradecimento que nunca se pagará com simples palavras, é uma dívida que tenho perante a minha mãe para todo o resto da minha vida. Chegue um dia onde chegar, devo grande parte a essa mulher que me trouxe ao mundo e que sem ela, jamais conseguiria desenvolver este árduo mas excitante percurso.

Finalmente, não poderia deixar para trás um gesto de agradecimento ao meu orientador e amigo, Professor Doutor Marco António Martins pela sua dedicação; seriedade; prontidão; disponibilidade e aconselhamentos que possibilitaram que concluísse esta dissertação. Nesta mensagem de agradecimento ao meu orientador, queria deixar claro que são pessoas com o seu carácter, dinâmica e conhecimento que fazem com que Portugal se destaque na ciência, não só no panorama nacional, mas também a nível internacional. Muito obrigado!

Resumo: A presente Dissertação é uma análise na ótica do Realismo Político ao envolvimento da República Popular da China na África Austral, analisando ao pormenor as vertentes de envolvimento comercial; investimento direto; financiamento; cooperação política e segurança da RPC em Angola e Moçambique, na medida em que grande parte deste seu envolvimento tem como meio o garantir de recursos geoestratégicos como forma de salvaguarda da sua segurança energética, utilizando a RPC um argumento de parceria com os países africanos envolvendo-os na sua conceção de uma nova ordem mundial multipolar.

Num segundo plano, é demonstrado como a RPC não é a única a desempenhar um forte papel geopolítico na região, estando vários atores, alguns seus parceiros, numa disputa aos recursos aí presentes, num constante equilíbrio de poderes, para sua salvaguarda própria.

Palavras- Chave: China, África, Recursos Energéticos, Angola, Moçambique

The Geostrategic Involvement of China in Natural Resources in Southern Africa: The cases of Angola and Mozambique

Abstract: This thesis is an analysis from the perspective of Realism China's engagement in Southern Africa, analysing in detail the aspects of commercial involvement; direct investment; funding and political cooperation and China's security in Angola and Mozambique, to the extent that much of this involvement is to ensure the means of geostrategic resources as a way to safeguard its energy security, using the argument China a partnership with African countries involving them in the construction of a new multipolar world order.

In the background, it is shown as China is not the only one to play a stronger geopolitical role in the region, with various actors, some of its partners, in a dispute to therein appeals, a constant balance of power, to his prowess put safeguards.

Key-Words: China, Africa, Energy Resources, Angola, Mozambique

Lista de Abreviaturas e Acrónimos

BP – British Petroleum

BRICS – Brasil; Rússia; Índia; China e África do Sul

CDB – China Development Bank

CIF – China International Fund

CHICO – China Henan International Cooperation Group

CMIC – China Machine Building International

CNPC - China National Petroleum Corporation

CNOOC - China National Offshore Oil Corporation

CRBC - China Road and Bridge Corporation

EIA – U.S. Energy Information Administration

EIU – The Economist Intelligent Unit

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOCAC – Fórum de Cooperação Sino-Africano

GBDA – Grupo Bancário de Desenvolvimento Africano

GNL – Gás Natural Liquefeito

I&D – Investigação & Desenvolvimento

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

IEA – International Energy Agency

NOM – Nova Ordem Mundial

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONU – Organização das Nações Unidas

RPC – República Popular da China

SINOPEC – China Petrochemical Corporation

SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute

UE – União Europeia

USD – United States Dollar's

Índice

Introdução	8
Capítulo 1 - Enquadramento Teórico-Conceptual	14
1.1- Operacionalização de Conceitos	14
1.2 - Estado da Arte	19
1.3 - O Envolvimento da República Popular da China em África – Perceção e Análise	22
Capítulo 2 - O Envolvimento Geoestratégico Chinês em Angola	35
2.1 - O Envolvimento Comercial da República Popular da China: Angola como seu maior parceiro comercial na África Austral	36
2.2 – O Investimento Direto da República Popular da China em sectores vitais em Angola: A construção civil, telecomunicações e recursos energéticos	38
2.3 – O Envolvimento Financeiro da República Popular da China em Angola e a Garantia em Recursos Energéticos	42
2.4 - Cooperação Política e Segurança: o próximo passo no sentido de uma maior proximidade?	44
Capítulo 3 - O Caso do Envolvimento chinês em Moçambique e a diferença de interesses em relação a Angola	46
3.1 – Um novo parceiro da República Popular da China na África Austral	46
3.2 - Os Investimento Estratégicos da República Popular da China em Moçambique	47
3.3 – A Questão do Financiamento da República Popular da China a Moçambique: o início de uma nova forma de envolvimento	55
3.4 –A Cooperação Política e o Sector da Segurança em Moçambique: o factor Indico como meio de aproximação chinês.....	57
3.4 - A posição vital dos recursos energéticos de Angola e Moçambique como fator geoestratégico da presença da China na África Austral: Uma análise comparativa.....	59
Capítulo 4 – A competição Norte-Sul pelos recursos energéticos em Angola e Moçambique: A questão de domínio e interesse geoestratégico	63
4.1 - O domínio das concessões de recursos energéticos em Angola e Moçambique	63
4.2 - O Particular Caso do Envolvimento do Brasil.....	69
4.3 - Os Casos da Rússia, Índia e África do Sul	72
4.4 – Angola e Moçambique como Alternativas ao Fornecimento de Energia da União Europeia	77
4.5 - A Importância Geoestratégica de Portugal via Angola - Moçambique na construção da União da Energia.....	83
Considerações Finais	88
Anexos	93
Bibliografia	99

Introdução

Não existe ao certo um acontecimento ou uma data que defina o início das relações ou o envolvimento Sino-Africano. Existem sim fatores que indiciam a ocorrência dessas relações. Para alguns autores, *“iniciou-se entre 1405 e 1433 (durante o período colonial), restabelecendo-se depois no ano de 1950 após a fundação da República Popular da China”* (C. Correia 2010, 11-12). Para outros autores, como Chris Alden ou Angelo Richiello o real envolvimento da RPC em África deu-se aquando a Primeira Cimeira Sino-Africana intitulada de Fórum de Cooperação da Sino-Africano (FOCAC), no ano de 2000. Verdadeiramente, este último argumento aparenta ser o mais válido, já que no FOCAC, os discursos tanto do lado africano como chinês incitam a mais do que um diálogo, levam mesmo ao anúncio de uma parceria estratégica com o objetivo da construção de uma nova ordem mundial multipolar, mais justa e equitativa¹.

A RPC, numa forma de demonstrar a sua ambição de importante ator do sistema internacional, que é caracterizada por uma das economias mais pujantes do mundo; por um vasto território e uma enorme população, encontra no seu crescimento e estatuto de grande potência *“um problema ao nível da sua segurança energética”* (Neves 2013, 75). A necessidade de recursos energéticos como motor do seu desenvolvimento e progresso, bem como a diversificação das fontes de fornecimento de recursos energéticos, fazem com que o país as procure e se centre em zonas de acesso mais seguras e com menor risco geopolítico².

O fator energético aparenta motivar uma vertente da política externa chinesa em África, uma região mais estável em termos de instabilidade geopolítica e com uma vastidão de recursos naturais essenciais que a possibilitam de assumir o estatuto de ator importante

¹ Afirmações segundo Jiang Zemin no discurso de abertura da Primeira Cimeira Sino-Africana no ano de 2000 para os líderes africanos: *“China is the largest developing country in the world and Africa is the continent with the largest number of developing countries. At the turn of the millennium and the century. China and Africa are faced with both historical opportunities for greater development and unprecedented challenges. At this important historical juncture, an in-depth discussion between us on how to strengthen co-operation and promote common development will undoubtedly exert a far-reaching important impact on the cross-century development of Sino-African relations, closer South-South co-operation and the establishment of an equitable and just new international political and economic order.”*:
<http://www.focac.org/eng/ltda/dyjbzjhy/SP12009/t606804.htm> (consultado a 03/01/2015)

² A RPC está dependente do fornecimento de energia por países do Médio Oriente. Por esta região se encontrar bastante instável em termos de segurança, encontra em África uma nova via para diversificar as fontes de fornecimento minimizando os seus riscos de insegurança energética.

no sistema internacional em matérias de influência política pelo argumento do estabelecimento da paz, mas com o aparente objetivo de empregar o seu conceito para a construção de uma nova ordem mundial multipolar.

A China fundamenta-se perante os Estados Africanos como um país em desenvolvimento, no entanto com o estatuto e capacidade de influenciar a política mundial, assumindo-se por vezes a voz em “defesa” dos países em desenvolvimento, porque na realidade também o é. A RPC ao se evocar como parceiro económico e estratégico pela via do investimento em infraestruturas básicas no continente africano como: redes de saneamento; rede móvel e internet; hospitais e escolas; estradas; caminhos de ferro; portos marítimos e aeroportos, permitindo condições para o arranque do processo de desenvolvimento nos Estados africanos. Por outro lado, constrói grandes e luxuosos edifícios e palácios governamentais, executando aí o seu *Soft Power* como forma de cativar os líderes africanos a aceitarem a RPC como seu parceiro.

Noutro prisma, a RPC concorre com as instituições financeiras dos países ocidentais na concessão de empréstimos com longos períodos de carência, juros razoavelmente mais baixos, adotando uma política de não ingerência em outros Estados. Apenas exige que a devolução do dinheiro seja garantida em recursos naturais/energéticos, ao invés das instituições financeiras do bloco norte que exigem juros mais altos, reformas políticas e programas de ajustamento económico, como afirma Lucy Corkin: *“Exim Bank’s lending policy is to structure a loan so that there is a revenue stream that will be able to support the debt repayment. Consequently, the recipient country can use exports of natural resources to China to repay the loan”* (Corkin 2011, 173).

Outro vetor das relações da RPC com os Estados africanos é comercial, a RPC tem vindo a tornar-se o principal parceiro comercial de alguns países africanos como Angola, sendo o petróleo o principal veículo comercial, ou estando no top 5 como principal parceiros, veja-se os exemplos de Moçambique, Angola ou a Zâmbia³.

Nesta lógica, os objetivos já referidos da presença chinesa em África não passam só pela vertente económica e por garantir o acesso a novas fontes de fornecimento energético. A questão política é também uma outra vertente deste envolvimento, o apoio

³ De acordo com uma análise das fichas técnicas sobre países africanos publicadas no sítio da internet AICEP, grande parte dos países africanos, especialmente os subsarianos, têm a China nos seus 5 principais parceiros comerciais: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx> (consultado a 30/05/2015)

político dos Estados africanos nas questões territoriais de Taiwan já fez a diferença quando a RPC foi alvo de sanções por a violação dos direitos integrais desta região, tal como é defendido por Chris Alden: *“African states were instrumental to Beijing’s strategy of voting the Republic of China (as Taiwan was referred to) out of the permanent seat in the UN Security Council in 1971.”* (Alden 2007, 21)

Utilizando a RPC o argumento da *“não interferência nos assuntos internos nos outros Estados”* (C. A. Mendes 2009, 157) difere de tudo aquilo que é a política dos países do Norte para os Estados africanos. A forma de envolvimento é diferente e o passado colonial deixa dúvidas quanto às intenções do bloco norte em África. A RPC adotando esta estratégia tem conseguido cativar os países africanos e assim aparenta ganhar parceiros comerciais e políticos aumentando a sua área de influência geopolítica.

Contudo, a RPC não está sozinha nesta corrida a África, os seus parceiros dos BRICS também têm vindo a adotar uma política externa similar para com os países africanos. Todavia, difere em algumas formas de envolvimento, a RPC tem uma grande capacidade financeira quando comparada com os restantes parceiros do bloco dos BRICS e até com alguns países desenvolvidos do bloco norte, o que levanta questões sobre a sua dependência tecnológica para as empresas dos países do norte, líderes dos consórcios que a RPC e alguns BRICS têm comprado participações, dado que a tecnologia que dispõem não permite efetuar a exploração e a produção, por exemplo de recursos energéticos a grandes profundidades.

Assim, os grandes objetivos desta dissertação assentam numa análise qualitativa, com base na perspetiva do realismo político enquanto teoria dominante das Relações Internacionais como o método para entender o porquê do envolvimento da RPC no acesso aos recursos energéticos no continente africano. Tratando-se como questão principal a análise da eventual necessidade de envolvimento da RPC com os Estados africanos ao nível do acesso aos recursos energéticos, através dos meios que tem ao seu dispor, mostrando a sua capacidade de atuar e projetar o seu poder de domínio ao nível internacional.

Especificamente, na investigação e análise em distintas formas de envolvimento ao nível comercial, de investimento direto e financeiro, identificando-as, bem como a moeda de troca utilizada para aceder ou envolver-se no setor dos recursos energéticos. Investigando-se o porquê do interesse e presença chinesa no referido setor, nas fontes de energia em que tem as suas empresas envolvidas e qual o método que utiliza para esse fim.

No mesmo sentido, é analisado nesta dissertação os atores que desempenham maior papel nos Estados angolano e moçambicano, também aqueles que lideram a exploração e produção de recursos bem como o equilíbrio de poderes na região, isto é, a concorrência geopolítica presente, e como este espaço também poderá ser geoestratégicamente importante como alternativa da União Europeia ao confronto geopolítico que trava com a Rússia, seu principal fornecedor de gás natural, no conflito da Ucrânia.

Encontramos num primeiro capítulo o enquadramento teórico-conceitual sobre a temática em estudo, operacionalizando os principais conceitos abordados ao longo da dissertação segundo o método de análise de Adriano Moreira. Seguindo-se uma identificação da matéria documental e teórica existente que trata os aspetos desenvolvidos ao longo da dissertação. De uma forma de enquadramento geral da política externa chinesa para África é analisado o método relacional das relações que a RPC desenvolve com os países africanos, numa análise aos discursos dos líderes chineses, leia-se cimeiras da FOCAC, enquadrando-os no prisma da construção de uma nova ordem mundial multipolar para que daqui seja possível identificar as regiões que estão presentes nas pretensões geopolíticas chinesas dentro do continente africano.

Num segundo capítulo e terceiro capítulo, será caracterizado o envolvimento chinês no setor comercial, financeiro, no investimento direto e na cooperação política e segurança em Angola e Moçambique, conduzindo essa caracterização ao grau de envolvimento da RPC nesses dois Estados Africanos bem como o envolvimento nesses setores é utilizado para garantir o fornecimento de recursos energéticos fundamentais para a China, de modo a não colocar em causa a sua segurança energética.

O capítulo final abordará o envolvimento de outros atores no acesso aos recursos energéticos em Angola e Moçambique, o método que dispõem para contrabalançarem a influência da RPC na região, destacando o envolvimento dos BRICS em Angola e Moçambique, o domínio de concessões na exploração e produção dos recursos energéticos e a importância que os dois países poderão ter para servirem de alternativa, ou seja, como nova fonte de fornecimento de energia à União Europeia, em contraoposição ao fornecimento de gás natural russo, servindo Portugal, pelos fatores históricos, linguísticos e culturais, como mediador diplomático para a equilibrar os poderes entre a União Europeia e a Rússia pela constituição da União da Energia.

Por fim, durante esta análise tentar-se-á demonstrar a hipótese como o ator RPC, através dos meios que dispõe para exercer a sua política externa em África, procura a construção de uma nova ordem mundial opondo-se à vigente, juntamente com os seus parceiros dos BRICS.

Capítulo 1 - Enquadramento Teórico-Conceptual

1.1- Operacionalização de Conceitos

Tal como é defendido por Adriano Moreira, quando se aborda um tema da ciência das Relações Internacionais, a “*metodologia a adotar deverá formular primeiramente os conceitos que tornem o tema perceptível*” (Moreira 1984, 41). Daí que a presente dissertação é elaborada com base na metodologia de análise do realismo político enquanto perspectiva teórica dominante do método como se devem analisar as Relações Internacionais, será em si o primeiro conceito a tratar, analisando-se a partir do mesmo os conceitos de geopolítica e geoestratégia como fatores que motivam a perceção do objeto de estudo em análise.

Partindo-se de um princípio em que os fatores geoestratégicos para a RPC em África e dos seus parceiros BRICS, são fator fundamental para construírem a sua ambição de um sistema internacional baseado no seu conceito de ordem mundial multipolar numa óptica do “dividir para reinar” opõem-se à ordem mundial que ainda é liderada unicamente, dado o seu poder em todos os níveis, por os Estado Unidos da América⁴, pretendendo este Estado a manutenção do seu poder hegemónico. Na presente dissertação utiliza-se o Realismo como conceito de análise às questões do envolvimento geopolítico em recursos geoestratégicos, uma vez que num enquadramento deste tipo deve-se ter sempre em conta, como motivo de uma procura pelo equilíbrio de poderes o fator “Poder” (Huntington 1996, 37), abarcando daí a necessidade de entender, num primeiro momento, o que os principais autores defendem e como interligam a questão em estudo, aplicada de um nível micro para macro, ou seja de como os fatores geopolíticos e geoestratégicos são utilizados progressivamente para a construção da ambicionada ordem mundial multipolar defendida pelos BRICS, como mais justa e equitativa, a fim de se poder concretizar uma ideia de que o conceito aplicado é o que justifica as questões levantadas ao longo desta dissertação.

⁴ De acordo com Padraig Carmody, na página 133 do seu livro: “The Rise of BRICS in Africa” afirma que: “*All of the BRICS states seek to consolidate a multipolar world order, as displacement of United States leadership in the near ter mis not possible given its militar dominance, global rech, network aliances and weight of its economy*”

Antes de se partir para uma análise do pensamento dos autores sobre o Realismo, enquadrar-se-á a atual ordem mundial como forma de percepção dos conceitos e de todo o estudo desenvolvido. Daí, que *“após a queda do muro de Berlim, o colapso da União Soviética e os atentados de 11 de setembro de 2001, que o mundo se questiona sobre qual a ordem mundial que deverá vigorar e que recoloca o lugar do homem e das relações internacionais num equilíbrio entre a existência e o tempo”* (M. Martins 2011). Existe desde estas datas, uma certa discussão entre os analistas de relações internacionais sobre qual a ordem mundial para que o atual sistema internacional caminha.

Para Richard Haass, o sistema mundial no século XXI, aproxima-se cada vez mais de uma não- polaridade, em que o sistema não é dominado por um ou dois Estados, mas sim por inúmeros Estados e atores que exercem um amplo e variado tipo de poder⁵, ou tal como Jr. Joseph Nye defende, existe hoje uma *“difusão do poder”* em que os centros de decisão passam a ser mais variados e que organizações não-governamentais como empresas, sindicatos ou até organizações militares privadas passam a poder desequilibrar a ordem mundial existente. Também para o Ex. Presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, o mundo, desde 2009 conheceu a emergência de Estados considerados em desenvolvimento para grandes poderes económicos à escala mundial, e que desde aí o mundo está numa clara evolução para uma nova ordem mundial de carácter multipolar (Zoellick 2010).

Apesar de Richard Haass considerar que o mundo se aproxima de uma não-polaridade, não ignora que os Estados Unidos da América são o ator mais poderoso do sistema internacional, com uma capacidade económico-financeira; militar; científica e tecnológica aliada a uma ampla disponibilidade de recursos que nenhum outro ator dispõe (Haass 2008). Já Henry Kissinger, considera os EUA como uma *“superpotência ambivalente”* em que lhes cabe a gestão⁶ da ordem mundial por si liderada (Kissinger 2014, 319). É como oposição a esta primazia Americana que os Estados emergentes, tal como a RPC ou os

⁵ De acordo com o artigo de Richard Haass publicado na revista Foreign Affairs, o autor defende que: *“The principal characteristic of twenty-first-century international relations is turning out to be nonpolarity: a world dominated not by one or two or even several states but rather by dozens of actors possessing and exercising various kinds of power”* - <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2008-05-03/age-nonpolarity> (consultado a 31/05/2015)

⁶ Henry Kissinger considera que *“mais nenhum país para além dos EUA desempenhou um papel tão decisivo na formatação da ordem mundial contemporânea, nem praticou uma ambivalência tão grande ao contribuir para ela.”* – Página 273, a Ordem Mundial

restantes BRICS procuram, através do exercício do poder que dispõem em outros territórios como os africanos, levarem a cabo a construção da sua ideia de ordem mundial multipolar. Daí que para se entender o porquê do seu envolvimento em África se tenha, num primeiro momento, abordar o principal conceito de análise qualitativa na perspetiva dos principais autores mundiais alinhados com os conceitos de Geopolítica e de Geoestratégia.

Parte-se então do princípio que o realismo político enquanto perspetiva teórica dominante das Relações Internacionais assume-se, segundo H. Morgenthau como: “ A teoria que procura entender a política internacional tal e qual como ela é, e como deve ser, face à sua natureza intrínseca, e não como as pessoas gostariam que ela fosse”, defendendo que “ o Realismo sustenta que os princípios morais universais não podem ser aplicados às ações dos Estados na sua formulação universal abstrata, mas que devem ser filtrados por meio das circunstâncias concretas de tempo e lugar, sendo ele a representação da construção mental teórica de uma política externa racional”⁷.

Já Kenneth Waltz⁸ argumenta o conceito de maneira diferente, na medida em que o Realismo indica métodos de como a política externa é conduzida, argumentando que é o equilíbrio de poderes a demonstração dos resultados produzidos pelo método de análise, reforçando assim a ideia do que caracteriza o poder dos Estados no sistema internacional (Waltz 1979, 117).

Noutra perspetiva, Nicholas Spykman liga o conceito aos fatores geopolíticos e geoestratégicos⁹, argumentando que o Realismo é a realidade do sistema internacional e que o poder dos Estados no sistema internacional não depende só do seu poderio militar

⁷ Esta citação provém de uma tradução realizada pela Fundação Alexandre de Gusmão da obra de Hans Morgenthau “Politics Among Nations”.

⁸ Para Kenneth Waltz o Realismo: “*indicates the methods by which foreign policy is conducted and provides a rationale for them. Structural constraints explain why the methods are repeatedly used despite differences in the persons and states who use them. Balance-of-power theory purports to explain the result that such methods produce. Rather, that is what the theory should do. If there is any distinctively political theory of international politics, balance-of-power theory is it*”, em “Theory of International Politics”, página 117.

⁹ Conceito retirado de um artigo intitulado de “The Contribution of Nicholas John Spykman to the Study of International Politics” da autoria de Edgar Furniss e que cita Nicholas Spykman: “*a sound foreign policy (...) must accept this basic reality of international society (the need for power) and develop a grand strategy for both war and peace based implications of its geographic position in the world. (...) But the relative power of states depends not only on military forces but on many other factors-sizes of territory, nature of frontiers, size of population, absence or presence of raw materials, economic and technological development, financial strength, ethnic homogeneity, effective social integration, political stability, and national spirit.*”

mas de outros fatores como por exemplo o território; as fronteiras; os recursos; a capacidade financeira e tecnologia disponível” (Furniss 1952, 384-385).

Neste sentido, existem três maneiras diferentes de enquadrar e interpretar o Realismo político. A primeira de H. Morgenthau em que não existem normas universais e que as relações entre os Estados são anárquicas. A outra perspectiva, de Kenneth Waltz, conhecida também como de Neorrealista, defende o argumento que o Realismo é o método utilizado pelos Estados na condução da sua política externa levando isso a um equilíbrio de poderes no sistema internacional. Por fim, a perspectiva Realista de Spykman, insere-se nos aspetos geopolíticos como um instrumento de legitimação da expansão de um Estados pela força. Com base nestes argumentos, poderemos entender o conceito como a relação anárquica entre os Estados assente em todos os aspetos de poder, procurando o equilíbrio entre si nos diversos fatores existentes, desde o militar ao financeiro. Sendo que é através deste método que se deverão analisar as Relações Internacionais, interpretando-se os factos que motivam a forma como os Estados se relacionam e equilibram o seu Poder, através das suas ambições de edificarem e por consequência liderarem e aplicarem a sua ideia de ordem mundial.

Portanto, a partir da metodologia adotada, torna-se mais fácil compreender os aspetos que motivam as questões de ordem Geopolítica e Geoestratégica, as questões de poder, domínio e recursos estratégicos que reforçam essa perspectiva e são imprescindíveis à análise com base no conceito de Realismo que de acordo como Samuel P. Huntington, é “*un punto de partida sumamente útil para analizar asuntos internacionales y explica parte de la conducta de los Estados*” (Huntington 1996, 37).

Partindo-se então do principio que os autores referenciados consideram a metodologia adotada como a forma de explicar as relações internacionais e dado que na presente dissertação se trata de relações entre Estados, o método de análise da temática em estudo terá de ser impreterivelmente o Realismo Político.

O conceito de Geopolítica não é de todo unânime, a ele estão hoje ligadas múltiplas interpretações. De forma lata, segundo Yves Lacoste, o conceito de Geopolítica: “Designa tudo o que diz respeito às rivalidades de poderes ou de influência sobre territórios ou sobre as populações que neles vivem: rivalidades mais ou menos pacíficas e violentas entre poderes políticos de todo o género, e não apenas entre Estados, mas também no interior dos próprios Estados, entre movimentos políticos ou grupos armados mais ou

menos clandestinos. Estas rivalidades exercem-se para o controlo ou domínio dos territórios geográficos de grandes ou pequenas dimensões”¹⁰. Outros autores, defendem que a palavra Geopolítica evoca imagens, criando ideias sobre a guerra; império e diplomacia, sendo nada mais a prática que os Estados utilizam para controlar e competir por territórios (Flint 2006, 13-14). Ao fim ao cabo, as definições convergem em alguns pontos. Assim, resumindo, o conceito de geopolítica está ligado ao poder que é exercido pelos Estados para influência e domínio seja ele realizado de forma pacífica ou violenta em determinados territórios, caracterizado pela anarquia que é inerente ao atual sistema internacional.

Já o conceito de Geoestratégia está muitas vezes associado ou interligado ao conceito de Geopolítica, alguns autores, como Pierre Célèrie¹¹, entendem que a “Geopolítica e a Geoestratégia são duas ciências distintas mas intimamente relacionadas, formando um «díptico homogêneo que oferece tanto ao político como ao militar, um mesmo método de aproximação aos problemas necessariamente interligados do mundo atual»”. Já Pedro Pizarat Correia, com base na citação de Ladis Kristof¹², defende que a Geoestratégia é a “Ciência que relaciona a geografia com a estratégia, estuda o conjunto dos fatores geográficos nos seus aspetos quantitativos e qualitativos, de uma unidade ou grupo político, englobando assim a totalidade dos recursos das regiões envolvidas e as qualidades espirituais da sua população, com vista a atingir os objetivos fixados pela política para serem realizados pela estratégia”. Raúl François Martins, citando Jacques Sopelsa, num artigo publicado na Revista Nação e Defesa, em que aborda os conceitos de Geopolítica e Geoestratégia, afirma que “a Geoestratégia é o estudo das relações entre os problemas estratégicos e os fatores geográficos. Com a Geopolítica, que completa, ela analisa assim as relações fundamentais que regem o mundo contemporâneo”

Perante estes conceitos, a noção de geoestratégia, embora muito ligada à geopolítica, está mais ligada aos recursos estratégicos, quer militares, quer naturais ou energéticos de um determinado espaço geográfico, desta forma, grande parte dos autores defendem que não existem nem conceitos nem definições que sejam consensualmente

¹⁰ Esta definição de Geopolítica encontra-se no primeiro parágrafo da introdução do livro: “A Geopolítica do Mediterrâneo” de Yves Lacoste - Edições 70, 2006, Página 1 – Introdução.

¹¹ Esta citação é retirada do significado de Geoestratégia do Dicionário de Relações Internacionais elaborado pelo Professor Fernando de Sousa.

¹² A citação encontra-se no Volume 1 do Manual de Geopolítica Geoestratégia de Pedro Pizarat Correia, pág. 111

aceites, existe sim, como visto até aqui, um leque vários de propostas que diversos autores apresentam.

Desta forma, os fatores Geopolíticos e Geoestratégicos, inserem-se nas questões do Poder que os Estados procuram obter, edificando a sua ideia de ordem mundial na ótica do reforço desse seu Poder. Disputando por vezes regiões ou os seus recursos para que essa sua ambivalência sobressaia, são essas as disputas anárquicas que caracterizam o equilíbrio de poderes como Kenneth Waltz defende, sem nada acima dos Estados que por vezes conduz ao limite questões de identidade e soberania das regiões em disputa pela via dos seus interesses causando uma dependência para o território e uma alienação dos recursos existentes.

1.2 - Estado da Arte

Naquilo que diz respeito à temática desta dissertação, é possível encontrar-se informação em variadas fontes. Existe todavia uma escassa produção em artigos produzidos por autores portugueses inseridos no objeto de estudo desta dissertação.

Encontra-se, por exemplo, uma Dissertação de Mestrado sobre “O Modelo de Cooperação da China para África: o caso de Moçambique” de Cláudia Aranda Correia, ou de António Frazão, sobre a “Energia e Interdependência”.

Relativamente a artigos em revistas científicas, é onde existe uma tipologia mais vasta de informação. Encontra-se alguma produção nacional, mas maioritariamente liderada por autores internacionais. Na exigência que esta temática de estudo obriga, pode encontrar-se produção sobre a “*A China e a Índia no Atlântico Sul*” de Miguel Santos Neves; de Carmen Amado Mendes sobre “*Dinâmicas regionais da política energética chinesa: Ásia central; África e América Latina*”; de Rui Pereira sobre a “*construção civil chinesa em Angola*”; da cooperação entre a China e Moçambique de Alexandre Carriço e por exemplo, de Marco Martins sobre a China e a Ordem Mundial.

Em produção científica internacional, existe alguma abundância de artigos que tratam a questão do envolvimento chinês em África, por exemplo nesta matéria, encontram-se importantes artigos como o de Bijiang Zheng, na revista *Foreign Affairs* que se intitula de “*China’s Peaceful Rise to Great Power Status*”, muito importante naquilo que

define a ambição das política externa chinesa. Na mesma revista, encontra-se o importante artigo de Richard Haass sobre a não polaridade do sistema internacional. Encontram-se também artigos de Chris Alden, entre outros autores conceituados e que tratam questões africanas, como Lucy Corkin relativo às relações Sino-Angolanas, em que é um dos principais artigos que servem de base e de análise às questões do financiamento chinês a Angola. Estes autores são referidos inúmeras vezes ao longo da presente dissertação sendo os que têm maior relevância científica para este estudo.

Porém, existem outros autores, que também são utilizados como base de um enquadramento para algumas questões, que até podem ser considerados relevantes ao nível mundial. Refiro-me a Robert Zoellick, Ex. Presidente do Banco Mundial com o seu artigo sobre o “Fim do Terceiro Mundo”. Outros autores, como Loro Horta, num artigo publicado na Jamestown Foundation, sobre o envolvimento chinês e de outros atores em Moçambique, considera-se como essencial em informação sobre Moçambique, representando uma matriz científica bastante elevada e um conteúdo de análise bastante enquadrado com a temática desta dissertação.

Naquilo que toca a grandes obras da autoria de personalidades de renome e estatuto mundial, existem com grande significado e importância, para uma análise coerente da presente temática em estudo, as obras de Henry Kissinger “*A Ordem Mundial*” e “*Da China*” que, dado o seu conteúdo e temática presente, dispõem também de um pensamento baseado numa grande experiência que dá ambivalência a que algumas questões levantadas não pudessem ficar sem respostas, referindo ainda que o pensamento do autor, ajuda a refletir e permitem olhar de outra forma para a questão das relações internacionais. Sem o pensamento de Henry Kissinger e o seu grande conhecimento do sistema internacional, alguns temas como este não teriam fundamentação teórica suficiente, caindo por vezes numa hipótese de colocar em causa a sua própria validade.

Outros autores de renome, embora não ao nível de Henry Kissinger, existem algumas referências e algumas hipóteses são baseadas no seu pensamento, tal como Joseph Nye no seu livro “*O Futuro do Poder*”, ajudando muitas vezes a compreender as questões do Soft Power através da cativação e daquilo a que hoje se chama de difusão do poder, essencial, em grande parte desta dissertação para compreender os aspetos teóricos chave. Em conteúdo não tão teórico, mas mais prático, encontram-se a obra de Chris Alden “*China in Africa*”, talvez única em alguns aspetos, e referenciada em inúmeros artigos

científicos, dado que o autor pode ser considerado dos maiores especialistas mundiais da presença/envolvimento chinês em África. Pádraig Carmody sobre “The Rise of Brics in Africa”, referenciado inúmeras vezes ao longo da presente dissertação, apresenta nesta sua obra, a questão do envolvimento dos BRICS em África, os setores em que estão mais envolvidos e quais os países em que desempenham maior influencia geopolítica. É de referir o facto, de que grande parte do 3º capítulo, é baseado neste seu pensamento e nas hipóteses sugeridas pelo autor, essencialmente pela questão da multipolaridade procurada pelos BRICS para caracterizar a ordem mundial.

Além da produção científica em que se baseia a presente dissertação, existem artigos e relatórios publicados por instituições governamentais ou não governamentais sobre a questão em estudo, por exemplo encontra-se relatórios sobre questões mais práticas relativas à temática em estudo, mas desempenham um importante papel de conteúdo para esta dissertação, destaco a informação presente em sítios na internet de empresas petrolíferas como a BP, Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola) e Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (Moçambique). Ao nível do investimento direto e financiamento, na questão do envolvimento chinês em Angola e Moçambique a informação exposta, proveniente, em grande parte, também dos sítios de internet das empresas chinesas envolvidas nesses Estados, como O CIF, a SINOPEC, a CHICO e a ANHUI.

Ao nível de relatórios informacionais de organizações governamentais, são referenciados, por exemplo o relatório “*Building Bridges*” do Banco Mundial sobre as infraestruturas construídas pela China em África, ou boletins informativos da União Europeia sobre as questões da segurança energética e da União da Energia, tal como documentos oficiais das cimeiras entre os seus Estados-Membros. Ainda é de referir, que o centro de documentação dos BRICS “Policy BRICS Center”, tem alguma informação sobre o seu carácter e ambições conjuntas em África, como uma pequena análise de Victoria Waldersee. Ainda é de referir, que se tornaram vitais, para que a presente dissertação ganhasse conteúdo, as “Analysis Brief” da Administração de Informação Norte Americana de Energia, em relatórios sobre a China, Moçambique e Angola.

Do lado de organizações não-governamentais, algumas informações para análise são baseadas em relatórios de instituições como a PWC sobre Angola; da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento no que toca a questões sobre a segurança energética; da “The Heritage Foundation” sobre o investimento e financiamento chinês a nível

mundial e detalhado para África e da Agência Internacional de Energia sobre dados quantitativos para uma análise às questões da segurança energética. Importa frisar que para quantificar as transações comerciais entre a RPC, Angola e Moçambique, foi utilizado o centro de Estatísticas do International Trade Center. Por fim, importa referir o centro de análise estratégica Stratfor, e o SIPRI pelas análises e Mapas que ajudam a compreender algumas questões africanas bem como de transações de armamento, respetivamente.

Apesar de inúmeras referências e de importantes autores referenciados ao longo da presente dissertação, é reconhecido que possa existir mais produção científica e teórica sobre a questão em estudo, dada a inúmera intelectualidade existente sobre qualquer temática que se aborde, e por o seu acesso muitas vezes ser impedido ou ter um custo extremamente elevado para a sua acessibilidade. É reconhecido, e dado que as Relações Internacionais não são algo estático, estão em constante evolução e mudança de dia para dia, algumas referências de hoje, poderão ser substituídas por novas obras ou novas teorias sobre a questão em estudo.

Finalmente, importa referir que na operacionalização de conceitos, foi utilizado o método que Adriano Moreira aplica quando se analisa um tema das Relações Internacionais, daí que a escolha de Morgenthau, Kenneth Waltz e Spykman esteja de acordo com os princípios de análise na perspetiva do Realismo enquanto método dominante de análise das Relações Internacionais.

1.3 - O Envolvimento da República Popular da China em África – Perceção e Análise

O envolvimento chinês em África aparenta em quase tudo ser discreto e pacífico. Alguns autores, como Chris Alden¹³, afirmam que este envolvimento nasce aquando da primeira cimeira Sino Africana, conhecida desde aí como o Fórum de Cooperação Sino-Africano (FOCAC). Outros afirmam, como Cláudia Correia ou Alexandre Carriço, que se iniciou pela década de 60.

No entanto, no dia 10 de outubro do ano 2000, no discurso de abertura da FOCAC, o então Presidente da RPC, Jiang Zemin afirma que: *“China is the largest developing country in the world and Africa is the continent with the largest number of developing*

¹³ Informação de acordo com Chris Alden, na sua obra: China in Africa, 2006, página 1.

countries. At the turn of the millennium and the century. China and Africa are faced with both historical opportunities for greater development and unprecedented challenges. At this important historical juncture, an in-depth discussion between us on how to strengthen cooperation and promote common development will undoubtedly exert a far-reaching important impact on the cross-century development of Sino-African relations, closer South-South cooperation and the establishment of an equitable and just new international political and economic order”¹⁴.

Partindo deste discurso, pelo seu conteúdo lógico, julga-se como o “tiro de partida” para a ambição chinesa uma mudança de paradigma em África e uma nova forma de cooperação, distinta daquela que os países ocidentais ao longo dos anos desenvolveram com os países africanos. Existem diferenças claras no “modus operandi” pela execução da política externa chinesa para África daquela que é praticada pelos países ocidentais. De acordo com o discurso de Jiang Zemin, identifica-se neste fórum de cooperação da RPC com África 3 vetores essenciais.

Um primeiro vetor, pelo argumento de a RPC, enquanto o maior país em desenvolvimento do mundo, e África, como o continente em que existe maior número de países em desenvolvimento, existe uma oportunidade histórica para um desenvolvimento e uma mudança de paradigma. Num segundo vetor, relacionando-se através da cooperação conjunta “Sul-Sul”, e um terceiro vetor para em conjunto, RPC e África estabelecerem uma nova, justa e igualitária ordem mundial.

Desde o ano 2000, já foram realizadas 5 cimeiras do FOCAC. Naquela que é marcada pela inaugural presença de um novo Presidente da RPC, acontece a terceira cimeira, em novembro de 2006, com Hu Jintao a Secretário-geral do Partido Comunista Chinês e a Presidente da Republica Popular da China, assinando com os estados africanos um programa de crédito no valor de 5 biliões de USD, um tratado comercial no valor de 100 biliões de USD e 1.9 biliões de USD em investimento direto estrangeiro chinês em África (Alden 2007, 2-3). Além de todos estes valores, segundo Chris Alden, para se perceber o espaço e setores de envolvimento da RPC, o autor destaca a presença chinesa no continente africano desde a costa do Benin com a construção de oleodutos e exploração de petróleo. Da exploração florestal em Moçambique; Libéria; Camarões e Congo (onde

¹⁴ Parte do discurso de Jiang Zemin na cerimónia de abertura da 1ª Cimeira do FOCAC: <http://www.focac.org/eng/ltada/dyjbzjhy/SP12009/t606804.htm> (consultado a 03/01/2015)

existem concessões florestais com o fim de fornecerem madeira às serrarias chinesas) e pela reabertura de minas e exploração de recursos energéticos que se encontrava inativas¹⁵ através das suas empresas estatais, a troco de concessões e aquisição desses recursos em divisas estrangeira (Alden 2007, 3-4).

Por outro lado e como moeda de troca, os chineses têm vindo a construir nos países africanos, essencialmente nas capitais ou cidades importantes, pelas suas empresas de construção civil¹⁶, novos edifícios governamentais como em Angola ou Moçambique; palácios presidenciais; estádios desportivos; hospitais; escolas; rodovias; ferrovias; redes de distribuição elétrica, de água potável e Saneamento e até cidades inteiras.

Contudo, não foram só instalações físicas que a RPC tem vindo a construir no continente africano, a instalação da rede móvel e a esperada monitorização e ligação a satélites chineses permitiram ao continente africano estar ligado ao resto do mundo. Juntando ao aumento dos retalhistas chineses nas zonas urbanas e rurais que vendem vestuário, calçado novo, rádios ou relógios a baixo custo (Alden 2007, 4-5) possibilitaram assim ao povo africano adquirir muitos destes objetos pela primeira vez nas suas vidas.

Analisando-se por este prisma, o envolvimento chinês em África, poderá afirmar-se que tem sido benéfico para o continente africano, reunindo fatores para o arranque do processo de desenvolvimento que o continente precisava, melhorando assim algumas condições de vida que África antes não tinha conhecido.

Visto noutra perspetiva, existem opiniões contraditórias que colocam em causa o envolvimento chinês em África. Alguma opinião pública afirma que as relações que a RPC desempenha com os países africanos é caracterizado por uma matriz colonizadora, outros, defendendo a política externa chinesa para África admitem que a RPC é um parceiro comercial e de desenvolvimento, outros entendem este envolvimento como uma competição com o ocidente (Alden 2006, 5-7). Mas afinal qual ou quais os motivos para um maior intensificar de relações entre a China e alguns países do continente africano?

A resposta não é simples, até os maiores especialistas como Chris Alden afirmam que: *“ And, as with all such tales, the truth is cobbled together with myth, making it all the*

¹⁵ Após a descolonização muitas minas interromperam a sua exploração por falta de maquinaria e pessoal técnico para a extração mineral.

¹⁶ Existe um facto que Segundo Chris Alden é ignorado, pois todos estas infraestruturas têm vindo a ser construídas por chineses ignorando assim a mão de obra e desemprego existente em África.

harder to discern (much less assess) the implications of China's role in Africa" ¹⁷. Neste sentido, é difícil perceber afinal, quais as implicações do envolvimento chinês em África. Mas de acordo com a *The Heritage Foundation*, a China desde o início de 2005 a meados de 2014, investiu e realizou contratos com os países africanos no valor aproximado de 150 Biliões de USD, o total mundial representa 870 Biliões de USD, a maior fatia desse investimento e contractos vai para o setor da energia, com 395 Biliões de USD¹⁸.

Todavia, se tivermos em conta estes números e o discurso inaugural do Ex. Presidente da RPC Jiang Zemin, no Fórum de Cooperação Sino-Africano, afirmando que o intensificar de relações entre estes dois povos, através da cooperação assenta no estabelecimento de uma nova ordem política e económica mundial, mais justa e mais equitativa¹⁹. Se analisarmos estes valores e este objetivo chinês na perspetiva do Realismo, entendemos que ambição da RPC através do emprego dos meios que tem disponíveis e aplicados aos países africanos, aparenta estar a jogar numa lógica de procura do equilíbrio de poderes do sistema internacional, aumentando o seu espaço geopolítico de influência, rico em recursos importantes do ponto de vista geoestratégico para que de uma forma micro garanta, por exemplo, a sua segurança energética e outros minerais necessários ao seu desenvolvimento, que de uma forma macro se traduz num alinhar dos países africanos no seu conceito de ordem mundial multipolar.

É notório, ao longo do referido discurso e sentido das palavras de Jiang Zemin, a ambição de a RPC, juntamente com os seus parceiros em construir uma nova ordem mundial, sendo que em quase todos os parágrafos está várias vezes referida a expressão "Nova Ordem Mundial" de carater multipolar.

Deste discurso e modelo de cooperação, poderão ser interpretadas várias questões de diferentes formas, tais como se na viragem do século e do milénio a RPC estará a preparar-se para construir uma nova ordem mundial por si liderada? Se a sua aproximação ao ocidente é uma tentativa de equilíbrio de poderes, recolhendo apoio internacional de estados, outrora colonizados por estados ocidentais?

¹⁷ Pagina 5; China in Africa; Alden Chris 2006

¹⁸ <http://www.heritage.org/research/projects/china-global-investment-tracker-interactive-map> (consultado a 07/01/2015)

¹⁹ 2º Parágrafo do discurso de Jiang Zemin no discurso de abertura da cimeira Sino-Africana em 20 de outubro de 2000. <http://www.focac.org/eng/ltada/dyjbzjhy/SP12009/t606804.htm> (consultado dia 06/01/2015)

As respostas não são fáceis de obter, a ordem mundial vigente ainda dura após o desmoronamento da URSS, tendo resistido aos próprios atentados do 11 de setembro (M. Martins 2011). Mas importa perceber-se, após 12 anos de ser anunciada e ambicionada pelo Presidente da RPC Jiang Zemin a construção de uma nova ordem mundial, importa também referir-se o que disse no mesmo fórum o anterior Presidente²⁰ da RPC Hu Jintao, na última cimeira Sino Africana, no ano de 2012. Frisando este alinhamento como: “essencial à construção de uma nova ordem mundial”, apenas referindo assim as palavras de Jiang Zemin uma única vez durante o seu discurso que: “em conjunto devemos trabalhar na construção de uma ordem mundial mais justa e equitativa” (Jintao 2012).

Ainda Hu Jintao, nas comemorações dos 60 anos das Nações Unidas afirmou que: *“I would like to reiterate here what China stands for. We will continue to hold high the banner of peace, development and cooperation, unswervingly follow the road of peaceful development, firmly pursue the independent foreign policy of peace and dedicate ourselves to developing friendly relations and cooperation with all countries on the basis of the Five Principles of Peaceful Coexistence. Always integrating our development with the common progress of mankind, we take full advantage of the opportunities brought by world peace and development to pursue our own development while going for better promotion of world peace and common development through our successful development. China will, as always, abide by the purposes and principles of the UN Charter, actively participate in international affairs and fulfill its international obligations, and work with other countries in building towards a new international political and economic order that is fair and rational. The Chinese nation loves peace. China's development, instead of hurting or threatening anyone, can only serve peace, stability and common prosperity in the world”*²¹

Este facto, e denominado por Zheng Bijian²² como de “Ascensão Pacífica”²³ em que afirma que a emergência da RPC fora impulsionada com base em meios pacíficos como: o

²⁰ Hu Jintao fora Presidente da RPC de 2004 a novembro de 2012, tendo sido a 5 Cimeira da FOCAC a sua última. Até à data de hoje (06/01/2015) não se realizara mais nenhuma. Atualmente, o Presidente da RPC é Xi Jinping

²¹ Hu Jintao, “ Build Towards a Harmonious World of Lasting Peace and Common Prosperity”, discurso na Cimeira das Nações Unidas a 15 de setembro de 2005, Nova Iorque:

<http://www.un.org/webcast/summit2005/statements15/china050915eng.pdf> (consultado a 06/01/2015)

²² Zheng Bijian é atualmente Vice-Presidente do Partido Comunista Chinês, ocupou diversos cargos públicos governamentais como académicos. http://www.chinavitae.com/biography/Zheng_Bijian%7C647 (consultado a 12/01/2015)

²³ O conceito de “Ascensão Pacífica” aparece aquando da publicação de um artigo na revista *Foreign Affairs*, em 2005 na edição de setembro/outubro, escrito por Zheng Bijian

capital, investimento e tecnologia, sendo assim diferente dos meios utilizados por parte de alguns países como: a colonização, invasão ou uso da força (Bijian 2005). No entanto, de acordo com Henry Kissinger quando este se refere à “Ascensão Pacífica”, admite que durante “o caminho traçado pela China para o estatuto de grande potência (...) atualmente o termo de “Ascensão Pacífica” fora emendado para “Desenvolvimento Pacífico”, sendo que o termo “Ascensão” era demasiado ameaçador e triunfalista” (Kissinger 2011, 534).

Voltando ainda às palavras de Hu Jintao, o próprio denomina as relações com África como um novo tipo de parceria estratégica²⁴, anunciando assim cinco áreas prioritárias para os três anos seguintes à cimeira, ou seja, de 2013 a 2015.

A nova parceria estratégica admitida por Hu Jintao, assenta em 5 pilares essenciais²⁵. Em primeiro lugar na expansão da cooperação; investimento e financiamento como forma de suporte ao desenvolvimento sustentável de África, disponibilizando assim 20 biliões de USD de crédito para os países africanos no desenvolvimento de infraestruturas, na agricultura, manufaturas e pequenas e médias empresas.

Em segundo lugar, fazer com que o investimento em África permita benefícios para o povo africano, através de formação tecnológica em setores fundamentais como a agricultura, ensino, medicina em ciências naturais e exatas como a meteorologia e na potabilidade da água.

Em terceiro lugar, envolver as suas organizações na promoção de uma maior integração entre os países africanos para promover o comércio regional.

Em quarto lugar, construir uma aliança comum que permita o desenvolvimento sustentável da China e dos países africanos através da cooperação entre organizações dos dois lados, com visitas comuns melhorando-se a investigação e o desenvolvimento.

Em quinto lugar, promover a paz; a estabilidade e criar um ambiente seguro para a possibilidade do desenvolvimento de África, criando uma parceria para a paz e segurança, através da cooperação com a União Africana na realização de missões de *PeaceKeeping* em África e no desenvolvimento de uma *African Standby Force*, treinando os oficiais africanos

²⁴ O novo tipo de parceria estratégica Sino-Africana fora anunciada em 2006 no FOCAC por Hu Jintao durante o seu discurso na respetiva cimeira: <http://www.focac.org/eng/ltda/dscbjhy/SP32009/t606840.htm> (consultado dia 06/01/2015)

²⁵ Os cinco pilares constam do discurso de Hu Jintao na 5ª Cimeira do FOCAC: <http://www.focac.org/eng/ltda/dwjbzjjhys/zyjh/t953172.htm> (consultado a 06/01/2015)

em matérias de paz e segurança para sua manutenção e promoção da segurança no continente africano.

Ainda durante a cimeira da FOCAC, Hu Jintao anuncia que em 2011 o tratado bilateral Sino-Africano atingiu o valor de 166.3 biliões de USD de investimento chinês em África, 3 vezes mais que em 2006. O IDE chinês em África excedeu os 15 Biliões de USD em projetos de investimento em 50 estados. Os edifícios da UA foram construídos pela RPC, assim como um total de 100 escolas; 30 hospitais; 30 centros anti malária e 20 centros de demonstração de tecnologia agrícola, juntando ainda mais 15 biliões de USD para a preservação da natureza no continente africano (Jintao 2012).

Contudo, se o objetivo da parceria estratégica da RPC com África for a construção de uma NOM, ela nunca será verdadeiramente global, pois tal coisa nunca existiu (Kissinger 2014, 2) existirá sim uma multipolaridade de atores que a RPC terá capacidade de influenciar. Daí que existem atores, como os EUA que embora possam perder influencia pela difusão do Poder a nível global e pela emergência de novos atores como os BRICS, nunca deixarão de desempenhar um importante papel geopolítico na sua esfera de influência, nem na economia e política mundial (J. S. Nye 2010), daí que a RPC, embora seja já um importante parceiro de alguns países africanos não tem capacidade de liderar a ordem mundial, até pelo que tendo-se em conta as palavras dos líderes chineses, a ambição não é uma ordem mundial unipolar, mas sim multipolar, reconhecendo a primazia e o respeito mútuo pelos outros atores do sistema internacional.

Apesar de a RPC não liderar a ordem mundial vigente, a forma como devemos olhar para ela deve ser compreendida pelo método como se relaciona com o exterior. A sua diplomacia é diferente da praticada em grande parte do mundo. Nas relações com África, a RPC utiliza o seu *SoftPower* como forma de atração económica (J. S. Nye 2010), existe quem apelide esta sua ferramenta de política externa como “5 engodos”²⁶, que segundo Henry Kissinger, eram utilizados no tempo do império e “*funcionavam com a oferta de roupas elegantes e carruagens; comida requintada; música e mulheres; instalações espaçosas e luxuosas, utilizando-se então como forma de se renderem ao imperador*” (Kissinger 2014, 212-228). Ao adaptarmos este conceito aos dias de hoje, a RPC utiliza este método para a atração dos países africanos e dos seus líderes, como anteriormente

²⁶ Os 5 engodos eram utilizados pela China na dinastia Han (206 a.C – 220 d.C.) para lidar com as tribos fronteiriças.

referido através da construção de palácios presidenciais; escolas; hospitais ou na possibilidade de dar ao povo africano a hipótese de adquirir objetos pessoais a baixo custo. Talvez, esta sua estratégia sirva como método de o povo africano não olhar para as empresas chinesas como colonizadoras, mas sim como parceiras do desenvolvimento mútuo, procurando mostrar que o seu envolvimento em África é pacífico, promotor da ajuda ao desenvolvimento; do investimento e direitos humanos.

De certa forma, como veremos mais adiante, a RPC só não dá a África, mas também dela recebe²⁷, e a parceria estratégica com África beneficia a RPC no fornecimento de matérias-primas essenciais ao seu desenvolvimento, como os recursos naturais, energéticos ou alimentares. Mas este tipo de relação, em muito aparenta ser diferente da que muitos Estados ao longo dos anos têm vindo a desenvolver com África. Como a própria RPC admite, a sua ascensão tem sido feita à custa de meios pacíficos (Bijian 2005), e na realidade dos factos o comércio e o investimento em África tem sido feito em grande parte pelo governo chinês ou pelas suas empresas públicas, através de consórcios para a exploração de recursos, dando a RPC em troca importantes contrapartidas para que os possa explorar. A estratégia *going out* como adiante será abordada, reflete-se como o veículo do aumento da sua influência para fora do seu território.

Neste sentido, Hu Jintao admitiu que a RPC ajudou 50 países africanos de 2000 a 2012²⁸. Só de 2010 a 2012 a RPC, segundo as estimativas, investiu um total de 101 Biliões de USD em África, tendo a região da África Austral²⁹ recebido, segundo essas estimativas, cerca de 50% do investimento chinês. Estados como a Zâmbia ou África do Sul receberam uma grande parte desse investimento. No Mapa 1, que se encontra em anexos (Anexo 1) vêm demonstrados os valores investidos pela China em África de 2010 a 2012 bem como a percentagem de investimento por setor.

Tendo-se em conta o Mapa 1, a RPC investiu quase tanto na África Austral como no restante continente africano. A Zâmbia, o Zimbabwe e a África do Sul foram os países em que mais diversidade de setores a RPC investiu. Destacando-se assim os recursos minerais

²⁷ Como é visível na análise que o International Business Times faz à questão do envolvimento chinês em África, a China oferece financiamento a troco de garantias em petróleo em muitos dos Estados africanos: <http://www.heritage.org/research/projects/china-global-investment-tracker-interactive-map> (consultado a 07/01/2015)

²⁸ Hu Jintao admitiu que a China ajudou cerca de 50 países africanos durante o seu discurso na 5ª cimeira do FOAC.

²⁹ A África Austral é constituída pelos seguintes países: África do Sul; Angola; Botswana; Lesoto; Madagáscar; Malawi; Maurícias; Moçambique; Namíbia; Suazilândia; Zâmbia e Zimbabwe

como: o cobre; ferro; urânio; alumínio entre outros, a construção de infraestruturas como: rodovias; linhas ferroviárias; porto marítimos; barragens para produção hidroelétrica; hospitais; escolas e edifícios para a administração pública. Destaca-se ainda a ajuda financeira, como a concessão de empréstimos; a captabilidade de água potável e no setor que maior fatia recebe de investimento que é o energético, englobando o petróleo e o gás natural³⁰.

De acordo com o sítio da internet de análise estratégica *Stratfor*, que inicialmente publicara o anterior mapa, na sua análise qualitativa ao mesmo, pode ler-se que: *“China needs African resources to sustain its domestic economy, and the projects in Africa provide a destination for excess Chinese labor.”*³¹ É evidente, e aparenta em todo caso, ser uma resposta a algumas questões levantadas no ponto anterior, pois a RPC necessita de África para o desenvolvimento da sua economia e como tem sido a promotora, em parte, dos indicadores positivos de desenvolvimento que alguns países do continente africano, inclusive na África Austral como Angola e Moçambique, têm registado nos últimos anos no que toca ao crescimento do PIB.

Todo este processo do envolvimento chinês em África é hoje conhecido pela estratégia *“Going Out”*³² que é definida pelo controlo de recursos naturais, essencialmente recursos energéticos necessários ao progresso económico da RPC passando também pela aquisição de experiência internacional e reforço de competitividade e capacidade de gestão pelas grandes empresas chinesas em empresas estrangeiras com o objetivo de obter tecnologias e assim adquirir quotas de empresas internacionais de prestígio (Nash 2012).

Miguel Santos Neves³³, descreve que a presença chinesa em África é traçada por três formas distintas: o comércio, investimento direto e financiamento. Ao nível do comércio, defende o autor, que o Petróleo é o produto mais transacionado, seguido de outras matérias-primas e alimentos, do lado das exportações chinesas para África

³⁰ Esta informação toda ela é retirada de acordo com o que vem explicito no Mapa 1.

³¹ Informação retirada de:

<http://www.stratfor.com/sample/image/chinas-interests-african-resources> (consultado dia 14/01/2015)

³²<http://www.diplomaticourier.com/news/regions/brics/181-china-s-going-out-strategy> (consultado a 14/01/2015)

³³ Artigo de Miguel Santos Neves publicado na Revista Relações Internacionais no tema: *“A China e a Política Internacional”*

encontra-se como mais transacionados os produtos industriais e manufaturados (Neves 2013, 76).

O investimento direto chinês em África, sustenta o autor assenta sobretudo na exploração e "*controlo direto dos recursos energéticos como o Petróleo e o Gás Natural*" que é realizado através da participação de empresas chinesas em consórcios internacionais. O investimento realizado nas indústrias extrativas, também tem bastante significado, tal como a questão alimentar, sendo fundamental, como já referido anteriormente, para combater a insegurança alimentar na China, dada a diminuição substancial de terra arável e da escassez de água em certas zonas (Neves 2013, 77).

O investimento em infraestruturas representa uma fatia considerável do IDE chinês em África, como em estradas; caminhos de ferro; portos marítimos; redes de distribuição de energia; saneamento e água potável (Pereira 2011). Como também já referido anteriormente, o investimento chinês nas telecomunicações e nas suas infraestruturas garantiram uma ampla cobertura de rede³⁴, dado as empresas chinesas conseguirem, através de baixos custos de produção, colocarem no mercado africano aparelhos móveis a preços acessíveis, sendo que por exemplo, em Angola ou na África do Sul, a companhia chinesa *ZTE* e *Hawei* são quem domina esse mercado (Neves 2013).

Ao nível do investimento industrial e empresarial, este tem assentando sobretudo na indústria transformadora³⁵ e no estabelecimento de Zonas Económicas Especiais, como é o exemplo da Zâmbia e do Zimbabwe, localizando aí diversas indústrias de transformação. Possibilitando assim a entrada de produtos chineses em mercados que antes poderiam estar barrados ou que sejam objeto de preferência chinesa, dado que ao serem transformados num país africano garantem a selagem como aí produzidos. (Carmody 2013).

A outra forma de envolvimento chinês em África é através do financiamento, considerado nesse mesmo artigo por Miguel Santos Neves como: "*no lado africano o instrumento de influência económica mais significativo tem sido o financiamento através*

³⁴ Segundo Miguel Santos Neves "o investimento chinês nas telecomunicações tem associado «empréstimos ligados» para a rede de telecomunicações no sentido de os governos adquirirem exclusivamente equipamento chinês"

³⁵ Este investimento incide sobre a criação de zonas industriais denominadas por: *trade and economic cooperation zone*. Por exemplo, na África Austral estão a funcionar duas na Zâmbia na exploração e transformação de cobre

das grandes instituições financeiras públicas chinesas³⁶. (...) Para além de ser concecional com taxas de juro em princípio mais baixas do que as de mercado, tem sido associado à construção de infraestruturas de prestígio e com garantias de petróleo. (...) o facto é que este apoio financeiro é «ligado» e tem uma forte condicionalidade comercial na medida em que a maioria dos contractos de empreitada têm de ser atribuídos a empresas chinesas que usam predominantemente mão de obra chinesa” (Neves 2013, 79).

Existe ainda um outro aspeto que o autor refere sobre o envolvimento chinês na África Austral, nomeadamente ao nível militar. Esse envolvimento geoestratégico passa, segundo o autor “por assegurar a segurança dos produtos transacionados entre a China e os Estados africanos, através de um projeto de construção de bases navais no Atlântico Sul e no Sul do Índico como já vem a ser desenvolvido na parte norte e oriental deste espaço marítimo. Esta estratégia chinesa conhecida por *String of Pearls* e designada por *Overseas Strategic Support Bases*, caracterizada não como bases militares, mas sim como bases navais para reabastecimento (...) Na África Austral está projetado para se localizarem em Moçambique; Maurícias; Angola e Namíbia” (Neves 2013, 81).

Tendo em conta a Tabela 1, vêm salientadas as transações de material militar entre a RPC e os países da África Austral, de modo a identificar e melhor se compreender o seu envolvimento neste setor. Segundo os dados do SIPRI, não existe uma grande quantidade de armas transacionadas, apenas veículos militares como tanques e veículos pesados com metralhadora instalada ou aeronaves, que representa o tipo de material qualificado como militar mais transacionado entre a RPC e a África Austral.

Tabela 1- Transações de Armamento Militar entre a RPC e África Austral – 2000-2013

Estado	Total Transacionado	Tipologia
Angola	45	Veículos Pesados
Namíbia	40	16 Aeronaves; 21 Tanques; 2 Helicópteros; 1 Navio
Zâmbia	35	23 Aeronaves; 5 Tanques; 7 Helicópteros
Zimbabwe	12	Aeronaves

Fonte: SIPRI Arms Transfers Database, 2015 – Elaboração Própria

³⁶ Segundo o autor o financiamento público chinês a Estados Africanos tem sido feito pelo *Export and Import Bank of China* (EXIM); *Industrial and Commercial Bank of China* (ICBC) e o *China Development Bank* (CDB). Do lado privado pelo *China International Fund* (CIF).

Apesar da quantidade de material militar transacionado não apresentar um valor muito elevado, dado que só em 4 Estados essas transações aconteceram, é apenas de se salientar o facto, que a RPC transacionou mais material militar com os Estados que desenvolve mais relações, como a Zâmbia, o Zimbabwe e Angola. No entanto, é visível que em termos de meios marítimos, a RPC não é grande fornecedora aos países que mantêm uma forte ligação geoestratégica, dada a importância que a segurança marítima tem para a RPC, esta prefere ser a própria a garantir a segurança *offshore* das suas concessões petrolíferas e o escoamento das suas importações e exportações para África (Neves 2013).

Assim, justifica-se que a estratégia *Going Out* seja um braço da política externa chinesa pela necessidade de recursos essenciais à sua economia, executada através dos mecanismos financeiros e monetários que dispõe e que os utiliza como moeda de troca para o seu acesso e para a referida cooperação com os Estados Africanos, permitindo esses mecanismos que o comércio, o investimento direto e o financiamento sejam significativos ao ponto de que a RPC seja considerada o maior interveniente em África (Jafrani 2012).

O método utilizado pela estratégia chinesa *Going Out* em África assenta na troca dos seus recursos de capital em investimento em infraestruturas necessárias ao desenvolvimento dos países africanos, financiamento alternativo daquele que é oferecido pelo bloco de países do Norte, e assumindo-se como um dos principais parceiros comerciais de alguns países africanos, dispondo estes de uma excelente oportunidade de desenvolvimento, em contrapartida das necessidades que a economia chinesa necessita para prosseguir no reforço e ambição do seu estatuto global.

É de salientar que todos estes investimentos da RPC em África, também visam beneficiar o próprio envolvimento chinês neste continente, pois com a construção de rodovias e ferrovias; pontes; portos marítimos e aeroportos tornam mais fácil e flexíveis os acessos e meios para a RPC importar os produtos africanos e assim colocá-los ao dispor da sua economia doméstica e economia global, daí que a construção destas infraestruturas também possibilitam o efeito contrário, ou seja, a RPC poder colocar os seus produtos, as suas empresas e população em África.

Por outro lado, numa vertente mais política, a RPC tem procurado da parte dos países africanos apoio político para questões internacionais, tais como as de Taiwan ou

sobre sanções internacionais que tem sido alvo sobre a violação dos direitos humanos³⁷. Assim, através do apoio dos estados africanos, a RPC conseguiu importantes feitos internacionais como apoio para a realização dos Jogos Olímpicos de 2008; ou na década de 70 do século passado ter substituído Taiwan como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU (Alden 2007, 21).

O nível de envolvimento chinês na África Austral encontra-se bem visível no Mapa 1, assentando sobretudo no investimento/financiamento, como já referido, mas também estabelecido nos quatro pilares referidos anteriormente: comércio; investimento direto; financiamento e segurança. Encontramos a Zâmbia seguida a África do Sul com maior grau de envolvimento chinês no que toca a investimento, Angola como maior parceiro comercial e possível recetor de financiamento (Neves 2013) e tal como Moçambique, um possível recetor de uma base naval chinesa. Assim, o envolvimento Geoestratégico chinês na África Austral passa pelo Comércio, em que os produtos transacionados por ambas as partes são: o petróleo e gás natural; matérias-primas como recursos minerais; alimentos e produtos industriais e manufaturados, pelo financiamento de longas maturidades e taxas de juros mais baixas que o FMI e de outros financiadores, pelo investimento direto chinês no setor energético; mineral; agrícola; infraestruturas; telecomunicações e indústria transformadora e pela questão da segurança com o comércio de meios militares a custo baixo, aliado a financiamento chinês para os adquirir e à construção de bases navais chinesas em locais estratégicos para assegurar o reabastecimento e controlo do comércio mundial.

Desta forma, o envolvimento geoestratégico chinês na África Austral, projeta-se pela influência no método da não ingerência nos assuntos internos, dignificando assim os 5 princípios da Coexistência Pacífica³⁸, e pela necessidade chinesa dos recursos aí existentes, trocando-os por financiamento, investimento e apoio político internacional, que são fundamentais não só para a sua economia mas também para o estatuto de ator relevante no sistema internacional com o argumento da não interferência nos assuntos dos Estados africanos, na cooperação conjunta e na sua ambição da construção de uma ordem mundial multipolar.

³⁷ A China conseguiu recolher apoio de estados africanos sobre as sanções impostas sobre os acontecimentos de Tiananmen

³⁸ Os cinco princípios da Coexistência Pacífica são: O respeito mútuo por a soberania e a integridade territorial; a não-agressão mutua; a não interferência nos assuntos internos de outros países; igualdade e respeito mutuo e a coexistência pacífica – de acordo com: <http://thediplomat.com/2014/06/reflecting-on-chinas-five-principles-60-years-later/> (consultado a 15/01/2015)

Capítulo 2 - O Envolvimento Geoestratégico Chinês em Angola

Segundo Carmen Mendes “*Um dos principais fatores internos que atualmente condiciona a política externa chinesa é a procura de recursos naturais*” (C. A. Mendes 2009, 143). Daí e dada a dimensão da economia chinesa, da população e do seu território necessita de uma grande quantidade de recursos naturais para alimentar o seu estatuto internacional, na sequência de procurar aumentar os seus níveis de desenvolvimento. A RPC é o maior país em desenvolvimento do mundo (Zemin 2000), daí a utilização deste argumento para intensificar a penetração nos Estados africanos.

Como referido anteriormente, as relações da RPC com os países africanos, assentam na cooperação e apoio ao desenvolvimento, com relações comerciais, investimento direto, financiamento e segurança (Neves 2013). As relações da RPC com Angola e Moçambique não são exceção. O Mapa 1, mostra-nos quais os setores que a RPC investiu em África, dos quais se destacam a construção civil (edifícios e rodovias) e ajuda ao desenvolvimento (construção de escolas ou hospitais ou infraestruturas de suporte básico), manufaturas, portos marítimos, setor mineiro e energético.

No setor comercial, Angola tornou-se o maior parceiro comercial da RPC no continente africano³⁹. As transações entre a RPC e Angola são sobretudo petróleo e diamantes, do lado oposto os produtos mais transacionados da RPC para Angola são os veículos motorizados e material eletrónico relacionado com as telecomunicações (C. A. Mendes 2009).

Ao nível financeiro, é difícil quantificar os valores concretos de financiamento chinês a Estados africanos (Corkin 2011), este argumento é utilizado também pela *The Economist Intelligence Unit*⁴⁰, numa análise que faz sobre Angola, afirmando que é difícil quantificar a dívida soberana de Angola porque: “ *This lack of transparency regarding funds provided by China over the past five years means that Angola's external debt could be considerably higher*”⁴¹. A forma mais próxima de o quantificar é analisar o valor das infraestruturas construídas por empresas chinesas, utilizando a análise de Lucy Corkin para

³⁹ Esta informação está de acordo com o Centro de Estatísticas do *International Trade Center*: http://www.trademap.org/tradestat/Bilateral_TS.aspx (consultado a 16/01/2015)

⁴⁰ Este argumento é utilizado pela *Economist Intelligence Unit* referente a quem detém as divisas de dívida Angolanas, no separador em que existe informação sobre países

⁴¹<http://country.eiu.com/article.aspx?articleid=932683477&Country=Angola&topic=Risk&subtopic=Credit+risk&subsubtopic=Sovereign+risk&oid=872683471&aid=1> (consultado a 6/02/2015)

explicar o destino das linhas de crédito chinesas, neste caso a Angola, mas que se aplicam aos restantes Estados Africanos: “*These funds were supposedly earmarked to carry out various construction projects*” (Corkin 2011, 172).

Ao nível da segurança, o envolvimento chinês em Angola ainda está longe de uma verdadeira cooperação, mas já projetado, aguardando-se neste setor o então desenvolvimento por parte da RPC da sua estratégia *string of pearls* que prevê a construção de duas bases navais *offshore* chinesas, uma nas águas de Angola e outra nas águas de Moçambique.

As relações da RPC com Angola intensificaram-se sobretudo, após o final na Guerra Civil angolana em 2002, dois anos após a primeira cimeira da FOCAC. No entanto, as relações ocorreram durante a Guerra Civil, com a transmissão de armas e apoio político a movimentos como o MPLA (Corkin 2011). A partir de 2004, com a concessão de crédito e a compra de participação em blocos petrolíferos as relações entre estes dois Estados intensificam-se em todos os planos do envolvimento chinês em África (Administration 2014).

2.1 - O Envolvimento Comercial da República Popular da China: Angola como seu maior parceiro comercial na África Austral

Através de empréstimos atrativos e sobretudo pelas concessões petrolíferas, Angola tornou-se, como já referido anteriormente, o maior parceiro comercial da China em toda a África, a transação sobretudo de petróleo e pedras preciosas, essencialmente diamantes, aparelhos eletrónicos como telemóveis e as manufaturas são os produtos mais transacionados entre estes dois Estados, sendo que em 2014 o valor comercial transacionado entre estes dois Estados atingiu cerca de 37 Milhões de USD (ITC, 2015). A transação de petróleo com a China segundo a EIA, representa 46% das exportações angolanas deste recurso energético, refletindo-se em cerca 623 mil barris por dia.

Desta forma o petróleo assume-se como o fator geopolítico chave do envolvimento chinês em Angola (Corkin 2011). Como referido anteriormente, o principal fator relacional da China com Angola são as relações comerciais ao nível energético e possivelmente está

correlacionado com todas as outras formas de envolvimento como: o investimento, financiamento, cooperação política e segurança.

No plano comercial, não há muito a abordar, os valores transacionados de petróleo demonstram bem a dimensão comercial, pois Angola é o principal parceiro comercial chinês em África e o segundo maior fornecedor mundial de petróleo à China (Neves 2013). Na tabela abaixo é possível ver os produtos mais transacionados e o seu valor entre a RPC e Angola no ano de 2013.

Tabela 2 - Comercio RPC-Angola, 2014

Exportações Chinesas para Angola		Importações Chinesas de Angola	
Produto	Valor USD	Produto	Valor USD
Veículos Motorizados	750,985	Petróleo	31,051,596
Mobiliários/Iluminação/Sinais de trânsito	734,196	Pedras Preciosas	30,496
Material Eletrónico	728,886	Cimento	8,240

Fonte: International Trade Center Database, 2015 – Elaboração Própria

É notório a disparidade existente entre os produtos transacionados, quando comparados com o Petróleo. Este fator, indica o grau de envolvimento da RPC em Angola, mas também revela a sua necessidade de assegurar o fornecimento de petróleo por parte de um importante parceiro internacional em que Angola se assume perante a RPC. Não é só importante do ponto de vista da economia doméstica chinesa, mas também do ponto de vista da sua segurança energética. O Petróleo aparenta, e é defendido por diversos autores como o principal elo de ligação entre estes dois Estados. Este aspeto prevalece também pela competição global da RPC com outros atores de relevo, não só do ponto de vista militar mas também geopolítico, pois a necessidade deste recurso é fulcral para o seu progresso e desenvolvimento económico.

Visto que o petróleo é a base desta relação, todos os restantes aspetos de envolvimento da RPC em África, anteriormente referidos, investimento direto, financiamento e segurança vêm por consequência. Portanto, surge a necessidade do comércio de Petróleo.

Ao nível do investimento direto, existem diversos setores em que a RPC investiu em Angola. Aqueles que aparentam ser os maiores recetores de investimento direto são o setor da construção civil; telecomunicações e o mais importante em termos monetários, o petrolífero.

2.2 – O Investimento Direto da República Popular da China em sectores vitais em Angola: A construção civil, telecomunicações e recursos energéticos

São diversos os projetos que vêm a ser desenvolvidos, alguns dos quais já finalizados. No sítio da internet do *China International Fund Limited* (CIF)⁴², estão previstos cerca de 12 projetos de investimento em construção civil tornados públicos, em que um deles é o edifício do próprio *China International Fund Limited*. Os restantes são nos setores da habitação pública; utilidades públicas; rodovias; ferrovias; aeroporto; barragens e centrais hidroelétricas; zona industrial; centro de logística; portos marítimos; edifícios governamentais e uma nova cidade de Luanda⁴³.

À parte dos fundos do CIF, a *China Road and Bridge Corporation* (CRBC) iniciou alguns projetos, alguns deles já terminados outros ainda em construção. Segundo a CRBC⁴⁴, esta companhia chinesa desenvolveu as seguintes infraestruturas em Angola: estrada do Caxito; Ponte sob o Rio Cunene; Ponte de Xangongo; estrada de Kifangondo-Negage; estrada de Ondjiva e a Universidade de Cabinda, que ainda se encontra em construção.

Outro importante empreendimento realizado em Angola, por uma empresa chinesa foi a linha ferroviária de Benguela (1344 km), que liga a cidade portuária de Lobito à República Democrática do Congo e à Zâmbia. Esta infraestrutura fora construída pela *China Railway Construction Corporation* com o valor de 1.83 Biliões de USD⁴⁵.

⁴² <http://www.chinainternationalfund.com/projects1.asp> (consultado dia 14-03-2015)

⁴³ Contudo, segundo um artigo de Ricardo P. Pereira na Revista Nação e Defesa, nº128, o mesmo sustenta que “...durante o ano de 2007 muitos dos projetos foram interrompidos ou cancelados, suscitando especulação na imprensa e deixando transparecer que o elevado número e volume de contractos terá excedido a capacidade do CIF, fazendo com que não os conseguisse concluir nos prazos acordados...”

⁴⁴ <http://www.crbc.com/site/crbcEN/index.html> (consultado dia 14-03-2015)

⁴⁵ http://news.xinhuanet.com/english/china/2014-08/13/c_133553543.htm (consultado dia 14-03-2015)

Ainda a Sinohydro, segundo algumas fontes, investiu em Angola cerca 900 Milhões de USD na construção de 30 projetos no setor hidroelétrico; em escolas; hospitais (Huanbo com 410 camas; Lubango 590 camas; Namibe 73 camas e em Benguela com 410 camas⁴⁶); agricultura e transportes (Waldersee 2014).

O investimento por parte da RPC em Angola no setor da eletricidade e infraestruturas para a sua distribuição, tem de 2002 a 2009, um valor total de investimento por parte da *China Machine Building International* (CMIC)⁴⁷ 311 Milhões de USD, este investimento fora aplicado na recuperação das infraestruturas de abastecimento elétrico em Luanda após a Guerra Civil, iniciado em 2002 com a construção de postos de transformação/transmissão e linhas de distribuição de energia. Outro tipo de infraestruturas construídas foi no setor das tecnologias da informação e comunicação onde, segundo o Relatório *Building Bridges* do Banco Mundial, a ZTE investiu cerca de 238 Milhões de USD em ligações telefónicas e rede telefónica fixa em 8 estados angolanos. Ainda no setor de abastecimento de água potável a Luanda foram investidos por várias companhias chinesas, cerca de 200 Milhões de USD (Foster 2009).

Ainda numa alusão às estradas e caminhos de ferro construídos pela RPC em Angola, é defendido o argumento geoestratégico para o acesso aos mercados da República Democrática do Congo (RDC) e da Zâmbia (Aidoo 2013). Na RDC, devido aos seus metais raros, como o Coltan⁴⁸ desperta um forte interesse dado ser um metal raro e fundamental para o desenvolvimento tecnológico chinês. Na Zâmbia, pelo papel que a RPC aí desempenha em termos de investimentos industriais variados e no setor mineiro, permitindo assim através das rodovias e ferrovias construídas em Angola um escoamento dos produtos e um acesso mais seguro a esses Estados, permitindo uma eficiência na salvaguarda e transporte, dado que a Zâmbia é um Estado no interior de África e que as águas do Congo são perigosamente frequentadas por a pirataria presente no Golfo da Guiné, canalizando assim os seus produtos essenciais para os portos marítimos de Angola, tornando-a indispensável para a RPC não só em termos de petróleo (Hylton 2014).

⁴⁶ <http://eng.sinohydro.com/index.php?m=content&c=index&a=show&catid=125&id=215> (consultado a 14-03-2015)

⁴⁷ Informação retirada do Relatório do Banco Mundial: “Building Bridges” e do sítio da internet: http://en.cmic.com/program/&FrontComContent_list01-1319178758104ContId=6ecf9260-b7af-4814-9312-cc6527c7ad44&comContentId=6ecf9260-b7af-4814-9312-cc6527c7ad44.html (consultado a 15-03-2015)

⁴⁸ O Coltan é uma mistura de minerais existentes no mundo que melhor capacidade de condução térmica tem. É indispensável para as tecnologias eletrónicas dos dias de hoje, utilizado sobretudo em equipamentos portáteis tecnológicos, como computadores portáteis, smartphones e até em aparelhos espaciais.

Entre estes projetos de construção civil, existe uma polémica em torno daqueles que já se encontram finalizados, como por exemplo no Palácio Presidencial ou noutros edifícios governamentais construídos por companhias chinesas. A nova cidade de Kilamba, a cerca de 30 km de Luanda, também é outro caso conhecido, apelidada pelo Business Insider como uma “cidade fantasma”⁴⁹. Tendo aí, sido construídos segundo a *BBC*⁵⁰ 750 edifícios de 8 andares, 12 escolas e cerca de 100 espaços comerciais construídos pelo China International Trust and Investment Corporation (CITIC), que completou a obra em apenas 3 anos, com o custo cerca de 3.5 Biliões de USD.

Como fora referido, a RPC possibilitou a evolução das redes de telecomunicações e de internet no continente africano. Em Angola, no setor das tecnologias da informação e da comunicação, a *ZTE* e a *Huawei* estão aí envolvida, tendo investido 400 Milhões de USD, em que desses 400 Milhões de USD, 300 foram na modernização das linhas telefónicas e os restantes 100 Milhões de USD foram investidos nas comunicações militares; fábrica de telemóveis e um centro de investigação em tecnologias da informação e comunicação (Vines 2008). Já a *Huawei*, em 2011, doou um Centro de Informação de Tecnologias de Informação a Angola, no valor de 7 Milhões de USD com capacidade para formar 2000 alunos por curso⁵¹. Ainda em 2011, a *ZTE* doou também equipamentos eletrónicos no valor 1.7 Milhões de USD para a formação de quadros superiores neste centro de formação. A *ZTE International Angola*, após a privatização da Telecom Angola em 2009, passou a operar a gestão da companhia angolana de telecomunicações, a então Movitel.

O retorno deste investimento nas telecomunicações em Angola parece ter então os seus primeiros resultados, dado que segundo a *Huawei Angola*, nos 8 anos de presença no país, o seu valor das vendas atingiram cerca de 1.2 Biliões de USD.

O comércio entre a RPC e Angola em recursos minerais, representa o segundo volume de produtos mais transacionados, o que por sua vez, leva a que a RPC se envolva neste setor. Os recursos minerais mais transacionados são os diamantes ou pedras preciosas, investindo a RPC neste setor, com a já referida *Joint Venture China Sonangol*

⁴⁹ <http://www.businessinsider.com/chinese-built-ghost-town-kilamba-angola2012-7> (consultado dia 14-03-2015)

⁵⁰ <http://www.bbc.com/news/world-africa18646243> (consultado dia 14-03-2015)

⁵¹ <http://ao2.mofcom.gov.cn/article/chinanews/201105/20110507573907.shtml> (consultado a 17-03-2015)

International, a adquirir a exploração de 18% da mina de diamantes Catoca, a quarta maior mina de diamantes do mundo, pelo valor 400 Milhões de USD , em parceria com o CIF⁵².

O investimento chinês no setor petrolífero Angolano, é aquele que representa uma maior importância geoestratégica para a RPC. Dado que é o produto mais transacionado entre estes dois Estados e o seu principal eixo relacional. A *China Petroleum and Chemical Corporation* (Sinopec) em *Joint Venture*⁵³ com a Sonangol detêm algumas participações em blocos de exploração⁵⁴, prospeção e produção de petróleo.

Em 2004, a RPC adquiriu cerca de 50% do Bloco 18 no valor de 725 Milhões de USD, esta participação é em fórmula de *Joint Venture* entre a SINOPEC e a Sonangol, denominada por China Sonangol International. A exploração de 50% neste bloco está a ser operada por a *British Petroleum* (BP). Em outros blocos, a China-Sonangol International detêm mais participações. Já a parceria entre a petrolífera chinesa SINOPEC e a angolana Sonangol originaram a *Joint Venture: Sonangol Sinopec International* (SSI)⁵⁵ que também detêm algumas partes de concessões de exploração e produção de petróleo em Angola. Na tabela abaixo, é possível visualizar-se as companhias em *Joint Venture*, os blocos que lhe estão concessionados, a operadora petrolífera que faz a exploração bem como a percentagem do bloco que cabe às parcerias com empresas Chinesas e Angolanas.

⁵² Informação conforme:

http://www.consultancyafrica.com/index.php?option=com_content&view=article&id=795:diamond-mining-in-angola-enter-china-and-south-africa&catid=82:african-industry-a-business&Itemid=266 (consultado a 16-03-2015)

⁵³ Uma *Joint Venture* é uma associação de empresas na exploração de um determinado negocio sem que as partes envolvidas percam a sua personalidade jurídica.

⁵⁴ Ver o mapa:

<http://www.sonangol.co.ao/Portugu%C3%AAs/%C3%81reasDeAtividade/Concession%C3%A1ria/Documents/GAD201501-DMC0001-P-A.pdf> (consultado dia 19-03-2015)

⁵⁵ Segundo o Relatório *Building Bridges*, a Sinopec detêm 75% e a Sonangol 25 % desta *Joint Venture*, tendo sido estabelecida em 2006 com contrapartidas para o Governo de Angola no valor de 2.2 Biliões de USD e 200 Milhões de USD para projetos sociais.

Tabela 3 - Percentagem e Presença Chinesa nos Blocos Petrolíferos em Angola

Joint Venture	Bloco Concessionado	Operadora	Percentagem
SSI	18	BP	50%
SSI	18/06	Petrobras	40%
SSI	31	BP	15%
SSI	32	Total	20%
China Sonangol	Cabinda Norte	Sonangol P&P	11%
China Sonangol	3/05	Sonangol P&P	25%
China Sonangol	6/06	Petrobras	20%
China Sonangol	19	BP	10%
China Sonangol	19/11	BP	10%
China Sonangol	38	Statoil	30%
China Sonangol	36	Conoco Philips	50%

Fonte: SONAGOL, China Sonangol International, EIA – Elaboração Própria

Além do envolvimento chinês nestes blocos petrolíferos, existe uma série de projetos que a *China Sonangol International* está a desenvolver, no que toca à exploração de petróleo e gás natural nos blocos concessionado em Angola. Esses projetos irão avançar ou já deveriam ter avançado, segundo informação oficial, nos blocos: 3/05 A; 15/06; 17/06; 18/06; 32 e uma refinaria de grandes dimensões em SOYO⁵⁶.

Os valores investidos pela RPC na aquisição destas concessões em Angola não são revelados ou tornados público em quantia certa. Apenas poderá ser possível quantificá-los através dos empréstimos dos bancos chineses ao governo angolano, dado que as garantias dos empréstimos são baseadas em petróleo (A. C. Alves 2013).

2.3 – O Envolvimento Financeiro da República Popular da China em Angola e a Garantia em Recursos Energéticos

O envolvimento financeiro da RPC em Angola tem uma grande dimensão. O valor emprestado por bancos chineses ao governo de Angola, estima-se que até 2011 tenha sido

⁵⁶ Para maior exatidão da localização destes blocos, consultar a hiperligação do mapa referenciado na nota de rodapé número 43.

em cerca de 14.5 Biliões de USD. Os primeiros empréstimos remontam ao ano de 2004, foram uma alternativa aos do Fundo Monetário Internacional, que continham difíceis condições de se garantirem os pagamentos, sendo que desta forma, a RPC, através dos seus bancos estatais ofereceu dinheiro a Angola com garantias em petróleo, 5 anos de período de carencia de pagamentos e taxas de juro em cerca de 1.5% durante 17 anos. (Corkin 2011).

Através do *China Exim Bank*, foram emprestados a Angola entre 2004 e 2011, cerca de 7.5 Biliões de USD. Cerca de 2 Biliões em 2004, coincidindo com a exploração de petróleo no já referido bloco 18 (mais um premio de 725 Milhões de USD), 2.5 Biliões em 2007 e mais tarde em 2010, o Banco chinês de exportações e importações, disponibilizou mais uma linha de crédito, desta vez de 6 Biliões de USD a Angola. Uma outra condição destes empréstimos, destinavam-se a investimento público em infraestruturas, para a reconstrução de Angola após a duradoura guerra civil, também com a condição de adjudicar as obras de construção civil a empresas chinesas para desenvolverem e construírem esses projetos⁵⁷.

Outra entidade bancária chinesa, o *China International Fund Ltd* (CIF), criou uma linha de crédito para o Gabinete de Reconstrução Nacional de Angola⁵⁸ no valor de 9 Biliões de USD, contudo o governo angolano afirma que o empréstimo era no valor 2.9 Biliões de USD. Já o *China Development Bank* (CDB) financiou Angola em cerca de 1 Bilião de USD para melhorar o seu potencial agrícola (Corkin 2011).

Desta forma, contabiliza-se que foram emprestados a Angola um total de 14.5 Biliões de USD⁵⁹, segundo um artigo de Zachary Hilton, na Revista *Humphrey-Public Affairs Reveu*⁶⁰. Através do envolvimento financeiro da China em Angola, explica-se a forma de como é conduzido o investimento direto neste Estado, ou seja, através destas linhas de crédito, o governo de Angola pode recuperar as infraestruturas do país sem recorrer a um endividamento ao FMI ou a outras entidades financeiras. Desta forma, a RPC é coerente

⁵⁷ Informação com base no que vem referido por Lucy Corkin nas páginas 170 e 170, no seu artigo: "Uneasy allies: China's evolving relations with Angola"

⁵⁸ Este financiamento teria como fins vários projetos de construção como o novo aeroporto internacional de Luanda, reabilitação de estradas e linhas férreas e drenagens na cidade de Luanda.

⁵⁹ Estes valores apenas têm em conta os possíveis 2.9 Biliões de USD emprestados pelo CIF e confirmados pelo governo de Angola, não os 9 Biliões de USD anunciados.

⁶⁰ <http://humphreyreview.com/article/china-in-angola-the-pros-and-cons-of-chinas-aid-structure> (consultado a 20-03-2015)

com os 5 princípios da coexistência pacífica e a não ingerência em assuntos internos, relacionando-se pelo veículo da cooperação e ajuda ao desenvolvimento.

2.4 - Cooperação Política e Segurança: o próximo passo no sentido de uma maior proximidade?

As relações entre a RPC e Angola são, como têm vindo a ser analisadas até aqui, fortes em todos os setores de envolvimento. Angola é grande recetora de investimento direto e empréstimos por parte da RPC, além estar inserida numa das regiões de maior interesse e presença geopolítica com recursos geoestratégicos de suma importância para os interesses chineses, a forma ideológica de governo relaciona-se e encaixa-se positivamente com a forma de governo chinesa. Ambos os partidos do poder são de ideologia comunista e mantêm fortes relações entre si, tal como noticia o sítio da internet oficial do MPLA⁶¹ em que o Partido Comunista Chinês e o MPLA fortificam relações históricas, abrindo portas a novo investimento chinês em áreas por explorar, como no setor mineiro (diamantes; ferro; manganês; Fosfato) e a área das pescas e setor agropecuário, mas também no aprofundamento de experiências de governação como forma de melhorar as relações políticas entre estes dois Estados.

Contudo, existem outros fatores que fazem parte do interesse da RPC em manter e desenvolver boas relações com Angola, deles destacam-se a necessidade de recursos energéticos para assegurar a sua segurança energética garantindo o abastecimento da sua economia doméstica, por garantir preços acessíveis de petróleo mesmo com possíveis oscilações dos preços mundiais e beneficiar de apoios políticos internacionais em situações como uma possível instabilidade relacionada com Taiwan, de forma a que se a RPC for alvo de sanções da comunidade internacional, possa manter as suas linhas de fornecimento energético (C. Fernandes 2011).

Como referido no parágrafo anterior, a RPC para assegurar a sua segurança energética deverá não só assegurar o abastecimento doméstico, mas também do transporte do petróleo para território chinês, daqui nasce a necessidade da já referida *String of Pearls*, com a construção de bases navais espalhadas por pontos estratégicos

⁶¹<http://m.mpla.ao/imprensa/noticias/mpla-e-partido-comunista-da-china-fortificam-relacoes-historicas> (consultado em 23-03-2015)

chineses, ou seja, desde o Golfo da Guiné até ao Mar da China, de forma a garantir a segurança do seu comércio e essencialmente o abastecimento de petróleo à sua economia doméstica, por exemplo 93% das importações chinesas de petróleo é transacionada por via marítima, partindo daqui a necessidade do aumento da sua *Blue Water Navy* de forma a garantir a sua segurança energética. Em Angola está projetada, como referido anteriormente, uma base marítima chinesa não militar, com o propósito de permitir o escoamento dos produtos transacionados e garantir assim a sua segurança energética

Capítulo 3 - O Caso do Envolvimento chinês em Moçambique e a diferença de interesses em relação a Angola

As relações Sino-Moçambicanas datam anteriores a 1960, entre a RPC e os movimentos de libertação (C. Correia 2010, 47), no entanto, após a independência de Moçambique em 25 de junho de 1975 os dois países estabeleceram relações diplomáticas, mantendo-se intactas durante a guerra civil (1978-1992) e intensificando-se após a assinatura do acordo de paz entre a FRELIMO e a RENAMO. Ainda no estabelecimento de relações entre a RPC e Moçambique, além dos encontros entre os líderes na FOCAC, sublinha-se a visita de Armando Guebuza à China em 2006 e a visita de Hu Jintao a Moçambique em 2008 (J. J. Kiala 2009, 2).

O envolvimento da RPC em Moçambique aparenta ser diferente do envolvimento em Angola. Embora a RPC tenha também um elevado peso na construção civil moçambicana, não existe, por enquanto, a relação com base em petróleo, pois as reservas descobertas em Moçambique são ainda insignificantes para exploração, apenas as de gás natural o são, aparentando já existir interesse demonstrado por parte da RPC⁶². Por outro lado, Moçambique possui uma grande capacidade de produção hidroelétrica, capaz de abastecer todas as necessidades elétricas da África Austral (C. Correia 2010, 39).

A diferença entre o caso angolano e moçambicano está no valor e mercadorias transacionadas; no valor dos empréstimos; num forte envolvimento nos setores do carvão e energia hidroelétrica. O setor agrícola de Moçambique também representa importância estratégica para a segurança alimentar chinesa.

3.1 – Um novo parceiro da República Popular da China na África Austral

O envolvimento comercial da RPC com Moçambique é significativamente menor do que com Angola e até com a restante África Austral, mas o comércio Sino-Moçambicano é aquele que conheceu taxas de crescimento mais rápidas entre a China e todas as nações africanas (ROBINSON 2012). No ano de 2014, o valor comercial transacionado entre estes dois Estados fora cerca de 900 Mil USD. Os produtos mais transacionados são sobretudo

⁶² <http://www.macauhub.com.mo/pt/2014/11/04/mocambique-vai-fornecer-gas-natural-a-china/> (consultado a 31-03-2015)

material eletrónico; maquinaria pesada e veículos motorizados; madeira; oleaginosas e produtos químicos. É notório o défice da balança comercial entre estes dois Estados, pois as importações de Moçambique à China são superiores às suas exportações para a RPC. Na tabela abaixo é possível observar os 3 produtos mais transacionados e os seus respetivos valores no ano de 2014.

Tabela 4 – Comercio RPC - Moçambique, 2014

Exportações Chinesas para Moçambique		Importações Chinesas de Moçambique	
Produto	Valor em USD	Produto	Valor em USD
Material Eletrónico	266,261	Madeira	95,894
Maquinaria Pesada	228,388	Produtos Químicos	33,658
Veículos Pesados	164,927	Oleaginosas	33,658

Fonte: International Trade Center Database, 2015 – Elaboração Própria

Comparando o envolvimento comercial da RPC com Angola e Moçambique, o comércio é mais homogéneo, ou seja não está baseado num único produto, o que desta forma dispõe de menores riscos para os dois países, quando comparado com o de Angola, a diferença é apenas os valores transacionados, pois como referido o comércio entre a RPC e Angola é praticamente todo baseado em Petróleo.

3.2 - Os Investimento Estratégicos da República Popular da China em Moçambique

O método de envolvimento chinês em Moçambique é sob a forma de investimento ou no método de ajuda ao desenvolvimento (ROBINSON 2012), tornando a RPC o segundo maior investidor em Moçambique a seguir à África do Sul (J. J. Kiala 2009, 8). São dezenas de infraestruturas construídas por empresas chinesas em Moçambique, mas também se contabilizam hospitais; escolas; programas de intercâmbio e ajuda ao desenvolvimento agrícola. Dadas as disponibilidades de recursos naturais existentes em Moçambique, tornam o país atraente à RPC. Numa maior abrangência deste envolvimento, foram assinados planos de investimento da RPC em Moçambique no valor de 13 Biliões de USD

no período 2012-2022, no setor das infraestruturas; mineiro; energético; agrícola e turístico (ROBINSON 2012).

Neste sentido, numa análise relativa ao envolvimento da RPC no setor das infraestruturas em Moçambique, só pela *AHHUI Foreign Economic Construction Group*,⁶³ LTD, contabilizam-se cerca de 12 infraestruturas construídas com contribuições ou doações do governo chinês no valor de 160 Milhões de USD (Horta 2011), das quais se destacam o Aeroporto Internacional de Maputo⁶⁴; o Estádio Nacional; o Parlamento Nacional; edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros; hotéis e habitações. A *Nanjing Construction CCM* construiu outro edifício governamental apelidado de *Auditor General's Office* no valor de 40 Milhões de USD. Ainda em forma de doação, a RPC pelas suas empresas estatais, construiu 2 escolas primárias; 1 centro anticorrupção; a prisão em Matola; 2 centros de investigação e melhoramento da tecnologia agrícola, 1 em Maputo no valor de 55 Milhões de USD e outro em Moamba no valor de 700 Milhões de USD (J. J. Kiala 2009, 7), ainda nos investimentos em infraestruturas agrícolas a RPC construiu outras 3 fábricas de transformação de produtos agrícolas.

Outra empresa chinesa de construção, a China Henan Cooperation Group (CHICO), desenvolveu uma série infraestruturas em Moçambique, por exemplo em 2007 construiu 154km de rodovias que liga Muxungwe a Inchope com o custo de 3,7 Milhões de USD. Em 2008 construiu a ponte de Moamba sobre o Rio Incomáti na província de Maputo com o custo de 8 Milhões de USD.

A CHICO, no setor do abastecimento e tratamento de águas, construiu uma central de tratamento em Chicamba, levando água potável às áreas de Chimoio, Gondola, Manica, Messic e Bandalu, custando este projeto cerca de 44,7 Milhões de USD dividido pelo governo chinês e holandês e uma infraestrutura de abastecimento de água com condutas para distribuição de água potável em Inhambane e Maxixe. Ainda no setor do abastecimento de água potável, a empresa chinesa *China Metallurgical Construction Group* (CMCC) investiu cerca de 145 Milhões de USD para a expansão da rede de Maputo (J. J. Kiala 2009, 9).

O setor do cimento apresenta-se estratégico para a RPC, sendo que os investimentos em fábricas para a sua produção rondam os 226 Milhões de USD com a

⁶³ http://www.afecc.com/english.php/Achievements_Projects.html (consultado dia 31-03-2015)

⁶⁴ O aeroporto internacional de Maputo teve o custo aproximado de 65 Milhões de USD

construção de uma fábrica em Magude no valor de 78 Milhões de USD, outra em Matituine no valor de 38 Milhões de USD e 110 Milhões de USD numa fábrica no sul, em Beluane. Estas 3 fábricas têm um valor estimado de produção a rondar o milhão de toneladas por ano, sendo estrategicamente indispensável para a RPC devido ao seu baixo custo.

No que toca ao investimento chinês em Moçambique, existem ainda dois setores recetores desse investimento, são o setor das telecomunicações e o dos transportes. No setor das telecomunicações a RPC investiu cerca de 25 Milhões de USD na expansão da rede telefónica para áreas rurais. No setor dos transportes, a RPC ofereceu 4 autocarros alimentados a gás natural a Moçambique e investiu mais 15 Milhões de USD na requalificação do aeroporto de Vilanculos, na Província de Inhambane.

Se contabilizado o total do investimento chinês em Moçambique desde o final da Guerra Civil, ronda 1.24 biliões de USD, valores mais baixos do que os investidos em Angola. No entanto, a explicação para esta diferença poderá estar relacionada com fator petróleo. Num futuro próximo, estão anunciados outros investimentos como um centro cultural Moçambique-China no valor de 50 milhões de USD⁶⁵; 10 Milhões de USD para o desenvolvimento do setor agrícola⁶⁶; 120 Milhões de USD para a reconstrução do Porto da Beira⁶⁷ e por exemplo a reabilitação da estrada que liga a cidade portuária da Beira a Machipanda (fronteira com o Zimbábwe) no valor de 410 Milhões USD, com financiamento do *China Exim Bank*⁶⁸.

A procura da RPC por recursos essenciais é o que motiva, como já afirmado anteriormente, o envolvimento e as suas relações com os Estados africanos (C. A. Mendes 2009, 147). Moçambique tem uma diversidade de recursos naturais, no entanto o seu envolvimento neste setor é ainda insignificante (Kabemba 2012), exceto no setor da madeira que tem fortalecido a sua relação com a China a um alto nível, já que é o produto mais exportado de Moçambique para a RPC⁶⁹.

⁶⁵ Este valor 50% é doação da China e os outros 50% são um empréstimo sem juros: <http://www.macauhub.com.mo/pt/2015/02/27/china-financia-construcao-de-centro-cultural-mocambique-china/> (consultado dia 4/04/2015)

⁶⁶<http://www.macauhub.com.mo/pt/2014/10/21/projetos-arrancam-em-mocambique-e-angola-com-apoio-financieirda-china/> (consultado dia 4/04/2015)

⁶⁷<http://www.macauhub.com.mo/pt/2014/09/11/china-financia-reconstrucao-de-porto-de-pesca-em-mocambique/> (consultado dia 4/04/2015)

⁶⁸<http://www.macauhub.com.mo/pt/2014/07/14/china-exim-bank-apoia-reabilitacao-de-estrada-em-mocambique/> (consultado dia 4/04/2015)

⁶⁹<http://www.macauhub.com.mo/pt/2013/01/08/china-e-o-maior-consumidor-de-madeira-de-mocambique/> (consultado dia 6/04/2015)

Segundo algumas fontes, 88% da madeira extraída de Moçambique tem como destino a RPC. Em Moçambique a área de floresta produtiva é cerca de um quarto do território moçambicano (C. Correia 2010, 60-62). Este recurso é fundamental para a RPC, fator esse que evidencia a característica de maior importador mundial de madeira em bruto. Como visto anteriormente, é a madeira o principal produto importado pela RPC a Moçambique, o que faz dela um dos seus principais veículos relacionais. A madeira de Moçambique para a RPC é transacionada, basicamente em estado bruto, sendo que é transformada pelas indústrias madeireiras em território chinês, com o objetivo de comercialização no seu mercado interno, ou reexportar para a Europa; EUA e Japão a baixos custos.

Contudo existe uma polémica em torno deste meio de envolvimento e do seu comércio. A RPC é acusada de corte ilegal de madeira em Moçambique, subornando políticos e guardas locais para o abate e transporte da madeira até aos portos moçambicanos, este método é realizado através da concessão de uma licença, emitida pelo ministro com o respetivo pelouro, para o corte em pequenas áreas com o custo de 15000 USD, defendendo-se aí os argumentos do corte ilegal (J. J. Kiala 2009). Segundo ONG's de carácter ambiental, este corte desproporcionado e ilegal poderá levar a um esgotamento deste recurso em Moçambique.

No setor dos recursos energéticos, afirma-se que Moçambique poderá ser a médio prazo, a potência energética do Índico (Eiras 2013), com reservas de gás natural e carvão bastante abundantes, com capacidade de tornar-se o segundo maior produtor mundial de Gás Natural Liquefeito do Mundo⁷⁰. Moçambique poderá assim assumir a importância para a segurança energética mundial mais elevada do que Angola, mas pelo veículo do gás natural. As reservas de carvão são consideradas das mais elevadas de África, tendo em 2012 segundo a EIA ultrapassado o Zimbabwe e tornando-se o segundo maior produtor de carvão de África, atrás da África do Sul.

Por outro lado, a sua capacidade de produção de energia hidroelétrica, como já anteriormente referido, é suficiente para abastecer todo o continente africano, não estando ainda na sua capacidade máxima de produção, dado que a barragem de Mphanda Nkuwa ainda se encontra a aguardar autorização da construção.

⁷⁰ <http://www.voaportugues.com/content/gas-mozambique/1573945.html> (consultado dia 6/04/2015)

Dentro dos recursos energéticos o setor do gás natural é aquele que maior crescimento poderá ter em Moçambique, dando ao país um estatuto de potência energética nunca antes adquirido. A RPC, é o sétimo maior consumidor mundial de gás natural e aquele país que maior crescimento tem de consumo neste setor, estando já presente nas recentes explorações em Moçambique.

A RPC já está presente no Bloco Offshore na Área 4, no norte de Moçambique, na parte Sul da Bacia de Rovuma, tendo adquirido à italiana ENI em 2013 20% dos 70% que detinha, pelo valor de 4,3 Biliões de USD⁷¹, a RPC após este negócio passou a estar presente no setor do gás natural de Moçambique e adquirido 28.57% da ENI East Africa incluindo no mesmo negócio (Frühauf 2014).

Moçambique atravessa uma grande necessidade para que se possa tornar uma potência energética do Índico que passa pela construção de uma mega fábrica de GNL. Existem dois interessados no consórcio, os americanos da ANADARKO e a italiana ENI, mas que têm vindo a reduzir os seus investimentos no projeto e a surgirem novos operadores interessados, como a *China National Petroleum Corporation* (CNPC). O valor do projeto ronda os 40 Biliões de USD, no entanto ainda falta definir um parceiro internacional para a construção desta mega fábrica, mas a compra da de 28.57% da ENI East Africa pela CNPC poderá resultar numa maior injeção de capital para a adjudicação deste consorcio e a RPC aumentar a participação no setor do gás natural em Moçambique.

Recentemente, a empresa *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC), contratou com a americana ANADARKO a compra anual entre 2 a 2.5 Milhões de toneladas de gás natural da Área 1 da bacia de Rovuma, desta forma a RPC reforça ainda mais a sua presença no setor do gás natural Moçambicano⁷² e também permite a sua entrada no projeto de liquidação de gás natural⁷³ nas duas empresas interessadas no investimento.

O setor do gás natural moçambicano poderá vir a ser uma oportunidade para a RPC, só recentemente se negociaram os primeiros contractos e ainda são poucas as áreas que estão em exploração, lançando o governo todos os anos novos concursos para a pesquisa e

⁷¹ <http://www.reuters.com/article/2013/03/14/eni-mozambique-idUSL6N0C645D20130314> (consultado dia 6/04/2015)

⁷² <http://uk.reuters.com/article/2014/10/30/mozambique-Ing-anadarko-petrol-idUKL6N0S00LP20141030> (consultado a 6/04/2015)

⁷³ As fábricas de GNL transformam o gás de estado gasoso para sólido, permitindo assim o seu transporte pela via marítima, através de navios com tanques próprios. Onde o gás é descarregado existem uma outra fabrica de processamento do estado sólido para gasoso.

prospecção de hidrocarbonetos em modo *Onshore* e *Offshore*, possibilitando num futuro próximo a existência de novas áreas de exploração e aí abrindo a porta à entrada de empresas chinesas em *joint ventures*. Por outro lado, a RPC, com o adquirir de 28.57% da ENI East Africa, conseguiu garantir a sua participação na construção da fábrica de GNL, que deverá estar operacional em 2021, segundo a EIA.

Da mesma forma relacional que a RPC pratica com Angola através do petróleo, poderá vir a fazê-lo com Moçambique através do gás natural, caso o país venha a contratar empréstimos financeiros para o seu desenvolvimento, garantindo-os neste caso com gás natural.

Não é só o gás natural a única fonte de energia que Moçambique dispõe. A exploração de carvão mineral está em franco crescimento e tendo-se em conta que a RPC é o maior consumidor mundial de Carvão mineral segundo a Agência Internacional de Energia, que só em 2012 consumiu cerca de 558 Milhões de toneladas⁷⁴, conjuga-se assim um interesse comum com Moçambique.

Moçambique tem as segundas maiores reservas de carvão de África, situando-se na província de Tete, em Moatize e Mucanhavozi (Vale do Zambeze), como poderemos ver no Mapa 2 (Separador Anexos). Estima-se ainda que as reservas de carvão em Moçambique rondem as 2.4 Biliões de toneladas. Só China, segundo a Agência Internacional de Energia consome uma média de 550 Milhões de toneladas/ano.

É notório no Mapa 2, a vastidão da área das reservas de Carvão em Moçambique e as ligações ferroviárias já existentes que permitem o escoamento do produto, o que se vê como fundamental para o crescimento do setor e as exportações do país. No envolvimento chinês no setor, destaca-se o anúncio da empresa energética Kingho de financiar a construção do terminal de carvão do Porto da Beira e a requalificação da linha do Sena⁷⁵, que faz a ligação do Porto da Beira às Minas de Moatize, como é visível no Mapa 2.

Em 2010 a empresa multinacional chinesa *Wuhan Iron and Steel Group Corporation* (WISCO), assinou um memorando de entendimento com a Australiana *Australian Riversdale* em que adquiriu 40% da concessão de carvão do Zambeze por 800 Milhões de USD, este acordo prevê ainda a compra de 8% da *Riversdale* por mais 200 Milhões de USD,

⁷⁴ <http://energyatlas.iea.org/?subject=2020991907> (consultado dia 7/04/2015)

⁷⁵ <http://www.internationalpolicydigest.org/2012/08/02/chinas-involvement-in-mozambique/> (consultado a 8/04/2015)

acrescendo assim esse valor a mais na exploração de carvão em Moçambique (Shinn 2012). Dado que a *Riverslade* dispõe de outras concessões de Carvão no país, beneficiando a RPC de 40% do carvão extraído do Projeto Zambeze, 10% no Projeto de Benga e de outras participações que a *Riverslade* tenha em Moçambique, o valor do carvão, é segundo o acordo, vendido ao preço de mercado. Ainda assim, este acordo conta ainda com a participação da *China Communications Construction Company (CCCC)*, para desenhar e desenvolver um estudo que apresente a melhor forma de conduzir o carvão retirado das minas para os portos marítimos a fim de ser exportado⁷⁶.

No mesmo ano a WISCO anunciou mais um investimento de 1 Bilião de USD no setor do carvão e a Kingho mostrou intenção de investir cerca de 5 Biliões de USD também no mesmo setor em Moçambique (Horta 2011), não só na exploração mas na construção e requalificação da Linha do Sena e do terminal de carga de carvão no Porto da Beira, para garantir todas as condições de exportação desta matéria-prima para RPC, como anteriormente referido.

O envolvimento da RPC no setor do carvão em Moçambique está em clara expansão, a RPC como maior consumidor mundial e Moçambique como segundo maior produtor de carvão de todo o continente africano, dispondo já de importantes laços relacionais que poderão vir a desenvolver ainda mais esta parceria, e nos próximos anos tornar-se a principal transação comercial entre ambos (Shinn 2012).

Com os investimentos referidos, é notório que o carvão de Moçambique se tornou um fator estratégico para o envolvimento da RPC no país, pois o anúncio do investimento do terminal de carvão no Porto da Beira e o alargamento da Linha do Sena evidenciam a importância do setor como importante fator geopolítico da presença chinesa na região, com o objetivo de garantir a sua segurança energética aliado ao potencial do Porto da Beira para os consórcios chineses presentes na exploração de recursos naturais e minerais na Zâmbia, Zimbabwe e Malawi (ROBINSON 2012)

O setor da energia hidroelétrica é talvez aquele que à mais tempo está presente em Moçambique e é visto com um grande envolvimento chinês em termos monetários. Já fora referido anteriormente, que Moçambique tem capacidade de produção hidroeléctrica para abastecer toda a África Austral. Neste momento a Hidroelétrica de Cahora Bassa é a que produz mais energia, existindo mais 6 centrais de produção hidroelétrica em Moçambique.

⁷⁶ <http://www.macauhub.com.mo/pt/2010/06/25/9310/> (consultado dia 08/04/2015)

A produção das restantes hidroelétricas não perfaz um quarto da produção de Cahora Bassa, estando 100.75 MW de seis centrais para 2075 MW de uma (Fernando 2015).

A importância de energia hidroelétrica para as pretensões chinesas em Moçambique poderá ser encarada pelos valores das transações financeiras entre a RPC e Moçambique, pois o *China EXIM Bank* disponibilizou uma linha de crédito, mas não executado, que previa a construção da Hidroelétrica de Mphanda Nkuwa⁷⁷. Este projeto entre a RPC e Moçambique previa a construção da barragem com uma central hidroelétrica com capacidade de produzir 1350 MW de energia elétrica, situando-se 60 km abaixo de Cahora Bassa.

O projeto entre os dois países envolvia uma disponibilização por parte do banco chinês em cerca de 2.3 Biliões de USD, em que 1.1 Biliões são para a construção da hidroelétrica e os restantes 1.2 Biliões para linhas de transmissão de eletricidade para Maputo (J. J. Kiala 2009). Contudo, as obras de início desta hidroelétrica ainda hoje se encontram à espera de autorização, e o valor não fora entregue a Moçambique, dadas as inúmeras questões ambientais que ONG's têm levantado sobre os efeitos que a mesma poderá trazer para a alteração dos ecossistemas locais.

No entanto, mesmo que a construção desta hidroelétrica avance, Cahora Bassa continua a ser a principal produtora de energia hidroelétrica do país, tendo ainda capacidade para aumentar a sua produção até cerca de 3000 MW. A China, possui ainda uma percentagem na Hidroelétrica de Cahora Bassa, uma vez que as Redes Energéticas Nacionais (REN), detém cerca de 7,5% da hidroelétrica e o grupo chinês *China State Grid Corporation* adquiriu em 2012, 25% da REN. Por seu turno, a empresa chinesa pretende investir 1.7 Biliões de USD para transportar a energia de Cahora Bassa para todos os centros de consumo do sul de Moçambique, é claramente o interesse da RPC na distribuição de energia elétrica na África Austral⁷⁸.

No Mapa 3, que se encontra em anexos, são visíveis as Hidroelétricas existentes no continente africano, sobressaindo-se a localização de Cahora Bassa como importante fonte de energia, assumindo capacidade de distribuição e abastecimento de energia para toda a África Austral.

⁷⁷ Este projeto encontra-se adjudicado à empresa brasileira Camargo Correia, aguardando autorização para o início da construção.

⁷⁸ <http://www.macauhub.com.mo/pt/2012/07/27/china-state-grid-corp-pretende-investir-no-projeto-cesul-em-mocambique/> (consultado dia 09/04/2014)

A importância de Moçambique em termos de produção hidroelétrica suscita o interesse da RPC no setor da distribuição de energia, o que justifica o seu possível interesse na distribuição para o sul do continente africano. Julgando-se assim, que o interesse da RPC em financiar com uma quantia tão elevada a construção da Hidroelétrica de Mphanda Nkuwa, estaria subjugado a esse objetivo chinês, no entanto acabou por não se concretizar.

A possibilidade de distribuição de energia no sul do continente africano é possivelmente uma hipótese ambicionada pelas empresas chinesas, e os factos aparentam em concordar. No entanto, teremos de ter em conta outro fator, que é o garantir de abastecimento de eletricidade os consórcios onde operam empresas chinesas, a fim de evitar quebras de produção e aqui não só a um país em concreto na África Austral, mas a todos aqueles que a RPC mantém um elevado envolvimento em setores que são fundamentais para a sua economia, como na Zâmbia, Zimbabwe, Angola ou Moçambique, evitando que possam ocorrer prejuízos ou quebras de fornecimento de recursos naturais ao seu mercado interno. Da mesma forma que se entende como uma autoajuda, também permite, que se desenvolvam este tipo de infraestruturas de abastecimento que se encontram no continente africano, levando ao seu desenvolvimento.

3.3 – A Questão do Financiamento da República Popular da China a Moçambique: o início de uma nova forma de envolvimento

O envolvimento financeiro da RPC em Moçambique é bastante menor do que o envolvimento financeiro em Angola. Os valores emprestados e aplicados são bastante inferiores. Considera-se o perdão de dívida de 41 Milhões de USD (21 Milhões de USD em 2001, 30 Milhões de USD em 2007) (Kabemba 2012) e mais 52 Milhões de USD em 2011 (Shinn 2012) tornando-se como fundamentais para que Moçambique pudesse recuperar dos elevados níveis de dívida soberana que caracterizavam as suas finanças públicas.

Apesar dos perdões de dívida da RPC a Moçambique, em 2012 a China foi o país que mais dinheiro emprestou a Moçambique, contabilizando-se um total de 1.1 Biliões de USD em créditos bonificados e comerciais o que na sua concessão, quase todos foram realizados na base da construção de infraestruturas a adjudicar a empresas de construção

civil chinesas, aí contabilizam-se no subponto do investimento chinês em Moçambique. Contudo, ao nível da concessão de empréstimos, em 2012 a RPC passou a deter 90% da dívida externa de Moçambique, tendo nesse ano, o China Exim bank concedido 1.1 Biliões de USD ao governo de Moçambique, assumindo-se como o principal credor de Moçambique, que detém 1.1 Biliões dos 1.9 Biliões de dívida de Moçambique⁷⁹.

O envolvimento da RPC no setor financeiro de Moçambique está também presente no setor da cooperação bancária. Por exemplo, na primavera de 2009, o Banco Moza e o Banco Internacional de Moçambique, assinaram acordos de cooperação com o Bank of China com o objetivo de facilitar as transações bancárias entre os 2 países (J. J. Kiala 2009). Juntando-se a esta tipologia de acordo, em novembro de 2014, o Banco Popular da China e o Banco Central de Moçambique assinando também um acordo de cooperação mas como objetivos, segundo a agência noticiosa MacauHub: *“flexibilizar o comércio e potenciar o investimento entre os dois países”*.⁸⁰

O envolvimento financeiro da RPC em Moçambique aparenta ainda estar no seu início, mas já é por si um indicador a percentagem de dívida que a RPC detém de Moçambique, cerca de 90%. Isto representa um elevado peso e grau de envolvimento chinês na área financeira, o que reflete a dependência de Moçambique perante a RPC.

O tipo de envolvimento da RPC em Moçambique é semelhante ao envolvimento em Angola no setor da construção civil, no entanto difere no comércio, nos recursos naturais e energéticos, no financeiro e na segurança e defesa.

No comércio, o fator petróleo é fulcral nesta diferença, todavia só recentemente a RPC começou a importar gás natural e carvão de Moçambique e a composição e valores dos produtos transacionados é completamente diferente.

No setor das infraestruturas o envolvimento é semelhante e existem inúmeras obras estratégicas adjudicadas à RPC, no entanto apesar da tipologia de infraestruturas ser idêntica, existem diferenças, como por exemplo o investimento mais elevado no setor do turismo e da agricultura.

Ao nível dos recursos naturais, a madeira é o recurso que assume maior importância e também o produto mais transacionado entre estes dois estados. Nos

⁷⁹ <http://www.macauhub.com.mo/pt/2013/09/27/china-foi-o-maior-pais-credor-de-mocambique-em2012/> (consultado a 10/04/2015)

⁸⁰ <http://www.macauhub.com.mo/pt/2014/11/20/bancos-centrais-da-china-e-de-mocambique-assinam-acordo-de-cooperacao/> (consultado a 10/04/2015)

recursos energéticos o gás natural, o carvão e a presença na distribuição de energia através da produção hidroelétrica tomam características diferentes.

No quadro financeiro, os valores emprestados pela RPC a Moçambique são bastante inferiores aos emprestados a Angola e forma de envolvimento assenta em outros setores como a cooperação entre bancos e o perdão de dívida.

Ao nível político, Angola e Moçambique convergem na questão do apoio ao reconhecimento internacional de Taiwan como território integrante da RPC, no entanto ao nível da segurança e defesa os apoios dados a Moçambique são mais elevados.

Esta análise comparativa diferenciada mostra-nos como Angola e Moçambique são diferentes em termos geopolíticos e geoestratégicos para a RPC. Em primeiro lugar, existe uma diferenciação do envolvimento nos recursos dos dois países. Em segundo lugar, existem valores e formas de envolvimento diferentes. Por fim, na geografia de Angola e Moçambique existem zonas de penetração diferentes a que a RPC os usa para lhes aceder.

Embora existam diferenças entre o envolvimento da RPC em Angola e Moçambique, há um fator a ter-se em conta e que Loro Horta afirma como o seguinte: *“China is fast emerging as the most important foreign power in Mozambique”*. Assim sendo, e com as disponibilidades de recursos naturais descobertas recentemente em Moçambique e indo de acordo com os elogios já referidos na imprensa chinesa como Moçambique ser “a porta de entrada na África Austral”, poderá o país ganhar, se não ganhou já, importância equiparada a Angola para a segurança energética chinesa.

3.4 –A Cooperação Política e o Sector da Segurança em Moçambique: o factor Indico como meio de aproximação chinês

A cooperação política entre a RPC e Moçambique tem gerado algumas controvérsias dentro do processo do envolvimento chinês em África (Chichava 2012). No entanto, os dois países têm sido parceiros em diversas questões internacionais que lhes dizem respeito, como por exemplo no reconhecimento de Taiwan como parte integrante da RPC, ou o apoio político, utilizando a já referida estratégia chinesa dos 5 engodos para causar atração aos dirigentes políticos moçambicanos, disponibilizando-se para a

construção de edifícios governamentais, como por exemplo: a Assembleia da República ou o edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Neste método utilizado pela RPC na cooperação com Moçambique também é aplicado um dos 5 pilares da Coexistência Pacífica, que é o não envolvimento em assuntos internos do país. Neste caso, a RPC não discorda dos pedidos de apoio e necessidades de Moçambique, nem exige pré condições políticas como alguns países desenvolvidos o fazem, refiro-me a reformas políticas, judiciais e fiscais. A RPC apenas exige a garantia dos seus apoios em recursos naturais, tal como o faz com Angola (Chichava 2012).

Ainda dentro da cooperação política existe um fator que, embora não muito referido está repleto de importância. Ambos os países são governados por partidos comunistas/marxistas, o que de certo modo tem influência nas relações entre governos e na forma como encaram certas questões internacionais. No entanto, levantam-se questões de ordem da estabilidade política em Moçambique, recentemente o país esteve à beira de uma guerra civil desencadeada pela Renamo (principal partido da oposição) e que apesar do acordo de estabilidade alcançado, após as eleições presidenciais e regionais de 2014, o líder da Renamo não reconhece os resultados e até acabou por se autoproclamar Presidente da República do Norte e Centro de Moçambique⁸¹, colocando novamente o país à beira da instabilidade. Apesar dos acontecimentos, a estabilidade parece ter sido alcançada e a Renamo acabou por conhecer a vitória da Frelimo nas eleições de 2014⁸².

O apoio e a cooperação política da RPC com Moçambique poderá ter influência no clima político da região. Ao “engodar” as elites políticas e a prosseguir na construção de importantes infraestruturas no país, a sua imagem e a do próprio governo poderá sair beneficiada e aí aniquilar a instabilidade e argumentos utilizados pela Renamo.

Além do apoio político, o apoio nos setores da segurança e defesa a RPC tem aí um importante papel naquilo que toca à prestação de apoio técnico militar; no fornecimento de vestuário e material de comunicação; na formação de quadros e na construção de habitações⁸³ para as várias categorias de quadros do exército Moçambicano (Chichava 2012). Ainda no quadro da cooperação na área da segurança e defesa a RPC doou cerca de

⁸¹<http://www.folhademaputo.co.mz/001.aspx?dqa=0:0:23648:2:0:0:-1:0:0&chnl=37> (consultado a 13/04/2015)

⁸² <http://observador.pt/2015/02/07/mocambique-nao-tera-problemas-assegura-dhlakama/> (consultado a 13/04/2015)

⁸³ Estima-se que a construção de um bairro para quadros militares moçambicanos tenha custado cerca de 7.5 Milhões de USD

3 Milhões de USD em equipamento militar. Todavia, a necessidade de Moçambique em modernizar o seu exército e renovar o seu equipamento militar levaram a que em 2007 assinasse um acordo com as forças armadas chinesas no valor 1.5 Milhões de USD para requalificar os departamentos estratégicos das forças armadas moçambicanas (Roque 2009).

A cooperação da RPC com Moçambique no apoio político e no setor da segurança tem alguma importância no panorama geoestratégico da RPC na região. É conhecido pela já referida estratégia *String of Pearls*, o desejo da construção de uma base naval de apoio em Moçambique e a aposta na modernização e capacitação dos desprovidos meios aéreos e marítimos de Moçambique. Em termos políticos é de referir outro fator de suma importância que é a mensagem passada pelos meios de comunicação social estatais chineses quando se referem a Moçambique como: “a porta de entrada na África Austral”⁸⁴ ou até numa análise de Loro Horta num artigo para a James Town Foundation, em que afirma: “*China is fast emerging as the most important economic and diplomatic player in Mozambique, bringing billions of dollars in investments and asking no questions*”⁸⁵. Esta citação, é o espelho daquilo que é a cooperação entre estes dois países, e a necessidade que Moçambique tem de um parceiro como é a China para o seu desenvolvimento e progresso.

3.4 - A posição vital dos recursos energéticos de Angola e Moçambique como fator geoestratégico da presença da China na África Austral: Uma análise comparativa

A criação de uma estratégia para a condução da política externa chinesa conhecida como *going out strategy*, já anteriormente referida, é o passo que marca o envolvimento da China no acesso aos recursos energéticos para fora do seu território, usando as suas empresas estatais, através das reservas cambiais que o Estado chinês possui para adquirir

⁸⁴<http://www.macauhub.com.mo/pt/2015/03/12/mocambique-e-porta-de-entrada-para-a-africa-austral-escreve-china-daily/> (consultado a 14/04/2015)

⁸⁵

http://www.jamestown.org/single/?tx_ttnews%5Bsword%5D=8fd5893941d69d0be3f378576261ae3e&tx_ttnews%5Bany_of_the_words%5D=mozambique&tx_ttnews%5Btt_news%5D=37960&tx_ttnews%5BbackPid%5D=7&cHash=57f1e51d0e8fe06c2f7ea0e37a11c11b#.VSvevtzF_1Z (consultado a 14/04/2015)

recursos naturais e energia⁸⁶. São estes mesmos recursos naturais e energéticos que a China exige como garantia e que condicionam uma vertente da sua política externa (C. A. Mendes 2009). Dessa forma, a RPC oferece melhores condições de financiamento e de investimento com taxas de juro mais baixas; elevadas maturidades e significativos períodos de carência, não exigindo por outro lado, qualquer *accountability*, a não ser as já referidas garantias de pagamento em recursos naturais e energéticos (Horta 2011).

O envolvimento geoestratégico da RPC no acesso aos recursos energéticos em Angola e Moçambique diverge de um país para o outro. Essa divergência é simples de explicar, as fontes energéticas e os recursos são diferentes, no entanto a forma geral de envolvimento é semelhante mas o objetivo é comum.

As analogias existentes do envolvimento chinês em Angola e Moçambique traçam-se no setor da construção de civil através da elaboração de infraestruturas e vias de comunicações essenciais, inexistentes ou anteriormente destruídas pelas duradoiras guerras civis que os dois países africanos atravessaram. Ao criar estas condições básicas, autenticou-se o suporte para o melhoramento das relações comerciais, daí dar-se o “tiro de partida” para um envolvimento e participação na exploração dos recursos naturais e energéticos existentes, dotando de condições os países em que se encontra fortemente envolvida, de forma a garantir que os acessos e a segurança do escoamento das matérias-primas aí exploradas possam ser adquiridas, mas também com o objetivo de diminuir os custos de transporte. Daí o forte investimento nas redes ferroviária e rodoviária, ligando os Estados em que a RPC mantém uma forte penetração.

Desta forma, os aspetos geopolíticos de Angola e Moçambique são fundamentais para a política interna da RPC, dado que ambos os países possuem importantes infraestruturas portuárias no acesso ao Oceano Atlântico e Oceano Índico, respetivamente.

O Mapa 4 (Anexos) mostra-nos as linhas ferroviárias existentes e planeadas de construir no continente africano, bem como as ligações portuárias. É de salientar o fato que as linhas construídas em Angola e que dão acesso à RDC e à Zâmbia foram construídas por empresas chinesas, revelando a importância geoestratégica que Angola tem em termos de acesso vital para aceder aos recursos naturais e energéticos que as suas empresas exploram no interior do continente africano (Hylton 2014).

⁸⁶ http://www.economist.com/blogs/freeexchange/2009/07/chinas_going_out_strategy (consultado a 14/04/2014)

Todavia, Moçambique considerado como a saída marítima mais próxima que a Zâmbia e o Zimbabwe dispõem, é defendida como rota estrategicamente alternativa ao Canal do Suez, tendo a China demonstrado interesse na modernização dos Portos da Beira e de Nacala para a saída dos seus produtos do interior do continente (Horta 2011).

É desta forma, que se entende que o envolvimento chinês na munção dos países africanos de infraestruturas como a base e meio utilizado pela RPC para garantir que a sua segurança energética não é afetada pela inexistência ou obsolescência das infraestruturas existentes, caso surjam perturbações mundiais nos preços influenciados por qualquer cenário de instabilidade. É o motivo pelo qual, a maioria dos autores explica o porquê do envolvimento geoestratégico chinês no acesso aos recursos energéticos em África, utilizando a energia exportada de África, para substituir e retirar dependência dos países Árabes que se encontram sob constante fragilidade conflitual (C. A. Mendes 2009).

Entende-se também, que o envolvimento da RPC no acesso aos recursos energéticos em Angola e Moçambique tem um carácter geoestratégico, dadas as características e método utilizado pela RPC que assentam na ambição da construção de uma ordem mundial mais justa e equitativa, tão afirmada por Jiang Zemin na primeira cimeira da FOCAC e que se sucedeu nas restantes.

Numa ótica de análise na perspectiva do Realismo, este envolvimento da RPC em África transcende dois aspetos. O primeiro, que é o envolvimento no setor dos recursos energéticos, essencial para dar seguimento ao seu desenvolvimento, progresso económico e segurança energética e continuar o seu caminho como importante ator do sistema internacional com capacidade de influenciar a constituição de uma nova ordem mundial. O segundo, é que ao envolver-se no setor energético, neste seu espaço de influência, reflete o seu poderio económico e capacidade de reunir apoios internacionais, que através deles, dota-a de capacidade para influenciar votações nos centros de decisão e em questões que dizem respeito às políticas territoriais e transnacionais da RPC.

Contudo, existem outras questões que se levantam em torno deste envolvimento chinês, bem como a sua presença em setores vitais nos Estados africanos. Essas questões são relativas aos benefícios reais que a RPC ganha, ou dá a ganhar a estes países. Ainda numa ótica do Realismo, adaptando-se ao caso angolano, a RPC acaba por ser o grande vencedor. Veja-se o modelo dos empréstimos do China Exim Bank: A RPC empresta a Angola X, a troco disso a RPC apenas exige a Angola o dinheiro no prazo estipulado ou

aciona, ou amortiza a dívida em garantias de petróleo. Noutra vertente, as empresas chinesas constroem infraestruturas através desse dinheiro, levando-o de volta para a RPC ou também trocando ou amortizando o pagamento a petróleo. A problemática existente é que isto não é ajuda ao desenvolvimento nem cooperação, é interesse em recursos vitais.

Outro assunto que levanta determinadas questões é o caso de Moçambique. A China, por um lado financia o país para a construção de infraestruturas para a distribuição de energia, enquanto por outro, adquire participações em empresas para distribuir energia em Moçambique e daí obter lucros. Tudo isto para dar argumentos a H. Morgenthau na sua definição de Realismo, que é através dela que devemos olhar e analisar as Relações Internacionais, e o caso do envolvimento chinês em África não foge à exceção, tornando-se algumas zonas do continente, especialmente a África Austral o espaço vital para a economia chinesa, numa questão de geopolítica, em que se deve olhar para este envolvimento, não só no sentido de cooperação e parcerias, mas por aquilo que realmente reflete ou poderá refletir no método utilizado pela RPC num equilíbrio de poderes no sistema internacional.

Capítulo 4 – A competição Norte-Sul pelos recursos energéticos em Angola e Moçambique: A questão de domínio e interesse geoestratégico

Angola e Moçambique dispõem de uma grande quantidade de recursos naturais que são do ponto de vista geoestratégicos fundamentais para os principais atores do sistema internacional. Esta região não se encontra só na esfera de influência chinesa e com significado vital para a RPC. Segundo a Limes, Revista Italiana de Geopolítica, o continente africano tem 4 potências mundiais com capacidade de influenciar toda a sua geopolítica, são elas os EUA; a China; a África do Sul (inserida geograficamente no continente africano) e a Índia, que dispõe fronteira marítima com o Oceano Índico (Richiello 2015).

No mapa 5 (encontra em anexos) de acordo com a Limes é possível identificar que Angola e Moçambique são considerados como uma localização estratégica para os EUA e classifica Angola como “área de fricção entre os EUA e a China” (Richiello 2015). Nesse perímetro estratégico para os EUA, encontra-se também toda a África Austral sob forte influência do bloco dos BRICS, como a Índia, RPC e África do Sul, não se referindo ao Brasil, que como adiante veremos, desempenha um forte papel geopolítico na região, através do fator linguístico, cultural e no investimento em recursos energéticos e construção civil. O mapa 5 demonstra um equilíbrio de poderes na região, através da influência dos territórios por Estados com estatuto de importantes atores com capacidade de influenciar a política mundial. A grande questão, passa por identificar quais os Estados que têm maior capacidade de penetração e de influenciar a região, através dos meios que têm ao seu dispor, na medida em que os recursos aí presentes poderão ser vitais para um equilíbrio de poderes fora da região.

4.1 - O domínio das concessões de recursos energéticos em Angola e Moçambique

O domínio dos blocos de produção e exploração de recursos energéticos em Angola e Moçambique é maioritariamente pertencente a empresas do bloco dos países do Norte. Em Angola, as empresas dos EUA (Esso, Chevron, Vaalco Energy, Cobalt e Conoco Philips), a

francesa Total e a britânica BP (British Petroleum) são as empresas que detêm a função maioritária de operação de produção e exploração nos blocos petrolíferos. As empresas americanas chegam mesmo a dominar essas funções, com 9 empresas a operarem a produção e exploração de petróleo sendo que francesa Total é a entidade que lidera como operadora em blocos, seguida da BP⁸⁷.

Em Moçambique, é a Sul Africana Sasol que domina a operação de blocos de gás, seguindo-se a italiana ENI e a Norte Americana Anadarko. Tal como em Angola (SONANGOL), a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) também está presente em quase todos os blocos, mas sem capacidade de operar. É de salientar o facto de que nas duas áreas de concessão em Moçambique, Bacia do Rovuma e Bacia de Moçambique, são distintas as empresas que dominam a operação dos blocos, ou seja, as que fazem a extração de gás natural. Na Bacia de Moçambique é a Sul Africana Sasol que está maioritariamente a operar os blocos. Na Bacia de Rovuma é a americana Anadarko que opera nos blocos Rovuma Onshore e Area 1, e a italiana ENI que apenas opera na Área 4 detendo 70% do consórcio⁸⁸.

Nesta levantamento, é notório que a presença de empresas dos países do Norte é mais forte do que a dos países do bloco dos BRICS. Apenas o Brasil e a África do Sul têm capacidade de operar, ou seja extrair e transformar, o petróleo e o gás natural. Todavia, em método comparativo aplicado ao caso de Angola, a Petrobras opera o mesmo número de blocos que a dinamarquesa Maersk, anulando qualquer vantagem que pudesse daí ocorrer naquilo que toca aos blocos concessionados. No lado de Moçambique, a Sul Africana Sasol é a que opera em maior número de blocos de gás natural, mas rivalizando-se com ENI e a Anadarko, uma vez que ambas estão lançadas na construção de uma mega fábrica de liquefação de gás, o que pode trazer maior penetração em novos blocos a explorar.

Apesar da crise financeira nos países do Norte, a sua presença continua a ser fundamental para a exploração de recursos energéticos, aliada à sua tecnologia de ponta que permite a exploração e produção de hidrocarbonetos em reservas antes inviáveis e a

⁸⁷ Informação segundo o Mapa de Concessões petrolíferas da Sonangol. Esta Contagem apenas se baseia em companhias internacionais, não fazendo referência às empresas angolanas que operam alguns blocos, sendo que a Sonangol P&P é a que opera em mais blocos, visto estar presente em quase todos.

⁸⁸ Informação segundo a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH): <http://www.enh.co.mz/Pesquisa-de-Hidrocarbonetos/Ocorrencia-de-Hidrocarbonetos-em-Mocambique> (consultado a 13/05/2015)

grandes profundidades, quando se localizam em modo Offshore, refletindo-se esse fator numa força e poder na região. Todavia, no bloco dos países do norte, tal e qual como a China, apenas os países da União Europeia têm graves problemas de segurança energética, necessitando, devido ao conflito da Ucrânia, diversificar as fontes de fornecimento de hidrocarbonetos a fim de garantir o seu abastecimento seguro de energia⁸⁹, ao invés dos EUA, que conseguem garantir com o gás e petróleo de xisto o seu autoconsumo, lançando a UE para uma possível disputa por os recursos energéticos disponíveis em Angola e Moçambique.

Contudo, existem dois pontos de suma importância que não se poderiam deixar de refletir. O primeiro é a diferença entre as empresas dos países do Norte e a dos BRICS. Diferença essa na categoria/tipologia de empresa, dado que muitas das empresas do bloco dos BRICS são empresas públicas que têm ao seu dispor elevados subsídios estatais para investirem além-fronteiras, ao invés das empresas dos países do Norte que são detidas em praticamente todos os casos por 100% de capitais privados, isso faz toda a diferença no valor que têm ao seu dispor para investir.

A segunda abordagem é a reflexão, que de facto curiosa, do domínio de operação e participação em blocos petrolíferos em Angola por parte de empresas dos países do Norte. Aí, a empresa pública angolana Sonangol, está presente em praticamente todos os blocos petrolíferos, alguns como operadora, possibilitando a resposta para a origem do petróleo que é adquirido pela RPC a Angola e o porquê de o país africano ser o principal parceiro comercial da RPC na África Austral.

Apesar do domínio das concessões de recursos energéticos em Angola e Moçambique por parte de empresas dos países do Norte, a crise financeira de 2009 é considerada como um acontecimento marcante no equilíbrio de poderes no sistema internacional, tendo-os levado⁹⁰ ao declínio, e aos Estados qualificados como “Terceiro Mundo” à ascensão na política mundial (Zoellick 2010).

A resolução da questão da crise financeira conduziu o bloco dos países ocidentais ao desinvestimento e à procura de financiamento para resolver o problema gerado pelo seu sistema financeiro. Por consequência, as relações comerciais com Estados fora do seu eixo habitual de relacionamento foram forçadas a diminuir, surgindo daí uma janela de

⁸⁹ Este ponto e as alternativas Africanas ao fornecimento russo, serão abordadas mais adiante.

oportunidade para o já conhecido bloco dos BRICS. Este processo, não só permitiu aos BRICS alargar a sua esfera de influência, mas substituir o bloco do Ocidente ou os países do Norte no setor do comércio, investimento e financiamento estabelecidos com os países do sul (Carmody 2013). Trocando também a forma como os países do Norte se relacionavam através da implementação forçada da democracia liberal e economia de mercado, pela não ingerência em assuntos internos.

Todavia, após a crise e a ascensão dos BRICS em 2003, segundo alguns autores, o sistema internacional parece ter ficado dividido em 2 blocos. O bloco sul, que abrange os BRICS e todos os países apelidados até então “em vias de desenvolvimento ou de “terceiro mundo” e os países do Norte, a União Europeia, os Estados Unidos da América e restantes membros da NATO, como o Canadá ou Noruega (Carmody 2013). Inserido neste contexto, o argumento utilizado pelos Estados emergentes do bloco Sul para cativarem para a sua esfera de influência Estados ricos em recursos naturais que são fundamentais à prossecução da sua emergência enquanto atores importantes no Sistema Internacional, é o de ambos serem considerados/discriminados pelo Bloco de Estados do Norte como países em desenvolvimento, pelo admitir da não ingerência em assuntos internos e pela construção de uma ordem mundial multipolar, tendo estes argumentos conduzido a uma melhor relação entre estes Estados africanos e o bloco dos BRICS.

Os então considerados Estados em ascensão do Bloco Sul (BRICS), necessitam de uma quantidade de recursos naturais para continuarem o seu desenvolvimento económico, social, tecnológico e militar que têm registado. Daí que os países africanos, especialmente da África Austral, sejam uma agradável região onde se encontram inúmeros e até “inesgotáveis” recursos por explorar, especialmente energéticos, como: petróleo; carvão e gás natural como são os casos de Angola e Moçambique (Eiras 2013). Daqui, têm resultado inúmeras aquisições de áreas e blocos para pesquisa e produção desses recursos em modo *Onshore* como em modo *Offshore*. Essas aquisições passam pela participação em *Joint Ventures*, aquisições de blocos ou suas percentagens onde operam empresas fora do espaço geopolítico dos BRICS, trocando a sua participação nesses blocos a financiamento ou investimento, apenas exigindo como contrapartidas garantias em recursos naturais.

Por sua vez, pelo crescimento que as economias dos países BRICS têm registado, possibilitou que os Estados pertencentes a esse grupo se tornassem os maiores parceiros comerciais de países africanos, dispondo também de uma elevada reserva de divisas

estrangeiras que os repletem de uma grande capacidade de financiamento e investimento, já que a maioria das suas empresas têm o estado como seu acionista maioritário, dando-lhes uma capacidade que muitas das empresas do Norte não possuem, dadas as dificuldades de obterem crédito e do sistema financeiro ainda não ter recuperado por completo da crise financeira. Existe, porém uma outra via que é utilizada pelos BRICS como substituição dos países do Norte, que é o financiamento com taxas de juro mais baixas juntamente com períodos de carência do que aquelas que são oferecidas pelo FMI e BM, o que leva os países africanos a efetuarem uma escolha mais racional sob aquilo que lhes tem menos custos.

Por outro lado, os países do Norte continuam a desempenhar um importante papel geopolítico na região, pois a sua capacidade tecnológica, científica e militar ainda não consegue ser alcançada pelos países do sul. Por exemplo, na exploração de petróleo e de gás natural, os BRICS, não dispõem de capacidade de exploração exceto o Brasil e a Rússia, recorrendo assim a “*joint ventures*” ou à compra de participações em blocos de exploração/produção que são operados por empresas que dispõem dessa capacidade, estando em parte dependentes dos países do Norte. Da mesma forma, as referidas capacidades científicas e tecnológicas também permitem influenciar a produção e preços mundiais dos recursos energéticos, uma vez que estando em constante evolução, permite-lhes explorar de forma sustentável reservas antes insustentáveis de serem exploradas, como o acontecido com o *Shale Oil* e *Shale Gaz* nos EUA, que causou uma diminuição de 50% do preço mundial⁹¹ do petróleo e gás natural⁹², contrabalançando o poder dos países do sul neste setor e isolando os países que a sua economia depende destes recursos.

Aquilo que se tem vindo a notar, é que embora a crise financeira nos países do norte tenha levado a uma desaceleração do investimento estrangeiro por eles realizado, a evolução tecnológica que por sua vez têm registado, permite-lhes capacidade de interferir nos preços mundiais de energia. Isso acontece com a exploração de hidrocarbonetos a grandes profundidades em modo *Offshore* que necessitam de elevada tecnologia e conhecimento científico para explorar e produzir petróleo e gás natural. O nome dado a esta atividade empresarial é de *Ocean Oil Companies* (OOC) e está envolta numa grande

⁹¹<http://observador.pt/2015/01/05/petroleo-abaixo-dos40-dolares-ameaca-investimentos-da-galp-nas-aguas-brasil/> (consultado a 27/04/2015)

⁹² <http://observador.pt/opiniao/o-petroleo-como-arma-geopolitica/> (consultado a 27/04/2015)

complexidade tecnológica na exploração e na produção de hidrocarbonetos. Neste processo são necessários inúmeros meios e é considerado como: *“um gigantesco puzzle industrial que necessita de navios de produção, equipamento submarino de alta tecnologia, frotas de navios para manutenção das estruturas; robots remotamente operados e outros equipamentos altamente especializados”* (Eiras 2014).

Contudo, nos países do sul, apenas o Brasil (Petrobras) dispõe de capacidade tecnológica para este tipo de produção, dado que na necessidade de explorar e produzir as suas reservas de hidrocarbonetos teve de criar novos conceitos geológicos e de engenharia para produção petrolífera.

Apesar de tudo isto, o tabuleiro geopolítico e geoestratégico move-se e altera-se constantemente, por ventura originando uma competição. A substituição dos EUA pela China como maior importador mundial de petróleo⁹³ mostra como a geopolítica dos recursos energéticos está a mudar e que os países do sul poderão ocupar o lugar que por exemplo os EUA e os restantes países do Norte ocupavam até à crise financeira no comércio de hidrocarbonetos no Médio Oriente ou em África, já que conseguindo garantir que a energia produzida internamente é suficiente para abastecer o seu mercado, fica então um caminho liberto para os países do Sul adquirirem concessões e combaterem o seu défice energético, para aqueles que o têm. De seguida será analisada a forma de influência adotada pelos BRICS⁹⁴ em Angola e Moçambique, a sua penetração nos setores de exploração e produção da energia numa lógica de um possível ocupar de espaço que o ocidente possa ter deixado em vazio no sul do continente africano.

⁹³ <http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=15531> (consultado a 4/05/2015)

⁹⁴ Dentro deste grupo apenas será analisado o Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, uma vez que a RPC faz parte da análise do capítulo anterior.

4.2 - O Particular Caso do Envolvimento do Brasil

As relações do Brasil com Angola e Moçambique vão para além dos recursos energéticos. A língua e o seu antepassado como colónias portuguesas e ao pertencente espaço da comunidade linguística CPLP aproximam estes países. O Brasil, tal como a Rússia não está dependente de recursos naturais provenientes do continente africano. As suas reservas permitem a sua autossuficiência, daí que a sua influência esteja inserida noutros setores, como a agricultura ou industria. No entanto, isso não invalida que empresas brasileiras penetrem no setor dos recursos energéticos, como é o caso da VALE que está fortemente envolvida no setor da exploração do carvão das minas de Moatize ou a Petrobras que está envolvida numa *Joint Venture* com a BTG Pactual para exploração de reservas em Angola e opera o Bloco 4 e detém uma percentagem do Bloco 6.

Segundo algumas fontes, existem cerca de 12 grandes empresas brasileiras em Angola e Moçambique. Todas elas estão distribuídas por setores estratégicos, desde a construção civil à agricultura e exploração de recursos naturais e energéticos. O investimento brasileiro em Angola estima-se que ande à volta dos 7.9 Biliões de USD, em Moçambique o comercio com o Brasil, atingiu em 2012 os 24 Biliões de USD, destinando-se cerca de 42.5% do Investimento Direto brasileiro a Moçambique.

Igualmente, contabiliza-se o total de 22 projetos desenvolvidos por empresas brasileiras em Angola e Moçambique, precisamente 11 em cada Estado, o que por sua vez é similar ao envolvimento da RPC (Waldersee 2014), retirando-se as concessões monetárias e os valores investidos. Contudo, essas parecenças identificam-se na diversidade de setores investidos, com um enfoque especial no setor da construção civil. Aí Angola é maior recetor de investimentos do que Moçambique em termos quantitativos, como será demonstrado de seguida na tabela 5, onde vêm identificadas as empresas, o setor de penetração e o país em que estão envolvidas.

Tabela 5 – Empresas Brasileiras em Angola e Moçambique por Setor

Empresa	Setor	Angola	Moçambique
Adeco Agropecuária	Açúcar e Etanol	-	Sim
Andrade Gutierrez	Construção	Sim	-
Asperbras	Industria	Sim	-
Aquamec Equipamentos	Tratamento de Águas	Sim	-
Camargo Corrêa	Construção	Sim	Sim
Vale	Mineração	Sim	Sim
Medabil	Materiais Construção	Sim	-
Odebrecht	Diversos	Sim	Sim
Petrobras	Energia e outros	Sim	Sim
Queiroz Galvão	Construção/Energia	-	Sim
Symnetics Management	Consultora	Sim	-
Weg S.A	Eletromecânica	Sim	Sim

Fonte: Pádraig Carmody, The Rise of the BRICS in Africa; BRICS Policy Center – Elaboração Própria

Dentro destes setores, as empresas investiram em variados projetos em Angola e Moçambique. Em Angola, destaca-se a construção de 4 centrais de produção hidroelétrica pela Odebrecht que atualmente também é o maior empregador privado em Moçambique (Waldersee 2014); a Joint Venture entre a Petrobras e a BTG Pactual na participação no Bloco 6 e operação no Bloco 4; outra Joint Venture mas com a Genius na prospeção de cobre e níquel e da Andrade Gutierrez em infraestruturas aeroportuárias e terminais de contentores.

Em Moçambique, a Camargo Corrêa e a Vale ocupam-se de importantes projetos de investimento, a primeira na construção da hidroelétrica da Mphanda Nkuwa avaliada em 2.3 Biliões de USD, que teriam já sido disponibilizados em 2005 pela RPC para o mesmo efeito. A Vale, reconhecida como a segunda maior empresa mundial de exploração e produção de recursos minerais que opera na exploração de carvão na mina de Moatize, adquiriu 51% de um consórcio para construir uma linha ferroviária do corredor do Norte e corredor de Nacala (Carmody 2013). A VALE, iniciou esses dois enormes projetos ferroviários em 2008 quando adquiriu direitos de exploração do carvão da mina de

Moatize, o Mapa 6, que se encontra no separador anexos, demonstra o envolvimento da VALE na exploração do Carvão e as infraestruturas que já iniciou a respetiva construção.

No setor dos recursos energéticos o Brasil está presente em Angola e Moçambique através das suas empresas. Na exploração de petróleo em Angola, o Brasil tem presentes as empresas Petrobras como operadora nos blocos 6 e 26/06 que é detentora de 40% nos dois blocos e 27.50% no bloco 2/85 com maior percentagem das empresas que estão presentes neste bloco. A Odebrecht no bloco 16 com 15% e a Braspetro com 30% do bloco 34⁹⁵. Em Moçambique encontra-se a VALE na exploração de Carvão em Moatize com a construção do já referido projeto portuário e ferroviário levando a que sejam produzidos por esta empresa entre 8 e 10 milhões de toneladas e carvão metalúrgico e 4 milhões de toneladas de carvão térmico, estimando-se a este ritmo que Moçambique se torne, em 2025 o 4º maior produtor de carvão mineral a nível mundial.

A empresa Camargo Corrêa está também lançada para a construção da hidroelétrica de Mphanda Nkuwa e possível distribuição de energia elétrica pelo continente africano. No setor do gás natural é admitido que a VALE e a Petrobras assinaram um memorando de entendimento para uma potencial Joint Venture de exploração de gás e geração de energia no território moçambicano (Carmody 2013).

O Brasil é assim um importante parceiro internacional para os países africanos, especialmente para os países de Língua Oficial Portuguesa e é caracterizado por Pádraig Carmody como: *“Brazil is likely to remain a secondary power in Africa, except perhaps in Lusophone countries, where its aid is being targeted and its companies have sometimes had first mover advantages”* (Carmody 2013, 153). Esta citação, demonstra aquilo que vem frisado no início desta análise quanto à presença brasileira em África, em que a língua é um fator estratégico vital que se deve ter em conta nas relações entre o Brasil, Angola e Moçambique. A sua envolvimento no setor dos recursos energéticos não é da mesma dimensão da RPC, mas existem diferenças, na forma de penetração, pois como visto anteriormente, a Petrobras tem capacidade de operar a exploração de petróleo e gás em águas profundas estando presente em 3 blocos e operando em 2 e estando fortemente presente na exploração de carvão em Moçambique. As diferenças aí existentes também

⁹⁵ Informação segundo a o Mapa de Concessões da Sonangol
<http://www.sonangol.co.ao/English/AreasOfActivity/Concessionary/Documents/GAD201501-DMC0001-I-A.pdf> (consultado a 6-05-2015)

passam pelo setor comercial e financeiro, no entanto aproximam-se no investimento direto em infraestruturas.

A RPC tem uma enorme capacidade financeira através dos subsídios diretos às suas empresas estatais sendo daí mais difícil às empresas brasileiras competirem diante as chinesas, no entanto é notório que do grupo dos BRICS o Brasil é o segundo ator internacional mais importante em Angola e Moçambique estando também envolvido de forma estratégica nos setor dos recursos energéticos, no petróleo de Angola e no carvão de Moçambique, desempenhando aqui uma serie de infraestruturas estratégicas e vitais para a extração desta matéria-prima dando importantes contrapartidas para o desenvolvimento do país, mas na lógica de permitir também o escoamento dos seus produtos para a economia mundial.

4.3 - Os Casos da Rússia, Índia e África do Sul

Os restantes BRICS, têm alguma forma de envolvimento em Angola e Moçambique. A Rússia, talvez pela abundancia de recursos energéticos no seu território, apenas procura o envolvimento através do comércio ou na exploração de minerais e metais raros. A Índia, com uma gigantesca população e algumas necessidades energéticas e alimentares aparenta ter mais relações com o território da África Austral, sobretudo no oeste do sul do continente africano pela presença de etnias de origem indiana. A África do Sul, como pertencente a esta região, desempenha um importante papel a nível comercial e de vizinhança, dado que faz fronteira terrestre com Moçambique, desempenhando neste país um importante papel no setor do gás natural. De seguida será analisado a influência destes 3 BRICS em Angola e Moçambique e o seu envolvimento no setor dos recursos energéticos.

A Rússia é dos países do bloco dos BRICS que menor envolvimento tem no setor dos recursos energéticos em Angola e Moçambique. As suas reservas energéticas permitem praticamente a sua autossuficiência e fazem com que este aspeto estratégico do continente africano não seja tão necessário para a sua segurança energética como o é para a RPC, Índia ou África do Sul. O setor alimentar e o dos minérios são aqueles em que se regista maior envolvimento das empresas russas. Por exemplo, em Angola encontra-se a empresa Alrosa na exploração de diamantes, em Moçambique apenas a empresa Rosneft mostrou interesse em explorações de gás natural. As relações russas com os países

africanos foram mais intensas no tempo dos movimentos de libertação, e atualmente o interesse da Rússia nos países africanos assenta sobretudo no reforço da sua importância como um dos principais atores do sistema internacional, procurando sobretudo dos países africanos apoio político e diplomático através da cooperação e ajuda ao desenvolvimento, para contrapor o peso que os Estados ocidentais possam ter na região, não deixando de parte a importância de alguns recursos existentes como o caso dos diamantes de Angola, que são estratégicos para a empresa russa Alrosa (Carmody 2013).

A presença indiana em Angola e Moçambique passa pelo setor das manufaturas, da mineração e serviços (Horta 2011). Todavia, o país procura reduzir a sua insegurança energética, procurando tornar África como substituta do Médio Oriente nas suas importações de petróleo (Neves 2013).

Tal como o Brasil e a RPC, o investimento indiano no setor do carvão em Moçambique ronda os 1.45 Biliões de USD, em que os 45 Milhões de USD são em comércio e transferência de tecnologia para o setor mineiro do país, estando assim fortemente presente neste setor. Na exploração e produção de gás natural em Moçambique, as empresas indianas Bharat Petroleum e Videocon detém cada uma 10% da Área 1 da Bacia do Rovuma, ou seja as empresas indianas estão presentes na exploração de dois setores energéticos, carvão e gás natural, em Moçambique.

Contudo, as relações da Índia com Moçambique vão além dos recursos energéticos e manufaturas, daí que existe uma comunidade indiana no país, cerca de 70000 habitantes, sendo que o Hindu é uma das 3 línguas faladas em Moçambique, tal como o Hinduísmo é uma das religiões existentes (Singhvi 2000). A agricultura e os riscos de segurança alimentar da Índia, tornam que este país seja um dos principais investidores neste setor em Moçambique.

As relações entre a Índia e Angola baseiam-se sobretudo no comércio de petróleo, sendo que em 2013, segundo o International Trade Center, os valores de petróleo transacionados foram de quase 7 Milhões de USD que representam 11% das exportações angolanas de petróleo (Neves 2013).

Na ótica desta análise ao envolvimento da Índia nos recursos energéticos em Angola e Moçambique, é notório, que estes dois países desempenham e poderá vir a crescer esse desempenho para a redução da insegurança energética da Índia, aumentando os seus investimentos no setor dos recursos energéticos e por consequência, aumentando a sua

transação, de forma a diminuir a sua dependência energética do Médio Oriente. Em certos aspetos, como por exemplo em Moçambique, a Índia vale-se de uma característica que por exemplo a China não possui, que é tal como o Brasil, o fator linguístico, permitindo que as relações sejam mais fáceis e que tenham maior projeção de se intensificarem.

A África do Sul é o único membro dos BRICS no continente africano. Faz fronteira com Moçambique e é um dos seus principais investidores no setor do gás natural através da sua empresa Sasol. Um dos principais fatores que motiva a África do Sul a relacionar-se com os restantes países africanos é a procura de recursos energéticos, apenas petróleo e gás natural (Carmody 2013).

O envolvimento da África do Sul em Angola e Moçambique faz-se pela presença da sua empresa Sasol em 5 áreas de exploração de gás natural, sendo a que detém maioria da percentagem em 4 blocos. Todos os consórcios que faz parte, localizam-se na Bacia de Moçambique, detendo assim 50% no bloco 16 e 19; 42.5% no M-10; 85% em Sofala; 75% em Pande e Temane; 90% na Área A. O investimento neste setor ronda até 2011, cerca 1.8 Biliões de USD (Carmody 2013). Entre Angola, faz-se sobretudo pelo comércio de petróleo, que em 2013 atingiu quase 2 Milhões de USD, já as importações de energia de Moçambique chegaram perto dos 2 Milhões de USD.

Nas relações entre a África do Sul e Moçambique existem três diferenças em relação às praticadas pelos restantes BRICS. A primeira delas, é a já referida fronteira terrestre. A segunda é a capacidade e transmissão de energia hidroelétrica produzida em Moçambique e vendida à África do Sul. A terceira é que os dois países são os principais produtores de carvão mineral do mundo, podendo atingir o top5 de maiores produtores, segundo a EIA. É assim notório, que os recursos energéticos são uma das grandes razões para o envolvimento da África do Sul em Angola e Moçambique, um pelo petróleo e o outro pelo gás natural e energia hidroelétrica, a questão da segurança energética motiva então uma necessidade de interdependência e coabita com uma necessidade para o progresso económico e afirmação enquanto importante ator do sistema internacional, especialmente procurando ganhar estatuto no continente africano.

As diferenças existentes entre as formas de envolvimento dos BRICS em Angola e Moçambique são consideráveis. Existem diferentes níveis de envolvimento, no entanto, todos os BRICS, exceto a Rússia estão envolvidos no setor dos recursos energéticos nos

dois países, a tabela 6 demonstra de forma sucinta esse envolvimento e quais os recursos procurados e explorados pelos países do bloco dos BRICS.

Tabela 6 – Recursos Energéticos que os BRICS estão Envolvidos em Angola e Moçambique

Recurso/Estado	Brasil ⁹⁶	Rússia	Índia	RPC	África do Sul
Petróleo	√	X	√	√	√
Gás Natural	X	X	√	√	√
Carvão Mineral	√	X	√	√	X
Energia Hidroelétrica	√	X	X	√	√

Fonte: Elaboração própria através de informação contida na dissertação

Poderá ser levantada a questão relativamente ao porquê de Estados que possuem recursos energéticos estarem ou terem a suas empresas a explorarem recursos energéticos fora das suas fronteiras. A questão a responder é simples, os Estados pertencentes ao bloco dos BRICS necessitam de uma grande quantidade de recursos para alimentarem e fazerem crescer a sua economia e manterem-se como atores importantes no sistema internacional, na defesa interna do seu interessa nacional. Os casos da Índia, RPC ou África do Sul são exemplo disso mesmo, são das principais economias do mundo, o nível populacional é também dos maiores do planeta e para estarem em direta competição e equilíbrio de poderes com o ocidente, necessitam de obter capacidade tecnológica que só poderá ser proveniente do progresso económico, passando pelo adquirir de patentes ou investirem significativamente em investigação e desenvolvimento.

Contudo, a procura por garantir fontes energéticas também poderá estar intrinsecamente ligada à vertente militar, uma vez que para um funcionamento correto de todos os meios militares é necessária uma grande quantidade de combustíveis para que possam projetar o seu poder.

A questão do envolvimento dos BRICS no setor dos recursos energéticos em Angola e Moçambique quando analisado numa ótica da perspectiva realista das Relações

⁹⁶ O Brasil dispõe de reservas que permitem a sua autossuficiência em petróleo e gás natural, mas como demonstrado durante a dissertação dispõe de empresas com tecnologia que permitem a exploração de petróleo e gás natural a grandes profundidades o que lhe replete capacidade de operar e liderar consórcios internacionais de exploração de petróleo e gás natural.

Internacionais, é a forma de se compreender o meio pelo qual estas relações se traçam. São idênticas às já identificadas e utilizadas pela RPC, o pagamento em garantias de recursos naturais por investimentos em infraestruturas fulcrais e na concessão de empréstimos financeiros ou compra de dívida soberana. O imperativo existente em Angola e Moçambique na carência de infraestruturas de suporte fundamentais ao seu desenvolvimento caracterizam então o envolvimento dos BRICS e a prossecução da sua política externa, levando a carência dos países a tornar-se um vetor oportunista daqueles que dispõem de capacidade de investimento, como é o caso dos BRICS, para poderem prosseguir o seu projeto ambicioso de grandes poderes globais.

O argumento utilizado pela discriminação dos países do Norte aos países do Sul e a partilha da ideia de que são países em desenvolvimento cria ou facilita uma atração que por sua vez permite uma maior penetração. A não ingerência nos assuntos internos ao invés da liberalização do comércio e do sistema político que os países do Norte forçam aos países africanos, reflete-se na decisão dos líderes políticos africanos optarem por quem os mantém no poder. A forma de financiamento também é uma vantagem para os países africanos, com períodos de carência de juros e não exigindo reformas estruturais como o Banco Mundial ou o FMI, apenas garantias em recursos naturais caso não consigam devolver o dinheiro dos empréstimos.

Os meios que os BRICS têm ao seu dispor para aumentarem a sua influência em África é superior à dos países ditos ocidentais. Aquilo que os difere é a tecnologia e a inovação, mas não será suficiente para desequilibrar o caminho que o atual sistema internacional aparenta tomar para uma ordem mundial multipolar, influenciado sobretudo pela dimensão económica que a China conquista dia após dia desde África às regiões como a América Latina em que, também todos os BRICS já desempenham um importante papel geopolítico (Carmody 2013).

A capacidade de influência e a forma de envolvimento difere da levada a cabo pelos países ocidentais, todavia existe uma problemática para os países emergentes que é a dependência tecnológica que as empresas ocidentais possuem e que lhes permite aceder a determinados recursos. Outra problemática, mas de cariz financeiro e competitivo/empresarial é a personalidade jurídica das muitas empresas transnacionais dos membros dos BRICS, pois em grande parte são detidas por capital público, o que por vezes não ficam tão expostas aos riscos como as empresas privadas do ocidente, não

estando sujeitas a escassez e injeção de capital. Este caso acontece sobretudo com as empresas chinesas que por exemplo aplicam biliões de USD em investimentos de infraestruturas tanto em Angola como em Moçambique.

4.4 – Angola e Moçambique como Alternativas ao Fornecimento de Energia da União Europeia

O conflito na Ucrânia aparenta ter desencadeado uma nova problemática na UE para além da crise financeira já instalada. As sanções à Rússia e os acordos para um entendimento que em tudo aparentam ter falhado, apontam para um aumento de crispação entre estes dois blocos geopolíticos que porventura influenciarão toda a economia e política da região nos próximos anos.

A problemática deste conflito passa, sobretudo pela questão dos recursos energéticos, dado que a UE importa 85% de petróleo e 66% do gás natural que consome, sendo que este tipo de recurso energético, 30% provém da Rússia, assumindo-se como o continente com menores perspetivas de se tornar autossuficiente em termos energéticos⁹⁷.

É sobretudo os países do leste europeu que estão mais dependentes do gás natural de origem russo como fonte de energia, daí que os gasodutos que transportam o gás proveniente da Rússia chegam até à Alemanha (Eiras 2015), conseguindo abastecer o Reino Unido e a França. O Mapa 7 demonstra a origem do gás que abastece a Europa bem como os gasodutos russos que o transportam para o território europeu.

É notório, através de uma análise ao Mapa 7, a rede de gasodutos que transportam o gás natural russo para a União Europeia, que clarividência, por um lado a dependência da União Europeia do gás russo, e por outro lado a dependência da Rússia da União Europeia como seu comprador de gás natural (Frazão 2011). Ainda numa análise ao Mapa 7, olhando-se para o Sul da Europa, é visível o *South Stream*, um gasoduto em construção que tem como origem a cidade russa *Novorossiysk* que atravessaria todo o Mar Negro em forma perpendicular à Península da Crimeia, recentemente anexada pela Rússia mitigando

⁹⁷ Informação segundo do Programa de Segurança Energética da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento: <http://www.flad.pt/wp-content/uploads/2014/10/FLAD-PSE-Risco-Geopolitico-Gas-Natural-Europa-EUA-Africa.pdf> (consultado a 14/05/2015)

assim as oportunidades para o leste europeu de ser fornecido por outros agentes além das empresas russas o que provocaria um maior aumento da importância energética do sudeste europeu (Eiras 2015).

Mapa 7 – Rede de Gasodutos Russos-Europeus



Fonte: Stratfor, 2015⁹⁸

Em torno desta questão geopolítica, é de se salientar o facto que o comércio de hidrocarbonetos gasosos entre a Rússia e a Europa de Leste e Europa Central, segundo a *International Trade Center*, teve no ano de 2014 uma perda de quase 10 Milhões face ao ano anterior⁹⁹, no entanto, esta descida é acompanhada também por uma quebra em relação ao total que o centro e leste europeu necessitou, possivelmente a aposta nas energias renováveis ou o inverno menos rigoroso, substituiu a dependência do gás natural russo.

Apesar do comércio de hidrocarbonetos entre a Rússia e a União Europeia ter diminuído, quer impulsionado por um fator natural climático, político como o conflito da Ucrânia, alteração de fornecedores ou a aposta nas renováveis começar a dar os seus primeiros frutos, o valor comercial prova que a Europa é frágil e insegura em matérias de energia. Importar mais de metade da energia que consome em que grande parte dela é

⁹⁸ Retirado de: <https://www.stratfor.com/sample/image/contentious-south-stream-pipeline> (consultado 24/05/2015)

⁹⁹ Esta informação é de acordo com o Centro de Estatísticas do International Trade Center, consultada em 25/05/2015 e disponível em:

http://www.trademap.org/tradestat/Country_SelProduct_TS.aspx?nvpm=1||||TOTAL|||2|1|1|1|2|1|2|1|

proveniente de uma região que se encontra em conflito, é um sinal de que mudanças profundas terão de ocorrer e que uma nova estratégia terá de ser adotada, diversificando as suas fontes de energia. Existem pequenos sinais que já avançam nessa linha, quando recentemente fora anunciada para prioridades o avanço de uma política energética comum, entenda-se União da Energia¹⁰⁰.

O Conselho Europeu de 19 e 20 de março de 2015, definiu em comunicado que “ A UE está empenhada em criar uma União da Energia com uma política climática virada para o futuro, tomando por base a estratégia-quadro da Comissão articulada em torno de cinco vertentes que estão estreitamente interligadas e se reforçam mutuamente”. Destacando o Conselho Europeu como pilares basilares da União da Energia: segurança energética; solidariedade e confiança; um mercado europeu da energia plenamente integrado; eficiência energética que contribua para a moderação da procura; descarbonização da economia; investigação, inovação e competitividade¹⁰¹.

A evidência e o interesse existentes para a constituição de uma União da Energia são claros, abordando e reconhecendo o Conselho Europeu os problemas da UE na sua segurança energética e por outro lado a sua preocupação pelos aspetos climáticos que essa União da Energia deverá ter. Nesse mesmo Conselho Europeu, os Chefes de Estado ou de Governo membros da União Europeia, centraram-se em quatro pontos-chave que são imperativamente necessários à constituição da União da Energia. Nessas quatro necessidades invocadas, encontram-se respostas dos autores, fundamentais para uma análise à possível constituição da União da Energia, entenda-se então os quatros pontos chave como¹⁰²:

- i) Acelerar os projetos e infraestruturas de eletricidade e gás e as interligações fundamentalmente para as regiões periféricas visando essencialmente garantir a segurança energética e o correto funcionamento do mercado interno da energia;

¹⁰⁰ De acordo com diversas agencias de comunicação o Conselho Europeu decidiu avançar com a União Energética até março de 2016: <http://observador.pt/2014/12/18/conselho-europeu-quer-uniao-energetica-ate-marco-proximo-ano/> (consultado a 25/05/2015)

¹⁰¹ Esta informação está de acordo com o ponto 1 das conclusões do Conselho Europeu de 19 e 20 de março de 2015 sobre a criação de uma União da Energia.

¹⁰² Estes 4 pontos-chave estão parafraseados de acordo com as alíneas: a); c); d) e i) do ponto 2 das conclusões do Conselho Europeu de 19 e 20 de março de 2015 sobre a questão da União da Energia. Consideram-se como fundamentais à análise da temática em estudo.

- ii) Reforçar a legislação europeia no que diz respeito à segurança do abastecimento de eletricidade e gás, reforçando a segurança energética através de redes de distribuição energética robustas dando um enfoque maior à exploração dos recursos existente e das tecnologias hipocarbónicas seguras e sustentáveis;
- iii) Assegurar que os acordos existentes relacionados com a compra de gás a fornecedores externos se encontrem em total convergência com o direito europeu de modo a que os mesmos sejam transparentes;
- iv) Utilizar todos os instrumentos de política externa ao dispor com o objetivo de se construírem parcerias estratégicas no setor energético com Estados produtores com o objetivo principal de promover a segurança energética assegurando a soberania e os direitos soberanos dos Estados Membros sejam assegurados, de modo a que os direitos de exploração e desenvolvimento dos seus recursos naturais sejam salvaguardados.

Nestes 4 pontos, existe uma clara vontade política¹⁰³ de diminuir a dependência energética da Rússia, essencialmente através de legislação que dificulte a penetração das empresas de distribuição de gás russo no espaço da União Europeia, sobrevalorizando a transparência dos contractos de fornecimento de gás e energia entre os Estados Membros e outros Estados, como a Rússia. Reforçando também o investimento em redes de distribuição de energia para a periferia de modo a que não existam problemas de fornecimento (TEFFER 2015). No entanto, a grande questão é a que vem parafraseada no ponto iv), dado que aparenta proteger o interesse nacional e as suas empresas que exploram e produzem recursos energéticos, podendo daí canaliza-los para o mercado europeu, que como visto anteriormente é quem domina grande parte da operação de blocos petrolíferos e de gás natural em África, possibilitando assim a substituição de energia russa por fontes de energia africanas, região que não está em conflito com a UE ou seus Estados Membros.

Ao longo das conclusões do Conselho Europeu de 19 e 20 de março de 2015, são notórias as vezes em que a palavra segurança energética vem repetida, sendo sinal claro de

¹⁰³ A referida vontade política é expressada pelas conclusões do Conselho Europeu de 19 e 20 de março de 2015.

que a UE reconhece que essa é uma das suas fraquezas, daí que a União da Energia seja fundamental para preservar a sua identidade e segurança interna. Desta forma, a Comissão Europeia e o Conselho Europeu partilham que a União da Energia deve centrar-se nos já referidos cinco pilares base¹⁰⁴ considerados como domínios prioritários para que se consiga constituir uma política energética comum.

Contudo, para a constituição da União da Energia, existe uma problemática que é tida em conta pela Comissão Europeia e que é basilar para que esta se possa desenvolver. Essa problemática é a falta de ligações de energia entre os Estados Membros, estando já estabelecido que até 2020, todos os Estados Membros devem ter capacidade de 10% de interligação da capacidade elétrica instalada¹⁰⁵ através de investimentos na instalação de linhas de alta tensão ou plataformas marítimas¹⁰⁶. Todo este processo terá de ser apoiado por uma diversificação das fontes de energia e de gás natural de modo a que um determinado Estado Membro não seja só abastecido por uma única fonte, evitando problemas ou falhas de abastecimento estabelecendo daí parcerias com os países vizinhos¹⁰⁷ e garantindo que o GNL possa contribuir plenamente para a diversidade do abastecimento¹⁰⁸.

Estes vetores identificados dependem de dois condicionalismos que a UE irá encontrar para conseguir uma política energética comum. São, em primeiro lugar a nível interno, isto é, de como irá conseguir no espaço de tempo traçado até 2020, interligar com redes de distribuição todos os Estados Membros, e em segundo lugar de como conduzirá a sua política externa para que consiga diversificar as fontes de fornecimento de energia no exterior.

¹⁰⁴ Os cinco pilares base da União da Energia segundo a Comissão Europeia e partilhados pelo Conselho Europeu são: segurança energética; solidariedade e confiança; mercado interno da energia; eficiência energética enquanto contributo para a moderação da procura de energia, descarbonização da economia e investigação inovação e competitividade. Estas cinco dimensões vêm afirmadas na Ficha informativa sobre a União da Energia, realizada pela Comissão Europeia em 25 de fevereiro de 2015.

¹⁰⁵ Informação de acordo com a Comissão Europeia em:

http://ec.europa.eu/portugal/images/comissao/destaques/infograficos/uniao_europeia_energia2_pt.jpg (consultado a 26/05/2015)

¹⁰⁶ Informação de acordo com a Comissão Europeia em:

http://ec.europa.eu/portugal/images/comissao/destaques/infograficos/uniao_europeia_energia1_pt.jpg (consultado a 26/05/2015)

¹⁰⁷ Os países vizinhos considerados pela Comissão Europeia são: Turquia; Noruega; Argélia e Ucrânia. É notório a ausência da Rússia deste grupo de países, tornando claro que a União da Energia é uma forma de substituir a dependência russa de gás natural e energia.

¹⁰⁸ Informação de acordo com a Comissão Europeia em:

http://ec.europa.eu/portugal/images/comissao/destaques/infograficos/uniao_europeia_energia1_pt.jpg (consultado em 26/05/2015)

A Comissão Europeia, propõe que a União da Energia diversifique as fontes e fornecedores de energia, colocando ao dispor dos Estados Membros que dependem de um único fornecedor¹⁰⁹ um abastecimento seguro, daí que o desenvolvimento de infraestruturas de distribuição de energia e gás sejam uma prioridade, conjuntamente com a exploração de novas regiões fornecedoras de combustíveis e de novas tecnologias que capacitem a obtenção de energia de forma sustentável, evitando assim quebras no fornecimento e por consequência que possam aumentar a insegurança energética¹¹⁰.

É claro aquilo que a União Europeia pretende com a União da Energia. Se analisarmos a nível Micro, a UE pretende garantir a sua segurança energética; reforçar a sua rede de distribuição e diversificação de fontes de abastecimento; baixar os preços internos do consumo de energia; aumentar a concorrência na distribuição dentro do espaço da União; apostar nas renováveis como veículo de diminuição das importações de energia e pela criação de emprego que está associada a este setor, e por fim, a um nível Macro, na substituição das importações russas de gás por novas fontes, mais seguras e que não se encontrem em conflito com a UE (Viana 2014), já que 20% do gás consumido no leste e centro europeu transita pela Ucrânia, além de que as reservas ucranianas estão perto da fronteira com a Rússia e na “estratégica” Península da Crimeia¹¹¹.

Não existem indícios de que o conflito baixe de intensidade nos próximos tempos¹¹², e a ambição e reivindicações de etnias russas no leste da Ucrânia tentam consecutivamente a anexação de território, como fora o caso da Península da Crimeia à Federação Russa. Por seu lado, os líderes políticos russos têm consciência da forte insegurança energética que a UE vive com este conflito e talvez Zbigniew Brzezinski tenha

¹⁰⁹ Os Estados Membros que dependem de um único fornecedor são segundo a Comissão Europeia: Bulgária; Estónia; Finlândia; Letónia; Lituânia e Eslováquia:
http://ec.europa.eu/portugal/comissao/destaques/20150225_estrategia_uniao_energia_pt.htm (consultado a 26/05/2015)

¹¹⁰ Informação de acordo com informação da Comissão Europeia relativa a informação sobre a União da Energia e os aspetos da segurança energética naquilo que é proposto pela política energética comum na diversificação de fontes e fornecedores - http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-15-4485_pt.htm (consultado a 26/05/2015)

¹¹¹ De acordo com o Programa de Segurança Energética que está a ser elaborado pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, a região leste da União Europeia e parcela importante da Alemanha está dependente do gás russo que transita pela Ucrânia, bem como das reservas Ucranianas localizadas na região do conflito.

¹¹² O *International Crisis Group* considerou recentemente que o conflito na Ucrânia deteriorou-se e que poderá entrar novamente numa fase crítica - <http://crisisgroup.be/maps/crisiswatch/index.html> (consultado a 26/05/2015)

razão ao afirmar: “Without Ukraine, Russia ceases to be a Eurasian Empire”¹¹³, dando assim alusão à tese de Mackinder sobre a teoria do *Heartland* ou Ilha Mundial (Dias 2012).

No entanto, os problemas existentes não advêm só para a UE. A Rússia está tão dependente da UE como a UE da Rússia no setor energético (Frazão 2011), sendo o maior mercado para o gás natural russo¹¹⁴. Isso implica que exista uma vulnerabilidade para os dois lados, todavia, a comunicação social, tem vindo a dar conta de que a Rússia e a China alcançaram um acordo energético para o fornecimento de gás natural russo ao mercado chinês através de novos gasodutos¹¹⁵, diversificando o seu mercado para um Estado que também tem graves problemas de segurança energética, encontrando assim uma solução alternativa ao mercado de gás natural europeu, evitando que as sanções aplicadas pela UE e EUA à Federação Russa lhe causem efeitos de maior, pelo menos no setor da energia.

Nesta questão geopolítica, é fundamental para que UE garanta a sua segurança energética e a diversificação de fontes. Adaptar uma nova região geoestratégica para que possa garantir um fornecimento seguro e variado de gás natural e energia será fundamental. O eixo Portugal, Angola e Moçambique poderá ser um meio de alcançar um dos pilares essenciais para constituição da União da Energia, que é a diversificação de fontes de fornecimento.

4.5 - A Importância Geoestratégica de Portugal via Angola - Moçambique na construção da União da Energia

A UE importa 53% da energia que consume, tendo custos anuais à ordem dos 400 Bilhões de Euros¹¹⁶. Ao nível do gás natural, a UE importa cerca de 60% do que consume, tendo ao seu dispor nos Estados Membros um total de 22 terminais de regaseificação de gás, todos na sua orla marginal que possibilitam a introdução de gás no mercado europeu. O Mapa 7 demonstra a localização/número de terminais existentes, e os que estão em construção, bem como a sua capacidade anual de regaseificação de gás, é notória a

¹¹³ Citação retirada de: “The Grand ChessBoard de Zbigniew Brzezinski, página 24.

¹¹⁴ Informação de acordo com o Policy Paper nº1 do Programa de Segurança Energético da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

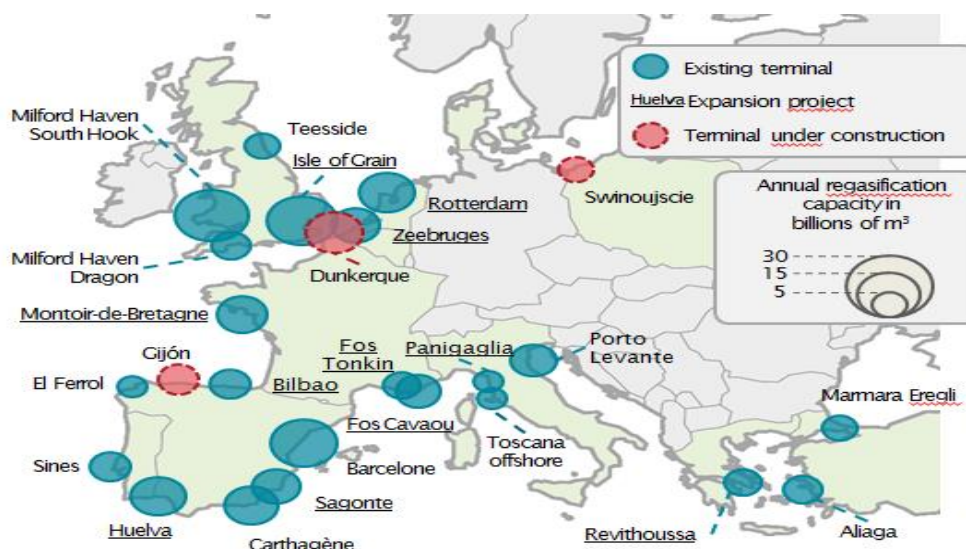
¹¹⁵ <http://rt.com/business/160068-china-russia-gas-deal/> (consultado a 27/05/2015)

¹¹⁶ De acordo com documentos oficiais da Comissão Europeia relativos à União da Energia a UE importa 53% da energia que consome.

capacidade da Península Ibérica em regaseificação de gás, bem como a sua localização e importância geoestratégica para a constituição de uma União da Energética.

Existe aí um fator chave, que tem a ver com a proximidade de Portugal aos países da África Austral, que como já analisado e demonstrado, dispõem de grandes reservas quer de petróleo quer de gás natural. Encontrando-se numa zona geográfica com estabilidade, quando comparada, por exemplo com o Médio Oriente ou Norte de África, a proximidade linguística; histórica; cultural e económica que desenvolvem com Portugal é uma excelente oportunidade (Dias 2015).

Mapa 8 – Terminais de GNL Existentes e em Construção por Capacidade Anual de Regaseificação



Fonte: Observatoire du Gaz¹¹⁷

Na lógica de interligação com as propostas da Comissão Europeia e do Conselho Europeu em avançarem com a ideia de diversificação das fontes de fornecimento energético. Angola é o segundo Estado africano com maiores reservas de petróleo, Moçambique, possivelmente nos próximos anos, tornar-se-á o maior produtor de gás natural de África¹¹⁸. Nesta linha, é fundamental que Moçambique prossiga na sua capacitação de infraestruturas que permitam captar, transformar em liquefeito e exportar

¹¹⁷ Retirado de :<http://www.gasinfocus.com/indikator/les-terminaux-methaniers-existants-et-en-construction-en-europe/> (consultado a 27/05/2015)

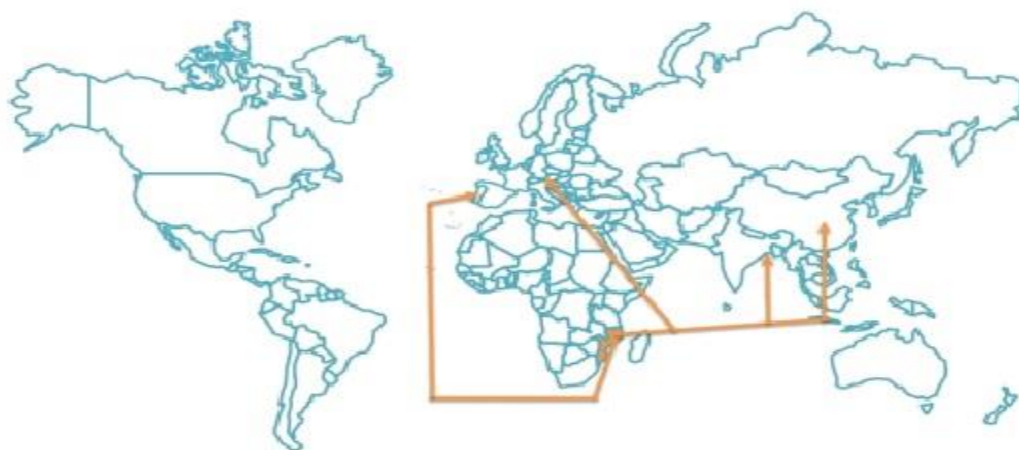
¹¹⁸ A Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento admite no seu Programa de Segurança Energética que Moçambique se tornará nos próximos anos na potência africana do gás natural - <http://www.flad-pse.com/Portals/0/Papers/energyfactsheetpseflad-mocambique2014.pdf> (consultado a 27/05/2015)

o gás natural das reservas que dispõe. Daqui, pode e deve a UE, através das suas empresas com patentes tecnológicas avançadas nesta área, possibilitar um desenvolvimento científico, tecnológico e industrial de Moçambique aliado a garantias em gás natural. É uma clara metodologia que deverá adotar para prosseguir com a União da Energia e não ficar tão dependente do gás russo para a parte leste e central do seu espaço geográfico.

A oportunidade existe, Moçambique precisa deste auxílio e a UE precisa de diversificar fontes de fornecimento de gás e energia. Fora demonstrado ao longo desta dissertação o envolvimento da China e dos restantes BRICS neste Estado e as suas ambições, se a UE não pretender aumentar a sua insegurança energética e correr mais riscos, terá de entrar no mesmo jogo aproveitando assim as características que lhe estão adjacentes para conseguir garantir fornecimento de energia diversificado e seguro.

Encontrando-se a UE fortemente vulnerável no abastecimento de gás natural pela falta de diversidade de fontes, a região da Península Ibérica (Sudoeste Europeu) é a que está mais distante da Rússia, pelo que se encontra longe da sua esfera de influência e que de acordo com o Mapa 7, regista grande parte das centrais de regaseificação de gás, cerca de 30%. Além, que como é visível no Mapa 8, também se encontra na rota potencial de exportação do GNL moçambicano para o mercado da União Europeia.

Mapa 9 – Potenciais Rotas de Exportação de GNL Moçambicano



Fonte: Programa de Segurança Energética Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2015

No Mapa 8 são visíveis duas potenciais rotas de GNL moçambicano para a União Europeia. Uma através do Oceano Atlântico e outra através do Oceano Índico via Mar Vermelho e Canal do Suez. A rota do Atlântico teria como centrais de regaseificação Portugal e Espanha, e a do Índico teria a Croácia, Itália ou Grécia. No entanto, apesar de mais longínqua do centro da UE, a rota do Atlântico é mais segura, pois a rota do Índico obriga à passagem da zona que tem algum trânsito de pirataria que é a Somália, levantando questões de insegurança energética.

O grande contributo de Portugal para a segurança energética europeia e constituição de uma política energética comum, é que dispõem de uma relação privilegiada com os países lusófonos, podendo ser um fator contributivo para a segurança energética europeia e uma garantia para evitar falhas de fornecimento à Europa Central e de Leste por parte da Rússia. Para isso, é fundamental que as posições e as políticas de investimento acordadas entre os órgãos europeus para a construção de infraestruturas de transmissão de energia se concretizem rapidamente, especialmente para as regiões periféricas, como Portugal ou Espanha, porque as estimativas apontam para que Moçambique consiga em 2030 atingir o seu pique de produção, no valor de 1271 Biliões de Pés Cúbicos de gás natural¹¹⁹.

Deste modo, Portugal deverá ser um recetor do gás moçambicano para o fornecer à restante UE, mas a União da Energia e as infraestruturas para transmissão de energia e gás natural deverão avançar para que tal efeito se possa concretizar. Do mesmo modo que será necessário por parte da UE aumentar a sua influência, ou aplicar o seu *Soft Power* com Moçambique, a fim de garantir atração através de gás natural a preços mais competitivos, tal como a China o tem vindo a fazer.

Outra mais-valia ou contributo de Portugal para a segurança energética europeia é que o Porto de Sines, local onde existe a única central de regaseificação de gás natural e porto de águas profundas em pleno oceano atlântico, tendo uma grande proximidade de África e até é o porto marítimo mais próximo da América, tem capacidade de receber grandes navios que transportem GNL e petróleo, possibilitando a sua condução, conjuntamente com as centrais espanholas para toda a UE, tendo capacidade, embora

¹¹⁹ Estimativas segundo o World Energy Outlook a Agência Internacional de Energia, 2014.

considerada muito conservadora, de substituir 20% das importações russas de gás natural¹²⁰.

A liderança de empresas europeias nos consórcios internacionais que exploram petróleo e gás natural em África poderão assim ser uma mais-valia, servindo de grande contributo para a União da Energia, beneficiando assim esta ideia e a economia da União. Os exemplos de Angola e Moçambique servem perfeitamente para se seguir nesta linha, pois como demonstrado anteriormente, lideram concessões de exploração e produção de hidrocarbonetos.

O problema do petróleo não passa tanto por esta questão, o gás natural é a fonte energética que está no seio deste processo, motivado essencialmente pelo conflito na Ucrânia e no crescer de tensões e pretensões geopolíticas na região Leste da União Europeia. Este é um meio que a UE tem ao seu dispor para se distanciar da Rússia, diminuindo a sua dependência energética, garantindo também a sua segurança energética e evitando possíveis cortes de fornecimento de gás, certamente que uma política de energia comum proposta deste modo, com diversificação das fontes e fornecedores, aliada a um forte investimento nas energias renováveis e tecnologia, a UE poderá prescindir da Rússia em matéria energética, reforçando o seu peso negocial para o conflito, equilibrando os poderes na região. Mas importa, para além de tudo isto, saber até onde está disposta a ir a Rússia, pois caso consiga encontrar novos mercados para a quota de gás destinada ao mercado europeu, poderá a União da Energia ser insuficiente para travar a estratégia da União Euroasiática que Vladimir Putin e o seu governo ambicionam. A crise de dívida que alguns países europeus atravessam, colocam esta questão como prioridade principal, e distanciando-se no longo jogo energético que os BRICS já estão a desenvolver em África e se a UE tardar a entrar nessa região que lhe poderá ser geoestratégica, poderá Portugal desempenhar aí um importante papel diplomático.

¹²⁰ Esta informação é avançada pelo Policy Paper nº1 do Programa de Segurança Energética da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

Considerações Finais

A RPC desde o ano 2000 pela via do FOCAC tem vindo a desempenhar uma relação mais intensa e próxima com os países africanos. Tem-los considerado como parceiros, argumentando que ambos são países em desenvolvimento e que a cooperação é o fator essencial para a construção de uma nova e multipolar ordem mundial, mais justa, harmoniosa e solidária (Zemin 2000).

Só desde o ano de 2000, os investimentos chineses em África, representam cerca de 100 Biliões de USD¹²¹. O setor da energia, seguido da construção civil representam mais de metade desse investimento e contratos. Ao longo desta dissertação fora referido que a RPC tem graves problemas de segurança energética, e que por estar dependente do Médio Oriente vê necessidade de diversificar as suas fontes de fornecimento (C. A. Mendes 2009, 143). Toda esta necessidade requer muita capacidade financeira, e dada a sua capacidade a RPC um dos Estados que por essa via, possui hoje maior envolvimento em África e vê nestes Estados Africanos recursos geoestratégicos fundamentais para prosseguir por um lado a sua conduta de política interna, e por outro lado o caminho e ambição mundial.

Angola apresenta-se como o maior parceiro comercial da RPC na África Austral. As trocas comerciais, sobretudo de petróleo e diamantes são o principal veículo de relação entre estes dois Estados. Desde 2004 que as relações entre a RPC e Angola se intensificaram numa tentativa de expansão destas relações também para o setor político e de segurança.

Todo o envolvimento chinês em Angola é realizado com base no fator geopolítico do petróleo. É através dos empréstimos concedidos pelos bancos chineses ao Governo de Angola com garantias de petróleo, e de consecutiva adjudicação de obras e empreitadas de recuperação das infraestruturas danificadas após a guerra civil a empresas chinesas, que Angola atinge os atuais picos de crescimento económico. A RPC aparenta não só ter ganho um “aliado” como um importante parceiro comercial.

A contrapartida deste envolvimento é proporcionar empréstimos mais baixos a Angola que permitam o seu desenvolvimento. Por exemplo o crédito para a construção de

¹²¹ Informação de acordo com a *The Heritage Foundation*: <http://www.heritage.org/research/projects/china-global-investment-tracker-interactive-map> (consultado em 03/06/2015)

infraestruturas ser revertido em barris e concessões em blocos petrolíferos; o comércio bilateral dominado pelas importações de petróleo para a RPC e os grandes investimentos da RPC no país serem direcionados para a indústria petrolífera.

O método como a RPC se envolve no setor energético em Moçambique é diferente da forma como se envolve em Angola. Em primeiro lugar, em Angola o envolvimento é apenas no fator petróleo, em Moçambique esse envolvimento é em 3 formas distintas de energia: gás natural, carvão e energia hidroelétrica.

Em segundo lugar, os valores investidos são diferentes, em Moçambique passa pela compra de aquisições das empresas presentes no setor, em Angola é pela forma de *joint ventures*, com a empresa estatal Sonangol.

Em terceiro e último lugar, o setor energético em Moçambique está em claro crescimento, enquanto em Angola, aparenta estar estabilizado e focado apenas no petróleo. Por outro lado, a capacidade que existe em Moçambique de abastecimento, geração e capacidade elétrica em abastecer toda a África Austral, diferenciam os dois casos. Sendo que apesar da a RPC se envolver em 3 fontes de energia em Moçambique, o envolvimento em Angola é mais intenso e com valores mais elevados.

Contudo não é só a RPC que tem interesses geopolíticos em recursos geoestratégicos no sul do continente africano. Os seus parceiros dos BRICS, estão envolvidos em tantos setores quanto a RPC, mas numa menor dimensão, quer quantificava quer monetária. O Brasil, para além da RPC, é o elemento dos BRICS que se assume como um importante ator em Angola e Moçambique. Talvez o fator linguístico, além dos valores envolvidos, distingue a sua relação com a que traça a RPC. Possivelmente, a língua, é um fator de aproximação e que poderá conduzir a uma procura de equilíbrio de poderes com a China por matérias-primas existentes nestes territórios, com exceção do petróleo, dado que o Brasil tem grandes reservas no seu espaço.

A Índia, também tem um forte elo de ligação com Angola e Moçambique. Tem problemas de segurança energética e alimentar. Mas existem dois fatores, que a meu ver podem ser uma mais-valia em relação à China, no entanto, mais em Moçambique. Um primeiro é a diáspora e etnia indiana presente em Moçambique, um segundo é a partilha do mesmo espaço marítimo, o Indico, que eventualmente lhes é próximo, dada a influência geopolítica que a Índia tem sob o Oceano Indico.

A África do Sul, é o país que tem uma maior proximidade territorial de Angola e Moçambique, ao ser um país africano e ter fronteira terrestre com Moçambique, por ventura é uma vantagem em relação à RPC. O envolvimento russo é mais insignificante, especialmente nos recursos energéticos, dadas as suas grandes reservas, levando o seu envolvimento para o setor dos minerais, embora ligeiro.

Com exceção da Rússia, todos os BRICS estão envolvidos de alguma forma em alguma fonte energética em Angola e Moçambique. A África do Sul no gás natural, a Índia também no gás natural e no carvão, o Brasil no carvão e na produção hidroelétrica, a RPC está em todos os setores da energia no continente africano.

De certo modo, apesar desta forte presença dos BRICS nos recursos energéticos em Angola e Moçambique, são as empresas ocidentais que dominam a liderança de operação nos blocos de produção e exploração de Petróleo em Angola, e estão lançadas para a construção de uma mega central de produção de GNL em Moçambique. São essas empresas que têm capacidade tecnológica de explorar e produzir combustíveis e de colocá-los nas suas economias fortemente desenvolvidas e industrializadas. Contudo, apenas o Brasil tem capacidade para o fazer, e aí, a China está fortemente dependente das empresas ocidentais, podendo estas causarem-lhe perturbações na sua segurança energética.

Apesar da liderança das empresas ocidentais nos consórcios de exploração e produção de hidrocarbonetos em Angola e Moçambique, não significa que esses hidrocarbonetos tenham como destino o seu mercado, dado que são os EUA aqueles que mais empresas têm a operar em blocos petrolíferos em Angola e as reservas energéticas que dispõem no seu território são suficientes para o consumo do seu mercado doméstico. Daí que o espaço desenvolvido que tem problemas de segurança energética é a União Europeia.

Dado o crescente clima de crispação no conflito da Ucrânia e as sanções aplicadas à Rússia, juntamente com a dependência energética do centro e leste europeu do gás russo, e sob ameaça constante de corte de fornecimento durante o inverno, a UE tem vindo a procurar uma série de mecanismos que possam diminuir essa dependência. A adoção de uma política comum de energia, abriu caminho para que os Estados Membros, procurem novas fontes de fornecimento energético. Dado que Portugal é dos Estados Membros, em que a sua área de influência, através do fator linguístico (Angola e Moçambique) (Dias 2015) é das que tem maior capacidade proximidade, estando longínquo dessa zona em

conflito. Poderá encontrar-se uma excelente oportunidade, via Portugal e Espanha, de diversificação de fontes e fornecedores, passando isto pela capacidade que as empresas europeias têm na operação de blocos que exploram e produzem hidrocarbonetos.

Contudo, isto só será possível se os princípios identificados como prioritários para a construção da União da Energia prosseguirem e se a mesma adotar uma política externa para os países africanos, que os cativa e que crie objetos negociais para adquirir ou garantir o fornecimento de recursos energéticos.

Apesar do interesse geopolítico que Angola e Moçambique possam vir a ter, num futuro próximo para outros atores para além da RPC, a sua marca e a sua presença é indiscutível. Os laços que unem a RPC a África parecem estar sólidos, pelo menos no seio dos governantes africanos. E a partilha dos mesmos argumentos com os restantes BRICS, na procura por uma ordem mundial multipolar reunindo a ideia de que ambos são países em desenvolvimento, pode isso levar a uma antipatia pelos países do Ocidente e um alinhamento com o bloco dos BRICS, como já se vem a notar.

A capacidade financeira da RPC e a ausência de problemas internos que possam perturbar o funcionamento da sua política externa, consegue que se focalize nos recursos que são para si importantes do ponto de vista geoestratégico e os demais interesses e empreendimentos que tem vindo a desenvolver em África, visam os seus benefícios e proveitos próprios. Mas analisando-se numa ótica do Realismo Político, aplicando ao caso de Angola, a RPC envolve-se para: garantir petróleo a preços acessíveis, independentemente das oscilações mundiais e na construção de infraestruturas para aceder a outros Estados geoestratégicamente fulcrais para a RPC, como: a República Democrática do Congo ou a Zâmbia. Estes países possuem metais raros e são importantes locais de investimento chinês; garantem apoio político para questões internacionais, como por exemplo nos referidos casos de Taiwan, alinhando-se com a China na edificação do seu conceito de ordem mundial.

Por fim, numa premeditação sobre a temática em estudo, a RPC como maior e mais poderoso Estado em desenvolvimento do mundo, envolve-se em África pelos recursos que são de importância vital geoestratégica para dar continuidade no assumir de um dos Estados mais poderosos do sistema internacional pela motivação do seu interesse nacional.

A sua emergência e capacidade financeira, colocam-na com capacidade de influenciar o seu espaço geopolítico e exercer o seu poder internacional. Contudo, numa

constante procura de equilíbrio de poderes, a grande questão que se levanta é se a RPC consegue garantir a sua influencia neste espaço, isto é, se apesar de estar dependente das empresas do ocidente para aceder aos recursos energéticos vitais para garantir a sua segurança energética, caso ocorram mudanças políticas profundas em África, consiga manter presente o discurso e o alinhamento dos países africanos na sua ideia de multipolaridade que poderá caracterizar a ordem mundial que se poderá seguir.

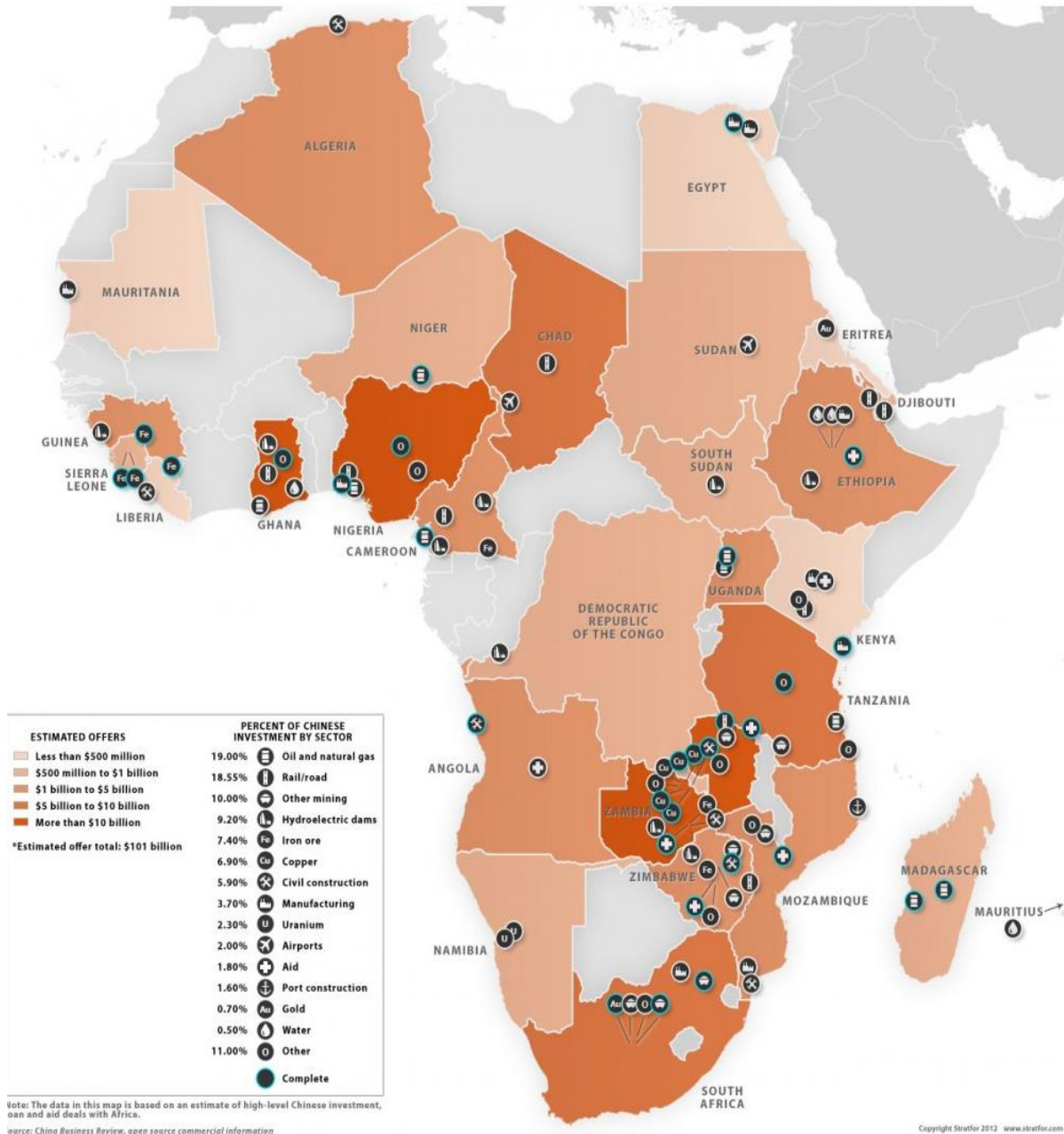
Noutro panorama, de carácter interno, a RPC como um dos atores mais importantes do sistema internacional atinge a sua perspectiva de exercício do seu poder, garantido a sua segurança energética, através de recursos essenciais para o funcionamento da sua economia, imprescindíveis ao seu progresso militar, garantindo que a sua vulnerabilidade não seja colocada em causa, intimidando possíveis adversários e criando novos laços diplomáticos com Estados que lhe são úteis para o aumento do seu poder a nível mundial. O risco que apenas corre em África, é caso ocorram transformações políticas governamentais pela via de golpes de estado.

Ao manter estas fortes relações com os Estados africanos, pela via da sua capacidade financeira, comercial e investimentos estratégicos em infra-estruturas e sectores vitais nos territórios africanos, permite-lhe o domínio desses Estados pelas vertentes identificadas na região da África Austral. Reflectindo aí o seu poder pela garantia em recursos, como os energéticos, que permitem caucionar a sua estabilidade interna, de modo a que isso se reflita na sua projeção mundial de poder.

Anexos

Anexo 1:

Mapa 1 – Investimento Chinês em África de 2010 a 2012

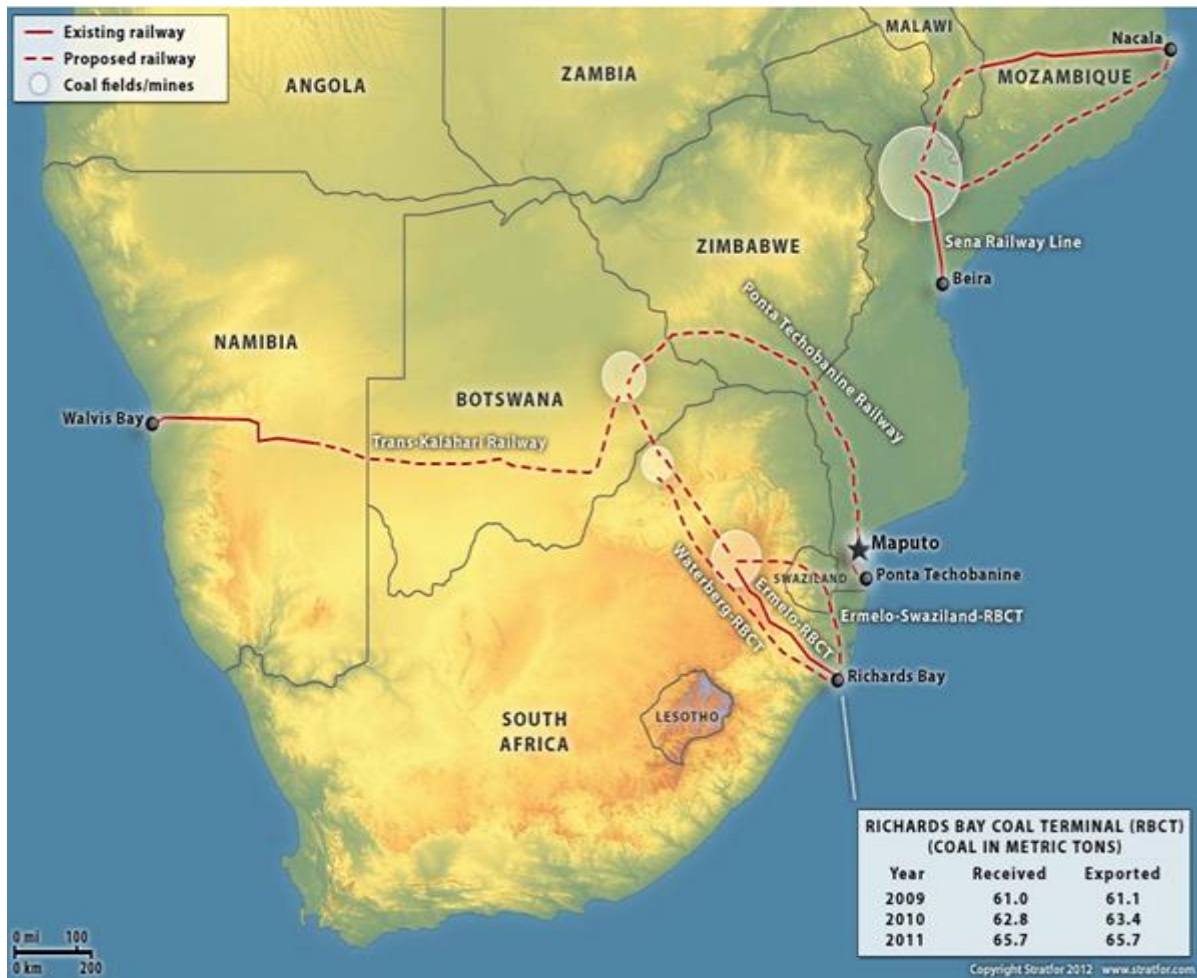


Fonte: Mamta Badkar, Business Insider 2015¹²²

¹²² Retirado de: <http://www.businessinsider.com/map-chinese-investments-in-africa-2012-8> (consultado a 16/01/2015)

Anexo 2:

Mapa 2 – Reservas de Carvão na África Austral e Infraestruturas para seu Escoamento



Fonte: Stratfor, 2015¹²³

¹²³ Retirado de: <https://www.stratfor.com/sample/image/mozambiques-opposition-could-block-resource-development> (consultado a 03/05/2015)

Anexo 3:

Mapa 3 – Potenciais fontes de geração de energia no continente Africano



Fonte: Stratfor, 2015¹²⁴

¹²⁴ Retirado de: <https://www.stratfor.com/sample/image/africas-promising-electricity-sources> (consultado a 03/02/2015)

Anexo 4:

Mapa 4 - Ligações Ferroviárias Internacionais entre Estados Africanos a Portos Marítimos

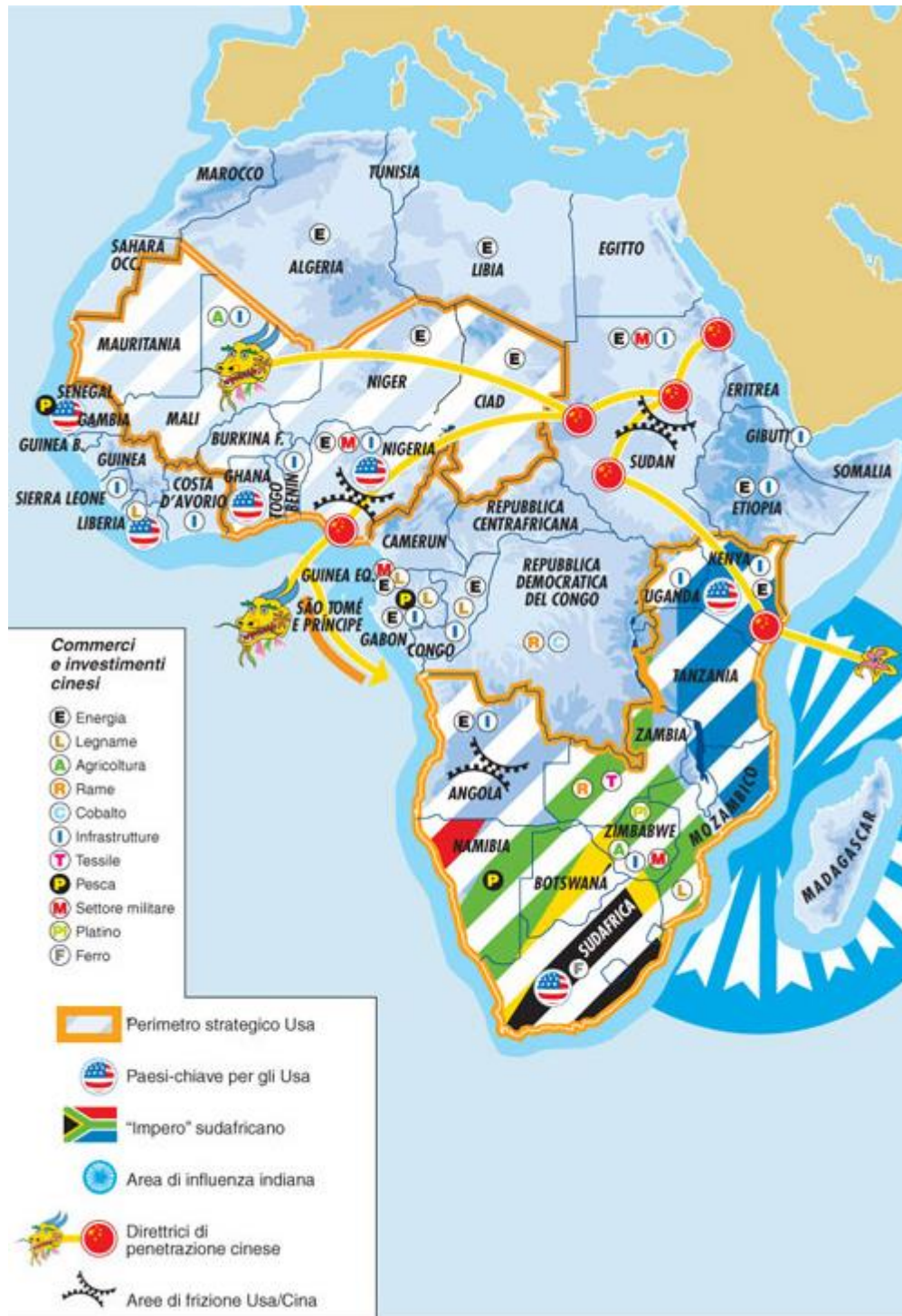


Fonte: Stratfor, 2015¹²⁵

¹²⁵ Retirado de: <https://www.stratfor.com/image/existing-and-proposed-rehabilitated-rail-lines-africa> (consultado a 9/02/2015)

Anexo 5:

Mapa 5 – O Equilíbrio de Poderes das Potências em África

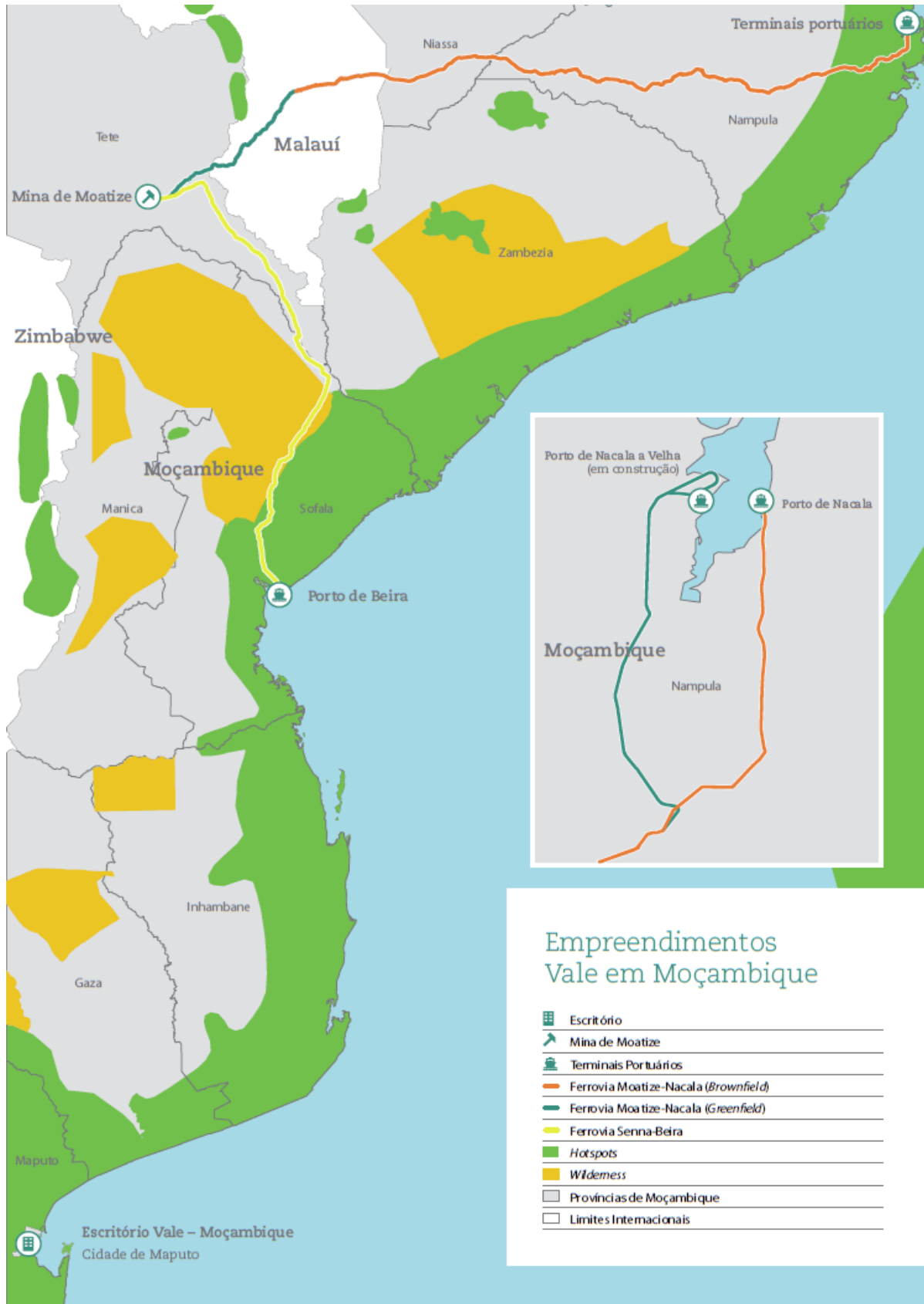


Fonte: Angelo Richiello, Limes - Revista Italiana de Geopolítica¹²⁶

¹²⁶ Retirado de: <http://www.limesonline.com/perche-alla-cina-interessa-lafrica-1/76224> (consultado a 26/05/2015)

Anexo 6:

Mapa 6 – Empreendimentos da VALE em Moçambique



Fonte: VALE, 2013 Relatório de Sustentabilidade de Moçambique

Bibliografia

- Administration, U.S Energy Information. Angola Analysis Brief. Analysis, Washington: U.S. Department of Energy, 2014.
- Administration, U.S Energy Information. China Analysis Brief. Analysis, Washington: U.S. Department of Energy, 2014.
- Administration, U.S Energy Information. Emerging East Africa Energy - Mozambique. Analysis, Washington: U.S. Department of Energy, 2014.
- African Development Bank Group. African Development Bank Group, 2013. <http://www.afdb.org/en/blogs/afdb-championing-inclusive-growth-across-africa/post/africa-and-the-brics-a-win-win-partnership12098/> (Consultado a 30/03/2015).
- Agency, International Energy. International Energy Agency - World Atlas, 2015. <http://energyatlas.iea.org/> (accessed 04 11, 2015).
- AICEP. Angola Ficha de Mercado. Lisboa: AICEP, 2014.
- AICEP. Moçambique Ficha de Mercado. Lisboa: AICEP, 2015.
- AICEP. Zâmbia - Síntese País e Relacionamento Bilateral. Lisboa: AICEP, 2014.
- Aidoo, Richard. "China and Angola: The 'True Dynamic Duo' in Sino-Africa Relations." Foreign Policy Journal, 2013.
- Alden, Chris. China in Africa. New York: African Arguments, 2007.
- Alden. "China and Africa: A New Development Partnership." Strategic Analysis, 2008.
- Alden. "China in Africa." Survival: Global Politics and Strategy, 2006.
- Alves, Ana Cristina. "Chinese Economic Statecraft: A Comparative Study of China's Oil-backed Loans in Angola and Brazil." Journal of Current Chinese Affairs ,2013: 99-130 .
- Alves, Chris Alden & Cristina. "History & Identity in the Construction of China's Africa Policy." Review of African Political Economy, 2008: 43-58.
- Angola Brief. Angola's Lobito Corridor From reconstruction to development. Bergen: Chr. Michelsen Institute, 2014.
- Badkar, Mamta. Business Insider, 2015. <http://www.businessinsider.com/chinese-built-ghost-town-kilamba-angola2012-7> (Consultado a 14/03/2015).
- Badkar, Mamta. Business Insider, 2012. <http://www.businessinsider.com/map-chinese-investments-in-africa2012-8> (Consultado a 13/01/2015).
- Bijian, Zheng. "China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status ." Foreign Affairs, setembro/outubro 2005: 18-24.

- Bond, Patrick. "Which Way Forward For The BRICS In Africa A Year After Durban Summit?" Eurasia Review, 2014.
- BRICS Policy Center. Os BRICS nos foros económicos globais: posicionamentos recentes. Centro de Estudos e Pesquisas BRICS , 2013.
- British Petroleum. BP Statistical Review. London: BP, 2014.
- Brzezinski, Zbigniew. The Grand ChessBoard. Whashington : Basic Books, 1997.
- Campbell, Horace. "China in Africa: challenging US global hegemony." Third World Quarterly, 2007: 89-105.
- Carmody, Pádraig. The Rise of the Brics in Africa: The Geopolitics of South-South Relations. London: Zed Books, 2013.
- Carrico, Alexandre. "A Cooperação Sino-Moçambicana: Três Vertentes Operativas." 2008: 63-106.
- Chichava, Sérgio. "Impacto e significado do investimento chinês em Moçambique (2000-2010)." In A Mamba e o Dragão: Relações Moçambique China em perspetiva, Johannesburg: IESE, 2012, 33-48.
- Chinese Ministry of Foreign Affairs. n.d. <http://cr.chineseembassy.org/esp/xwtd/t1173044.htm> (Consultado a 15/01/2015).
- Comission, European. Ficha informativa sobre a União da Energia. Brussels: European Comission, 2015.
- Corkin, Lucy. "China and Angola Strategic partnership or marriage of convenience?" Angola Brief, 1 2011.
- Corkin, Lucy. Chinese Construction Companies in Angola: A Local Linkages Perspective. School of Oriental and African Studies, 2011.
- Corkin, Lucy. "Uneasy allies: China's evolving relations with Angola." Journal of Contemporary African Studies, 2011: 169-180.
- Correia, Cláudia. "Modelo de Cooperação da China para África: Análise de um Estudo de Caso em Moçambique." Lisboa: ISCTE-IUL, 2010.
- Correia, Pedro de Pazarat. Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Vol. 1. Coimbra: Almedina, 2010.
- Correia, Pedro de Pazarat. Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Vol. 2. Coimbra: Almedina, 2010.
- Dadwal, Shebonti Ray. India and Africa: Towards a Sustainable Energy Partnership. Pretoria: SAIIA, 2011.
- Dias, Carlos Mendes. A análise geopolítica, a CPLP e o petróleo. Newsletter, Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2015.
- Dias, Carlos Mendes. "A Geopolítica Clássica e o Espaço Exterior." Revista Militar, 2012: 663 - 678.

- Dijk, Meine van. *The New Presence of China in Africa*. Amsterdam : Amsterdam University Press, 2009.
- Eiras, Ruben. *Gás natural: o longo jogo da Rússia*. Newsletter, Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2015.
- Eiras Ruben. *Moçambique: a potência energética do Índico*, 2013. <http://expresso.sapo.pt/mocambique-a-potencia-energetica-do-indico=f788463> (Consultado a 19/01/2015).
- Eiras, Ruben. *Ocean Oil Companies: uma agenda industrial luso-americana*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2014.
- Elliot, Fei-Ling Wang & Esi A. "China in Africa: presence, perceptions and prospects." *Journal of Contemporary China*, 2014: 1012-1032.
- Europeu, Conselho. *Conclusões adotadas pelo Reunião do Conselho Europeu - União da Energia*. Bruxelas: Conselho Europeu, 2015.
- Fernandes, Ana Paula. *EUA e Angola: a Diplomacia Económica do Petróleo*. Cascais: Principia, 2004.
- Fernandes, Carla. "Contributo de Angola para a Segurança Energética Chinesa." *Nação e Defesa*, 2011: 159-182.
- Fernando, Sousa. *Mozambique Hydropower Competences*. Maputo: Energias de Moçambique, 2015.
- Flint, Colin. *Introduction to Geopolitics*. Oxon: Routledge, 2006.
- Foster, and Others. *Building Bridges: China's Growing Role as Infrastructure Financier for Sub-Saharan Africa*. Washington : World Bank, 2009.
- Frazão, António. "Energia e Interdependência: A União Europeia e a Rússia no jogo energético europeu." Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011.
- Frühauf, Anne. *Mozambique's LNG revolution: A political risk outlook for the Rovuma LNG ventures*. Oxford: University of Oxford, 2014.
- Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. *O Impacto no Risco Geopolítico da Segurança da UE do "Shale Gas" dos EUA e do Gás Natural Africano*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2014.
- Furniss, Edgar. "The Contribution of Nicholas John Spykman to the Study of International Politics." *World Politics*, 1952: 382-401.
- Haass, Richard. "The Age of Nonpolarity ." *Foreign Affairs*, 05/06 2008: 44-56.
- Horta, Loro. "The James Town Foundation." The James Town Foundation. 05 20, 2011. http://www.jamestown.org/single/?tx_ttnews%5Bsword%5D=8fd5893941d69d0be3f378576261ae3e&tx_ttnews%5Bany_of_the_words%5D=mozambique&tx_ttnews%5Btt_news%

5D=37960&tx_ttnews%5BbackPid%5D=7&cHash=57f1e51d0e8fe06c2f7ea0e37a11c11b#.V
RGRcNKsX1Y (Consultado a 31/03/2015).

Huntington, Samuel P. El choque de civilizaciones y la reconfiguración del orden mundial. New York: Paidós, 1996.

Hylton, Zachary. "China in Angola: The Pros and Cons of China's Aid Structure." Humprey| Public Affairs Review, 2014.

Ikenberry, John. "The Rise of China and the Future of the West." Foreign Affairs, 2008: 23-37.

Jafrani, Nida. "The Carnegie Foundation." 02 9, 2012.
<http://carnegieendowment.org/ieb/2012/02/09/china-s-growing-role-in-africa-myths-and-facts/9j5q> (Consultado a 02/03/2015).

Jintao, Hu. "Discurso de Hu Jintao na Cerimónia de Abertura da 3ª Cimeira do FOCAC." Address by Hu Jintao President of the People's Republic of China at the Opening Ceremony of the Beijing Summit of the Forum on China-Africa Cooperation. Beijing: <http://www.focac.org/eng/ltada/dscbjzjhy/SP32009/t606840.htm>, 2006. Consultado a (15/01/2015

Jintao Hu. "Discurso de Hu Jintao na Cerimónia de Abertura da 5ª Cimeira do FOCAC." Open Up New Prospects for A New Type of China-Africa Strategic Partnership. Beijing: <http://www.focac.org/eng/ltada/dwjbzjjhys/zyjh/t953172.htm>, 2012. Consultado a 15/01/2015

Kabemba, Claude. Win win partnership? OSISA, 2012.

Kiala, Carine. Angola's Strategic Cooperation with the BRIC Countries. Pretoria: SAIIA, 2011.

Kiala, Johanna Jansson & Carine. Patterns of Chinese investment, aid and trade in Mozambique. Stellenbosh: Center For Chinese Studies, 2009.

Kingah, Stephen. "Increasing influence of BRICs in Africa: How should the EU respond?" Trade Negotiations Insights, 2011.

Kissinger, Henry. A Ordem Mundial. Dom Quixote, 2014.

Kissinger, Henry. Da China. Quetzal, 2011.

Lacoste, Yves. A Geopolítica do Mediterraneo. Edições 70, 2006.

Lacoste, Yves. Atlas Geopolitique. Larouse, 2013.

Leite, Ricardo. Segurança Energética Sustentável: o papel estratégico da eficiência e das renováveis. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2014.

Limited, China International Fund. China International Fund. 03 14, 2015.
<http://www.chinainternationalfund.com/projects1.asp?Id=287> (Consultado a 14/03/2015).

- Machado, Leticia. "As Grandes Potencias em Direcção aos Recursos Naturais Subsarianos: Participação nos Conflitos Locais." Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- Maltez, José Adelino. Curso de Relações Internacionais. Principia, 2002.
- Martins, Marco. "Da Ordem Internacional à transição política da República Popular da China numa dinâmica autopoiética." Portuguese Journal of Political Science and International Relations, 2011: 5-24.
- Martins, Raúl François. "Geopolítica e Geoestratégia - Para que são e para que servem?" Nação e Defesa, 1996: 22-78.
- Mendes, Carmen Amado. "A China e a Cooperação Sul-Sul." Ásia: Segurança e Poder, 06 2010.
- Mendes, Carmen Amado. "Dinâmicas regionais da política energética chinesa: Ásia Central, África e América Latina." Revista de Estudos Chineses, 2009: 141-159.
- Mendes, Nuno Canas, and Francisco Pereira Coutinho. Enciclopédia das Relações Internacionais. Lisboa: D. Quixote, 2014.
- Morais, Rafael Marques de. World Affairs Journal. 2011. <http://www.worldaffairsjournal.org/article/new-imperialism-china-angola> (Consultado a 15/03/2015).
- Moreira, Adriano. "Hierarquia das Potências: Dependência e Alienação." Nação e Defesa, 1984: 40-60.
- Morgenthau, Hans. A Política Entre Nações. Universidade de Brasília.
- Nash, Paul. Diplomatic Courier. 2012. <http://www.diplomaticcourier.com/news/regions/brics/181-china-s-going-out-strategy> (Consultado a 14/01/2015).
- Neves, Miguel Santos. "A China e a Índia no Atlântico Sul." A China e a política internacional, 06 2013: 71-94.
- Nicoll, Alexander. "China in Africa: A more responsive approach?" IISS Strategic Comments, 2007.
- Nye, Joseph. "China's Questionable Economic Power." 2014. <http://www.project-syndicate.org/commentary/china-questionable-economic-power-by-joseph-s--nye2014-11> (Consultado a 12/04/2015).
- Nye, Joseph S. O Futuro do Poder. Circulo de Leitores, 2010.
- Público. Com o gás, Moçambique quer fugir do exemplo de Angola. 2014. <http://www.publico.pt/mundo/noticia/mocambique-quer-fugir-do-exemplo-de-angola1672832?page=-1> (Consultado a 16/03/2015).
- Oliveira, Ricardo Soares de. "Avoiding Africa's Oil Curse." Foreign Affairs, 2014.

- Pereira, Rui. "A Nova Realidade da Presença Chinesa em Angola e suas Implicações para Portugal: O Setor da Construção Civil e Obras Públicas como Estudo de Caso." *Nação e Defesa*, 2011: 183-214.
- PWC - Africa gearing up. Angola. London: PWC, 2013.
- Research, Banco Espírito Santo. Angola Economic Outlook . Institucional, Lisboa: Banco Espírito Santo Research, 2010.
- Richiello, Angelo. "Perché alla Cina interessa l'Africa." 02 27, 2015. <http://www.limesonline.com/perche-alla-cina-interessa-lafrica1/76224> (Consultado a 19/04/2015).
- Robinson, David Alexander. "Chinese engagement with Africa : The case of Mozambique." *Portuguese Journal of International Affairs*, 2012: 1-15.
- Roque, Ana Cristina. China in Mozambique: A Cautious Approach Country Case Study. Braamfontein: SAIIA, 2009, 1-20.
- Santos, André & vários. African Economic Outlook. African Development Bank, 2014.
- Šefčovič, Maroš. European Commission. 05 21, 2015. http://ec.europa.eu/commission/2014-2019/sefcovic/blog/energy-union-tour-whats-it-your-country_en?pk_campaign=source-priorities&pk_kwd=energyuniontour (Consultado a 25/05/2015).
- Shinn, David. International Policy Digest. 02 08, 2012. <http://www.internationalpolicydigest.org/2012/08/02/chinas-involvement-in-mozambique/> (Consultado a 01/04/2015).
- Singhvi, L.M. Other Countries of Africa: Report of the High Level Committee on the Indian Diaspora. New Delhi: Ministry of External Affairs, 2000: 89–109.
- Sousa, Fernando de. Dicionário de Relações Internacionais. Porto: Afrontamento/CEPESE, 2005.
- Stratfor. Stratfor Global Intelligence. 2012. <https://www.stratfor.com/sample/image/chinas-interests-african-resources> (accessed14/01/2015).
- Teffer, Peter. euobserver. 2015. <https://euobserver.com/news/128079> (Consultado a 25/05/2015).
- The Heritage Foundation. 2015. <http://www.heritage.org/research/projects/china-global-investment-tracker-interactive-map> (Consultado a 06/01/2015).
- Viana, Vítor Rodrigues. "Portugal, a Geopolítica da Energia e a Segurança Energética Europeia." Instituto Defesa Nacional - Policy Paper 5, 2014.
- Vines, Indira Campos and Alex. "Angola and China: A Pragmatic Partnership." Center for Strategic & International Studies, 2008: 1-26.
- Waldersee, Victoria. Chinese and Brazilian Private Firms in Sub-Saharan Africa. Rio de Janeiro: BRICS Policy Center, 2014.

Waltz, Kenneth. Theory of International Politics. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

Zemin, Jiang. "Discurso de Jiang Zemin na Cerimónia de Abertura da 1ª Cimeira do FOCAC." China and Africa-Usher in the New Century Together. Beijing: <http://www.focac.org/eng/ltda/dyjbzjhy/SP12009/t606804.htm>, 2000. (Consultado a 12/01/2015)

Zoellick, Robert B. World Bank. 04 14, 2010. <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/ORGANIZATION/EXTPRESIDENT/EXTPASTPRESIDENTS/EXTPRESIDENT2007/0,,contentMDK:22541126~menuPK:64822312~pagePK:64821878~piPK:64821912~theSitePK:3916065,00.html> (Consultado a 27/04/2015).